

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – PPGEF

DOIARA SILVA DOS SANTOS

**NARRATIVAS IDENTITÁRIAS DO NACIONAL NOS JOGOS OLÍMPICOS DE
INVERNO VANCOUVER 2010**

VITÓRIA
2011

DOIARA SILVA DOS SANTOS

**NARRATIVAS IDENTITÁRIAS DO NACIONAL NOS JOGOS OLÍMPICOS DE
INVERNO VANCOUVER 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Física, na área de concentração Estudos Pedagógicos e Sócio-Culturais da Educação Física.

Orientador: Prof^o Dr. Otávio Guimarães Tavares da Silva

VITÓRIA
2011

DOIARA SILVA DOS SANTOS

**NARRATIVAS IDENTITÁRIAS DO NACIONAL NOS JOGOS OLÍMPICOS DE
INVERNO VANCOUVER 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Física, na área de concentração Estudos Pedagógicos e Sócio-Culturais da Educação Física.

29 de abril de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº Dr. Otávio Guimarães Tavares da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Profº Dr. Carlos Nazareno Borges
Universidade Federal do Espírito Santo

Profº Dr. Luiz Fernando Rojo Mattos
Universidade Federal Fluminense

Aos meus pais Odoel e Iara e ao meu irmão Júnior, brilhos da minha existência.

À minha avó, Maria de Lourdes.

À ventania da minha vida, que me embala rumo a novos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder saúde, determinação e vontade de aprender.

Aos meus pais pelo amor, pelos exemplos, pelas oportunidades e apoio incondicionais.

Ao meu irmão Júnior pela atenção, compreensão e carinho.

À minha afilhada Gaby, que ainda com seus poucos anos de vida soube compreender a necessidade de silêncio, a falta de atenção, de brincadeira, nos breves momentos em que pude estar presente.

A todos os meus familiares (tios e tias, primos e primas) por serem sempre os primeiros a acreditarem em mim.

Às professoras Marcia Morel, Regina Marchesi e Micheli Venturini cujo profissionalismo e, sobretudo, “humanismo” influenciaram decisivamente a minha opção pela carreira acadêmica.

À Gábi Medeiros pela atenção, paciência, amizade, colaborações acadêmicas e companheirismo verdadeiro.

Aos amigos Carol F., Sueyla, Nanda, Laly, Lore, Paulinha, Milena, May, Tici, Thiago F. e Silvio pelo convívio cheio de aprendizados, pela amizade sincera, confiança e apoio (inclusive o virtual enquanto estive à distância).

Ao “Núcleo de Baianos na UFES” (NUBES) que está em plena expansão, graças ao Dirceu e à Gábi, ao Marcel e à Kleide, e a outros que virão.

Aos colegas de turma do curso de Mestrado em Educação Física: Felipe, Grece, Keni, Juliana, Luana, Celeste, Adalberto, Alda, Mônica e Rosemary pelas experiências valiosas compartilhadas em uma convivência acolhedora, mesmo que breve. Em especial ao Guilherme, que foi um colega muito presente, um amigo muito solícito e um “irmãozinho” compreensivo e atencioso.

Ao professor Otávio Tavares, “que há algum tempo ousou acreditar em mim”, pelas orientações e pelos desafios que me foram confiados, todos muito importantes para o meu crescimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado que garantiu a minha permanência em Vitória-ES até o final do processo.

Aos coordenadores do *Emerging Leaders of America*, programa de bolsas do Governo Canadense que financiou a pesquisa de campo no Canadá.

Ao Diretor emérito do *International Centre for Olympic Studies (ICOS)* da *University of Western Ontario (UWO)*, prof^o Dr. Robert K. Barney e aos colegas Toby Rider e Roanne English agradeço a hospitalidade, a gentileza, a atenção, os aprendizados e o convívio.

NARRATIVAS IDENTITÁRIAS DO NACIONAL NOS JOGOS OLÍMPICOS DE INVERNO VANCOUVER 2010

RESUMO

A interconexão entre o esporte e os meios de comunicação é parte constitutiva do interesse geral do presente estudo no objetivo de analisar as narrativas da identidade brasileira no contexto de um megaevento esportivo: os Jogos Olímpicos de Inverno (JOI). O esporte assume significados específicos em diferentes contextos. Nesse sentido, os JOI – “um mundo estranho para os brasileiros” – potencializam a discussão sobre as narrativas do nacional que abrangem a complexidade formativa e as formas de sociabilidade que marcam a identidade brasileira. De maneira específica, esta pesquisa dá continuidade ao trabalho desenvolvido por Tavares, Soares e Bartholo (2007a, 2007b) que analisaram a cobertura da participação brasileira, pela mídia impressa, nas edições dos Jogos Olímpicos de Inverno de Salt Lake City (2002) e Turim (2006), respectivamente. Embora importantes, as interpretações dos códigos textuais não são suficientes para alcançar as elaborações discursivas sobre a identidade que ocorrem em outros momentos do processo comunicativo. Nesse sentido, a questão de investigação nesta análise envolve a complexidade das narrativas da identidade brasileira a partir da mídia impressa, do discurso dos atletas brasileiros e das atitudes e reações do público presente em um contexto específico. O levantamento das informações e dados perpassou: (1) a seleção, arquivamento e análise de reportagens da mídia impressa; e (2) o trabalho de campo desenvolvido durante os Jogos Olímpicos de Inverno (que se subdivide na observação direta do contexto e na realização de entrevistas guiadas com atletas brasileiros que participaram dos JOI de Vancouver 2010). Foram utilizados os impressos *O Globo* (OG) e *Folha de São Paulo* (FSP) – pois, ambos são de circulação nacional e influentes no Brasil –, bem como a cobertura de um impresso canadense, o *The Globe and Mail*. Constatou-se que os atletas não foram as referências ou elo de identificação entre o Brasil e os Jogos de Inverno nas narrativas midiáticas. A recente conquista do direito de sediar os Jogos de verão 2016 pela cidade do Rio de Janeiro influenciou diretamente a construção das narrativas do nacional no emolduramento da mídia brasileira sobre os Jogos de 2010. É uma característica comum às narrativas do FSP e do OG o deslocamento da cobertura midiática da dimensão esportivo-competitiva do evento para a experiência organizacional mediada por autoridades do esporte, ao passo que dramatiza-se uma relação de igualdade entre o Brasil e os países denominados desenvolvidos. Nota-se, porém, que os atletas entrevistados engendraram narrativas que demonstraram uma oscilação no que se refere às construções identitárias, ou seja, por um lado assumiram o “papel” de representantes do nacional – que a partir de sua participação dramatizam uma relação de igualdade, colocando o Brasil “entre as grandes nações” – e, ao mesmo tempo, descreveram a sociedade que representam a partir de códigos que remetem ao pólo tradicional do sistema (o simples, o natural em oposição ao contexto moderno e tecnológico dos JOI). Em um mundo tão fluidamente interconectado, os Jogos Olímpicos se constituem como uma performance cultural, ou seja, um “palco” (MacALOON, 1984) que permite a compreensão sobre como os povos e nações criam, definem e celebram as suas identidades, assumem e escolhem representações. O caso brasileiro nos JOI perpassou discursos que parecem bem demarcados na perspectiva do ritual, do festival, do jogo e do espetáculo.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Jogos Olímpicos. Dramatização.

NATIONAL IDENTITY NARRATIVES IN THE OLYMPIC WINTER GAMES VANCOUVER 2010

ABSTRACT

The interconnection between the sport and the media is part of this study general aim in order to analyze the narratives of Brazilian identity in the context of a sporting mega event: the Olympic Winter Games (OWG). Sport takes on specific meanings in different contexts. In this sense, the OWG - "a strange world to Brazilian" - leverage national narratives discussion that encompasses the complex formation and forms of sociability that mark Brazilian identity. Specifically, this research continues Tavares, Bartolo and Soares (2007a, 2007b) work which analyzed the printed media coverage about Brazilian participation in previous editions of the Winter Olympics in Salt Lake City (2002) and Turin (2006), respectively. While important, the codes textual interpretations are not enough to achieve the discursive elaborations on the identity that occur at other moments of the communicative process. In this sense, the research question that motivated this analysis involves the complexity of the narratives of Brazilian identity from the printed media, the discourse of Brazilian athletes and the audience's attitudes and reactions in a specific context. The information and data collection passed over: (1) the selection, analysis and archiving of articles in printed media, and (2) field work conducted during the Winter Olympics (which falls on direct observation of the context and implementation of guided interviews with Brazilian athletes who participated in the Vancouver 2010 Games). We used as sources the printed newspaper O Globo (OG) and Folha de São Paulo (FSP) - because both are of national circulation and influence in Brazil - as well as coverage of a Canadian printed newspaper, The Globe and Mail. It was found that athletes were not the references or identification link between Brazil and the Winter Games in media narratives. The recent achievement of the right to host the Summer Games in 2016 by the city of Rio de Janeiro directly influenced the construction of national narratives in the Brazilian media framing about the 2010 Games. It is a common feature of FSP and OG narratives the shift in media coverage from the sport-competitive event to the organizational experience mediated by sporting authorities, while dramatizing a relationship of equality between Brazil and the countries known as developed. However, the interviewed athletes engendered narratives that demonstrated an oscillation in relation to identity construction, i.e., they first assumed the "role" of national representatives - that dramatize Brazil's participation through an equality perspective, placing Brazil "among the greatest nations" - and at the same time, they described the society they represent with codes that refer to the traditional pole system (the simple and natural in opposition to the modern and technological context of OWG). In an interconnected world the Olympics are set up as a cultural performance, i.e., a "stage" (MacALOON, 1984) that allows the understanding of how people and nations create, define and celebrate their identities, assuming and choosing representations. The Brazilian case in JOI pervaded speeches that seem well demarcated from the perspective of ritual, festival, gaming and entertainment.

KEYWORDS: Identity. Olympic Games. Dramatization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 PROCEDIMENTOS E ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	13
1.2 A TAREFA ANALÍTICA COM AS FONTES MUDIÁTICAS	16
1.2.1 O modelo analítico de Stuart Hall	18
1.3 A ANÁLISE DO TRABALHO DE CAMPO.....	22
2. TEORIA DA PERFORMANCE CULTURAL: APROPRIAÇÕES CONCEITUAIS	25
2.1 A METÁFORA TEATRAL	26
2.2 O CONCEITO DE “DRAMA SOCIAL”	30
2.2.1 Liminalidade e <i>Communitas</i>	32
2.3 OS JOGOS OLÍMPICOS E A TEORIA DO ESPETÁCULO	34
2.3.1 Os Jogos Olímpicos como espetáculo e festival	36
2.3.2 Os Jogos Olímpicos modernos como ritual secular	41
2.3.3 O jogo como gênero Olímpico	45
2.3.4 Os Jogos Olímpicos como performance cultural ramificada	47
3. IDENTIDADE	52
3.1 O PROCESSO DE “DESCENTRALIZAÇÃO” DA IDENTIDADE	53
3.2 IDENTIDADE NACIONAL	57
3.3 IDENTIDADE BRASILEIRA	60
3.3.1 Teoria do Dilema Brasileiro	61
3.3.2 A gramática social do Brasil	64
3.3.3 O moderno e o tradicional: o indivíduo e a pessoa	71
3.3.4 “Este mundo” e o “outro mundo”	73
4. ESPORTE E SOCIEDADE BRASILEIRA	76
4.1 JOGOS OLÍMPICOS E A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL	77
4.2 UM CONTEXTO DE ALTERIDADE RADICAL	82
5. VANCOUVER 2010: O PALCO	87
5.1 A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA E AS NARRATIVAS DO NACIONAL	94
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
APÊNDICES	124

1 INTRODUÇÃO ¹

A problematização das práticas corporais confere um leque de possibilidades para sua investigação na contemporaneidade a partir de variadas áreas do conhecimento. Os interesses sobre o tema abrangem a discussão sobre as funções e significados destas práticas nas diferentes sociedades, como também suas interconexões com instituições específicas, sejam elas econômicas, políticas, educacionais, etc.

A interconexão entre o esporte e os meios de comunicação é parte constitutiva do interesse geral do presente estudo no objetivo de analisar as narrativas da identidade brasileira no contexto de um megaevento esportivo: os Jogos Olímpicos de Inverno (JOI).

Entendemos que o esporte assume significados específicos em diferentes contextos e produz, assim, opiniões, atitudes e motivações também diferentes. Nesse sentido, os JOI – “um mundo estranho para os brasileiros” ² – potencializam a discussão sobre as narrativas do nacional que abrangem a complexidade formativa e as formas de sociabilidade que marcam a identidade brasileira.

De maneira específica, esta pesquisa dá continuidade ao trabalho desenvolvido por Tavares, Soares e Bartholo (2007a, 2007b) que analisaram a cobertura da participação brasileira, pela mídia impressa, nas edições dos Jogos Olímpicos de Inverno de Salt Lake City (2002) e Turim (2006), respectivamente. Tais estudos objetivaram analisar as diferentes estratégias utilizadas pela mídia impressa para narrar a participação da equipe brasileira nos Jogos Olímpicos de Inverno relacionando esporte, mídia e identidade nacional.

Em geral, demonstrou-se que houve dificuldade por parte da mídia brasileira no estabelecimento de um “signo icônico” ³ de identificação, ou seja, de um elo de identificação entre o evento narrado e o público para o qual se dirige.

A imprensa brasileira, diante de um conjunto de esportes pouco popularizados no Brasil e da ausência de atletas amplamente reconhecidos nesse cenário, mobilizou uma “gramática de identidade” organizando e atribuindo significados como forma de estabelecer identificações com aqueles “novos” esportes e atletas.

¹ As citações bibliográficas apresentadas neste trabalho foram traduzidas para o português pela autora.

² Tavares, Soares e Bartholo (2007a, 2007b)

³ Esse é um conceito trabalhado por Hall (2003).

De fato, nota-se nos estudos mencionados que os novos esportes e modalidades dos Jogos foram descritos didaticamente, destacando-se aqueles que tinham representantes brasileiros competindo.

Na tentativa de explicar tais modalidades, realizaram-se vinculações comparativas entre os esportes de inverno e esportes populares no Brasil, a partir dos significados presentes na cultura e na história do país, tal como o futebol. Trata-se de um “alinhamento fundamental” e uma “reciprocidade” necessária no processo comunicativo (HALL, 2003, p. 393).

Assim como as modalidades, as coberturas de Salt Lake City e Turim na mídia impressa também identificaram e apresentaram os atletas que representaram o Brasil que, tal como os esportes de inverno, eram desconhecidos do grande público. Essa apresentação ocorreu a partir de um redimensionamento de expectativas que desvinculou a participação brasileira de um caso de excelência.

De fato, diferente de outras modalidades, os esportes de inverno não oferecem uma imagem vencedora do país. Assim, tanto nas narrativas sobre Salt Lake City (2002) quanto sobre Turim (2006), ajustou-se a expectativa em torno da participação brasileira nos Jogos à “experiência” de participar da competição.

De certa forma, esse redimensionamento contribuiu para que se desconstruíssem quaisquer expectativas em torno dos resultados dos atletas nacionais, ao passo que o “curioso” e o “exótico” compuseram o emolduramento da participação brasileira. Por exemplo, nas narrativas sobre ambas as edições analisadas (2002 e 2006), foram apresentadas informações sobre os métodos e adaptações dos treinamentos dos atletas nacionais diante de um contexto não-usual para o brasileiro.

Foram enfatizadas, recorrentemente, as ideias de acaso e improvisação vinculados ao envolvimento dos atletas brasileiros com os esportes de inverno. É fato que as estratégias enunciativas da mídia na cobertura das edições de 2002 e de 2006 assumem desdobramentos diferentes, especificidades. Nos Jogos de 2002, por exemplo, as narrativas tiveram que apresentar a histórica “maior delegação brasileira na história dos Jogos”, ao passo que não havia pretensão de medalhas.

A equipe brasileira de bobsled destaca-se em Salt Lake City, mobilizando discursos do nacional na mídia impressa que envolve a ambivalência moderno/tradicional (que faz parte da complexidade formativa da identidade brasileira). Enquanto o bobsled é uma modalidade que remete aos recursos tecnológicos, modernos, à velocidade, os atletas brasileiros foram apelidados pela mídia internacional como

“bananas congeladas” (*Frozen Bananas*), que remete ao tropicalismo, ao natural, à simplicidade.

Assim, observaram Tavares, Soares e Bartholo (2006, p. 203-204) que:

[...] no mundo olímpico de modernidade, tecnologia e alto desempenho, a equipe brasileira foi associada a seu oposto: a natureza simbolizada pela banana [...] No ambiente de excelência do esporte de alto rendimento e dos países desenvolvidos, a identidade brasileira constrói-se pela representação do estado natural e pela emoção dos sentimentos simples.

A assunção do apelido “bananas congeladas” pelos atletas⁴, demonstra como as identidades são construídas a partir de oposições simbólicas. A partir dessa perspectiva, entendemos que o contexto global dos Jogos Olímpicos favorece a análise destas construções.

Deste modo, embora importantes, reconhecemos que as interpretações dos códigos textuais não são suficientes para alcançar as elaborações discursivas sobre a identidade que ocorrem em outros momentos do processo comunicativo como, por exemplo, entre os atletas nos locais dos eventos, trabalhadores da mídia, organizadores esportivos, patrocinadores, bem como os esforços do público na produção de sentidos.

De fato, a construção de “identidades” remete a uma vinculação necessariamente contextualizada, que pode estar baseada em oposições simbólicas. Nesse sentido, somam-se à análise da mídia impressa em contribuições anteriores, uma dimensão etnográfica da pesquisa que nos possibilitou acessar: (1) as narrativas de atletas brasileiros que participaram dos JOI 2010 sobre suas relações “com” e apresentações “da” mídia; (2) e as reações e atitudes do público presente nos locais de competição em relação à participação de brasileiros.

Com a triangulação destas informações, pretendemos identificar os possíveis pontos de convergência e divergência entre as diferentes elaborações do nacional, ocupando-nos da análise de seus possíveis sentidos, significados, peculiaridades e implicações no contexto esportivo, cultural e sociopolítico do Brasil.

A tríade esporte, mídia e identidade tem sido objeto de análise de diferentes áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais. Estudos como os de Billings (2008) e MacNeill (2006) nos apontam que investigações sobre as relações entre mídia e esporte que considerem as relações de identificação/identidade podem contribuir para

⁴ Que se identificaram com o apelido ao ponto de atirarem bananas à plateia ao concluírem sua participação nos Jogos.

a compreensão do impacto e relevância cultural e sociopolítica que estas identificações – aqui perspectivadas como relacionais, contingentes, performativas, posicionais, produtivas, plurais, etc.(HALL, 2006) – tem sobre as sociedades.

O que se percebe é que as identidades se (re) estruturam a partir de situações específicas, contextos particulares, dependem da complexificação das relações sociais e culturais. Os Jogos Olímpicos de Inverno são perspectivados neste estudo como um contexto de alteridade da cultura esportiva brasileira.

Nesse sentido, as questões que motivam este trabalho são: como são elaboradas as narrativas do nacional, pela mídia impressa, ante a participação de atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos de Inverno de Vancouver 2010? E como os atletas brasileiros, por sua vez, elaboram suas estratégias enunciativas (quem somos nós?) no que concerne à identidade nacional?

Algumas proposições teóricas sobre o contexto orientam esta análise. São elas:

- A compreensão dos Jogos Olímpicos como uma “performance cultural ramificada”, de proporção global, fundada num construto ideológico complexo que se concretiza periodicamente em um contexto que envolve os gêneros: espetáculo, festival, ritual e jogo (MacALOON, 1984);
- As performances culturais como momentos indissociáveis da vida cotidiana e, portanto, na quais certos elementos do dia-a-dia são dramatizados, enfatizados ou diminuídos (MacALOON, 1984; DaMATTA, 1997a);
- Os Jogos Olímpicos como um fenômeno de massas que é amplamente midiático, situado em um contexto de reciprocidade entre mídia e esporte nas diversas esferas sociais. Mídia esta que não apenas transmite os Jogos, mas que, em certa medida, os produz e tornou-se, portanto, um dos eixos centrais de sua estrutura (BILLINGS, 2008);

Há de se considerar também:

- A não-linearidade do processo comunicativo, que é constituído por momentos diferentes, mas, interligados; e a importância dos “referenciais de sentido” na codificação e decodificação de mensagens (HALL, 2003);
- As identidades como construções sociais, sempre em processo, de caráter

plural e multifacetado, constituídas a partir de oposições simbólicas (HALL, 1996a, 1996b, 2006; CUCHE, 2002);

- O trabalho etnográfico como um processo que se inicia na problematização da pesquisa e irrompe no período prático e plano pessoal ou existencial (DaMATTA, 1978; HAMMERSLEY; ATKINSON, 1995).

A partir destes e de outros referenciais teóricos, delimitamos os seguintes objetivos específicos para esta investigação: (1) identificar e discutir as estratégias enunciativas da mídia impressa para narrar à participação brasileira nos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010; (2) analisar as narrativas identitárias de atletas brasileiros que participaram dos JOI 2010 e suas relações “com” a mídia; (3) comparar as narrativas do nacional presentes na cobertura midiática dos JOI 2010 com os trabalhos feitos a partir de edições anteriores do evento; (4) descrever e discutir as reações e atitudes do público presente em relação à participação de atletas brasileiros nos JOI a partir do relato etnográfico.

Os pressupostos teóricos estão presentes de forma mais abundante no decorrer da estruturação que propomos para a análise do objeto. Primeiramente, sistematizamos as abordagens teórico-metodológicas que orientaram a tarefa analítica com as fontes de mídia impressa e informações obtidas a partir do trabalho de campo, indicando a caracterização do tipo de estudo, os instrumentos e etapas/dimensões que o envolveram.

No capítulo segundo, apresentamos as apropriações conceituais da teoria antropológica da “performance cultural” a partir da obra de MacAloon (1984) na elaboração da Teoria do Espetáculo, que baseia a discussão sobre os Jogos Olímpicos e os “gêneros performativos” que o compõem.

No capítulo terceiro, dada a vastidão da discussão em torno do conceito de identidade cultural, exploramos a perspectiva da prática discursiva, a partir das proposições de Hall (2006). Assim, sistematizamos as interpretações da identidade brasileira à luz de teóricos reconhecidamente importantes por seus estudos sobre tal sociedade, principalmente, Roberto DaMatta.

No capítulo quarto, apresentamos como perspectivamos a sociologia do esporte e sua potencialidade para a compreensão de diferentes sociedades, citando autores que utilizaram este “palco” para analisar a sociedade brasileira. Situamos também o presente estudo nesse escopo, assumindo o conceito de alteridade radical (VELHO, 1999) para

considerar a análise das narrativas identitárias do nacional tendo como contexto esportes “estranhos” à gramática esportiva brasileira.

1.1 PROCEDIMENTOS E ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A abordagem qualitativa das informações obtidas na presente investigação contempla o sentido de busca pela compreensão de um fenômeno complexo, vinculado a comportamentos e processos dinâmicos vividos por atores sociais, sem a necessidade de empregar instrumental estatístico para a análise do problema (RICHARDSON, 2008).

A etapa de coleta de dados é citada por Richardson (2008) como uma fase em que a responsabilidade do pesquisador é conhecer as informações disponíveis sobre o acontecimento estudado.

A questão de investigação desse estudo envolve a complexidade das narrativas da identidade brasileira a partir de uma análise da mídia impressa, do discurso dos atletas brasileiros e das atitudes e reações do público presente em um contexto específico.

O levantamento das informações neste estudo, portanto, perpassou: (1) a seleção, arquivamento e análise das reportagens da mídia impressa; e (2) o trabalho de campo desenvolvido durante os Jogos Olímpicos de Inverno (que se subdivide na observação direta do contexto e na realização de entrevistas guiadas com atletas brasileiros que participaram dos JOI de Vancouver 2010).

Utilizamos como fontes de mídia os impressos *O Globo* (OG) e *Folha de São Paulo* (FSP), pois, ambos são de circulação nacional e podem ser considerados como os mais influentes jornais do país. Analisamos também a cobertura de um jornal impresso canadense, o *The Globe and Mail*, de circulação nacional, a fim de verificar a existência de possíveis narrativas sobre a participação brasileira nos JOI.

Nestes impressos foram identificadas, selecionadas e arquivadas, em fichas de catalogação (APÊNDICE A), reportagens, notas e/ou matérias que em seu conteúdo trataram da participação brasileira nos JOI durante os meses de novembro de 2009 a fevereiro de 2010 (período que antecedeu e foi realizado o evento).

Para viabilizar a ida a campo, o então projeto desta pesquisa foi submetido para concorrer a uma das bolsas ofertadas pelo programa de incentivo à pesquisa do Governo canadense denominado Líderes Emergentes da América (*Emerging Leaders of America*

Program - ELAP).

As bolsas são disponibilizadas para o intercâmbio de estudantes e de pesquisas da graduação e pós-graduação. O ELAP tem como meta apoiar o desenvolvimento de capital humano e próxima geração de “líderes” nas Américas, ao passo que estreita os laços entre instituições superiores canadenses com as da América Latina e Caribe ⁵.

A pesquisa foi contemplada pelo referido programa e, assim, obteve-se o financiamento que garantiu a realização da dimensão etnográfica deste estudo. Fez parte das atividades previstas pelo ELAP a inserção da pesquisadora em ambiente acadêmico, sob a supervisão de um professor previamente contatado, numa universidade anfitriã do Canadá.

Assim, foram quatro meses de permanência (de 8 de Janeiro a 30 de abril de 2010) na instituição anfitriã – *University of Western Ontario* (UWO) em London, Canadá –, sob a supervisão do professor Dr. Robert K. Barney. Durante esse período, o trabalho de coleta de dados implicou no deslocamento de *London, Ontario* para a província de *British Columbia*, onde permaneci por dez dias (de 9 a 19 de fevereiro) transitando entre as duas cidades que sediaram os JOI 2010: Vancouver e Whistler.

Na UWO está o “Centro Internacional de Estudos Olímpicos” (*International Centre for Olympic Studies – ICOS*), cujo Diretor Emérito era o Prof^o Robert. O ICOS tem como meta principal a formação (em perspectivas internacionais) de acadêmicos empenhados especificamente nos estudos sócio-culturais dos Jogos Olímpicos e do Movimento Olímpico ⁶.

A experiência na UWO envolveu o levantamento e seleção de material bibliográfico que pudesse contribuir com a construção e o aprofundamento do referencial teórico do presente estudo, bem como a participação como ouvinte na disciplina “Repensando os Jogos Olímpicos Modernos” (*Rethinking the Modern Olympic Games*). Todas as avaliações e leituras previstas no programa do curso foram cumpridas.

Dentre as leituras que contribuíram para constituir e aprofundar a base teórica e as interpretações dos dados da presente análise, a principal é a Teoria do Espetáculo de MacAloon (1984). Durante a dimensão etnográfica, essa teoria funcionou como um importante ferramental teórico para uma compreensão mais ampla do contexto em questão nesta investigação.

⁵ Ver: <http://www.scholarships.gc.ca/elap-eng.aspx>

⁶ Ver: <http://www.uwo.ca/olympic>

Ademais, dentre as atividades previstas para o primeiro mês na UWO estavam: a programação da logística de transporte aéreo e terrestre, acomodação e alimentação em Vancouver e Whistler, de acordo com o orçamento disponibilizado até então pelo ELAP. Foram definidas: (1) as ações a serem desenvolvidas para a coleta dos dados (que inclui a observação direta, a definição do agendamento das entrevistas com os atletas e o arquivamento de jornais canadenses); (2) o acesso às provas disputadas pelos brasileiros; (3) bem como o acesso à programação cultural disponibilizada pelo Comitê Organizador dos Jogos.

Para viabilizar a realização das entrevistas com atletas brasileiros em Vancouver/Whistler, foi realizado contato com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN), a partir do endereço eletrônico disponível em seus sítios oficiais⁷, no qual o objetivo geral do estudo foi apresentado (APÊNDICE B), bem como foi manifesto o interesse de entrevistar os atletas durante a competição. Houve resposta por parte das duas entidades, que declararam solicitude para contribuir com a mediação do acesso da pesquisadora aos atletas.

Todos os atletas da equipe brasileira participantes do evento foram convidados a contribuir com a pesquisa, voluntariamente, a partir do contato prévio (diretamente via e-mail e também por mediação da CBDN) no qual os objetivos do estudo foram apresentados (APÊNDICE C). Aqueles que responderam ao contato e optaram por participar foram entrevistados mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D), com o uso de um gravador de voz.

A técnica de entrevista escolhida foi a do tipo guiada (APÊNDICE E), por permitir ao entrevistado a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador (RICHARDSON, 2008).

A partir desses delineamentos, reunimos para a análise 33 reportagens publicadas entre os meses de dezembro de 2009 e fevereiro de 2010: dezoito do jornal *O Globo* (OG) e quinze do jornal *Folha de São Paulo* (FSP). No jornal canadense *The Globe and Mail* (TGM) não encontramos nenhuma reportagem, nota ou matéria que mencionasse a participação dos brasileiros nos Jogos de Vancouver.

Ademais, foram entrevistados dois dos cinco atletas brasileiros que estiveram em Vancouver – aqui identificados como A1 (atleta um) e A2 (atleta dois). Isto posto,

⁷ www.cob.org.br (Comitê Olímpico Brasileiro); www.cbdn.org.br (Confederação Brasileira de Desportos na Neve). O Brasil dispõe também de uma Confederação de Desportos no Gelo, mas, esta não teve nenhum atleta competindo nos Jogos de Vancouver 2010.

indicamos neste capítulo como procedemos a análise das informações obtidas a partir das diferentes fontes e as teorias mobilizadas para interpretá-las.

1.2 A TAREFA ANALÍTICA COM AS FONTES MUDIÁTICAS

A visibilidade internacional dos Jogos Olímpicos (JO), que não se deve exclusivamente ao seu caráter esportivo-competitivo (como poderemos indicar a partir da compreensão da Teoria do Espetáculo⁸), motiva formas de apresentar ou de expor narrativas de cultura nacional, narrativas das identidades nacionais.

A mídia é um dos canais por meio dos quais tais narrativas são produzidas e circulam. O trabalho de Billings (2008), embora seja uma análise a partir da mídia televisiva, nos oferece contribuições importantes para a compreensão da relação mídia e Jogos Olímpicos.

Billings (2008) investigou como e por que certas decisões são tomadas acerca do que os telespectadores veem, e que linguagem acompanha as imagens olímpicas transmitidas pela televisão. Tal autor pontua que, tendo em vista a própria significância política e social que os Jogos Olímpicos alcançaram, é importante acessar e analisar a sua forma midiática – dada a complexidade do fenômeno esportivo e considerando que essa é a forma a partir da qual muitas pessoas “consomem” o esporte e os eventos esportivos em geral.

Nessa perspectiva, dada a relação de interdependência econômica, política e social entre o esporte contemporâneo e a mídia, compreende-se a última não apenas como veículos que transmitem os Jogos, mas que, em certa medida, os produzem e é, portanto, um dos eixos centrais de sua estrutura.

Uma primeira consideração a respeito dessa relação é a proporção e dimensão do evento. De fato,

[...] os Jogos Olímpicos tem uma capacidade única de reunir milhares de competidores, autoridades, a maioria dos países do mundo, ao passo que expõe de forma ampla tanto os triunfos esportivos inéditos quanto as catástrofes (BILLINGS, 2008, p.5).

Billings (2008) afirma que a cobertura midiática de um evento esportivo com tantas dimensões envolvidas (ideológica, política, simbólica, competitiva, etc.) como os

⁸ Ver Capítulo 2.

Jogos Olímpicos, constrói narrativas que permitem reconhecer e analisar determinadas construções sociais de uma forma muito peculiar. Essa é uma das razões que o autor em questão considera para afirmar que os JO se constituem como o evento mais “superlativo” de todas as competições esportivas⁹.

Uma constatação importante percebida por Billings (2008) (e que é plenamente aplicável à cobertura de outras mídias que não a televisiva) é a de que a diversidade inerente aos Jogos Olímpicos permite o exame, por exemplo, das representações e/ou molduras étnicas, de nacionalidade e de gênero a partir da mídia.

Na abordagem da relação entre mídia e Jogos Olímpicos realizada por Billings (*op.cit.*) interessa-nos mais diretamente a vinculação das técnicas de emolduramento da mídia – podemos dizer de codificação, utilizando os termos de Hall (2003) –, ao conceito de identidade na teoria social.

Billings (2008) analisa que as teorias da identidade postulam que os processos de comunicação contribuem e funcionam como processos de diferenciação para o desenvolvimento de identidades individuais e de grupos, uma vez que são os veículos midiáticos os principais canais pelos quais a ostentação de símbolos e identidades circula.

Apoiando-nos nessa perspectiva, buscamos realizar a análise destes processos de diferenciação a partir do exame de narrativas da identidade brasileira na mídia impressa diante de uma gramática esportiva estranha à cultura nacional e, para isso, utilizamos o modelo analítico de Hall (2003).

Os debates sobre como o fenômeno da comunicação pode ser melhor examinado continuam emergindo no âmbito acadêmico a partir do desenvolvimento de várias metodologias. Identificamos na Teoria da Recepção de Stuart Hall contribuições conceituais importantes para a compreensão do processo comunicativo e suas especificidades, para então analisarmos a questão da identidade brasileira tendo como “palco” os Jogos Olímpicos de Inverno.

Embora Billings (2008) e Hall (2003) dirijam suas investigações para a mídia televisiva, tais autores forneceram elementos importantes para este estudo, sobretudo, no que se refere ao entendimento do contexto dos Jogos Olímpicos midiáticos no primeiro caso, e no trato conceitual analítico, no último.

⁹ Tal assertiva nos aproxima da identificação dos Jogos Olímpicos como uma “performance cultural ramificada”, questão a ser discutida no Capítulo 2.

1.2.1 O modelo analítico de Stuart Hall

Embora Hall (2003) tenha desenvolvido um modelo de análise do processo comunicativo visando o estudo de uma “Teoria da Recepção” a partir da televisão, o arcabouço conceitual elaborado nesta teoria nos permite utilizá-la nesta investigação, que lida precisamente com o evento “codificado”, ou seja, tornado uma “narrativa”.

Hall (2003) sugere que há uma complexa estrutura de significados no processo comunicativo, que é composto por momentos distintos, mas, interligados, são eles: (1) a produção-codificação, com referenciais de sentido próprios na busca por construir uma “leitura preferencial”; (2) a distribuição/circulação da mensagem; (3) e a decodificação/consumo, que também envolve referenciais de sentido, convergentes ou divergentes daqueles que são objetivados no processo de codificação.

Epistemologicamente, a teorização de Hall (2003) situa-se na crítica ao modelo tradicional de interpretação do processo comunicativo que o compreendia como unilinear, ou seja, que parte do emissor para o receptor. Segundo a Teoria da Recepção, os momentos que compõem o processo comunicativo não operam de forma unilinear numa relação hierárquica emissor-mensagem-receptor.

A ideia central de Hall (2003, p.389) é que aquilo que as mídias captam já é um universo discursivo, uma vez que estas buscam, para o processo de sua produção, “[...] definições da situação de outras fontes e outras formações discursivas dentro da estrutura sociocultural e política mais ampla da qual são uma parte diferenciada.”

Com isso, não existe um “marco zero” ou um “ponto inicial” neste processo e, conseqüentemente, ao operarmos com um modelo de análise que busca superar essa concepção linear, estamos lidando com articulações e não com momentos isolados.

Analiticamente, ressalta Hall (2003), é possível saber por que consumo e produção são diferentes, a fim de entender como eles se articulam, vistos como uma totalidade complexa, como “circuitos da comunicação”. Assim, buscaremos nesta seção delinear como opera o processo de codificação/decodificação na perspectiva da Teoria da Recepção e suas articulações.

O processo de produção é denominado por Hall (2003) como o momento da “codificação”. Ao observarmos tal momento estruturalmente devemos ter em vista que a mensagem nunca é o acontecimento em seu estado “bruto”, é uma narrativa, mesmo quando se trata, por exemplo, de transmissões televisivas ao vivo.

A codificação é o momento de construção da mensagem, do seu emolduramento. O momento de produção refere-se ao evento ou fato que se tornará uma “narrativa” à medida que é codificado (emoldurado) por uma empresa/rede de informações, por exemplo, uma emissora de televisão. Nesse processo as influências institucionais (políticas, sócio-econômicas, ideológicas, etc.) pesam sobre a forma como o fato/evento será emoldurado, narrado.

A ideia é que um repórter, por exemplo, capta algo pré-significado e recodifica-o de acordo com os referenciais de sentido que mobiliza para tal. Em si mesmo, tais “referenciais de sentido” e ideias podem incluir: rotinas de produção, ideologias profissionais, referenciais institucionais, expectativas e suposições sobre a audiência, etc.

Isso implica reconhecer que os acontecimentos são “significados” dentro do discurso midiático, ou seja, o momento de produção é permeado de relações sociais que estão envoltos em ideias e sentidos discursivos próprios dos envolvidos em tal processo. Há de se considerar também que “no momento em que um evento histórico é posto sob o signo do discurso, ele é sujeito a toda complexidade das regras formais pelas quais a linguagem significa” (HALL, 2003, p.388).

Esses fatores estão interligados de maneira complexa e estão sujeitos a diversas variáveis. Por exemplo, a partir dos referenciais de sentido da produção/codificação pode-se ou não produzir discursos homogêneos e coesos no interior de uma mesma instituição (uma emissora de televisão, de rádio, um jornal impresso ou outro veículo midiático); e/ou pode-se produzir mensagens que são resultantes de relações de poder (como, por exemplo, quando elementos da esfera institucional sobrepõem-se às ideologias pessoais e/ou profissionais dos envolvidos no processo de produção).

A noção de “leituras preferenciais” trabalhada por Hall (2003) é outro fator importante a destacar-se no processo de produção. Em suma, antes de se tornar um evento comunicativo, o acontecimento se torna uma narrativa, que geralmente traz em si “sentidos preferenciais” embutidos implícita ou explicitamente. Tais sentidos podem ou não ser alcançados no processo de “decodificação”.

Segundo Hall (2003, p. 366) “a leitura preferencial é uma tentativa de hegemonizar a audiência” por parte de quem detém o controle dos aparatos de comunicação. Nesse sentido, “ser perfeitamente hegemônico seria fazer com que cada significado que se pretende comunicar seja compreendido pela audiência somente daquela maneira pretendida” (HALL, *op.cit.*). Porém, de acordo com Hall (2003), tal

leitura nunca é totalmente alcançada, pois, existem muitas leituras possíveis de uma mesma mensagem.

Dessa forma, para a análise das narrativas identitárias a partir dos códigos veiculados na mídia impressa brasileira sobre os JOI, entendemos que o significado da mensagem não é fixo, é sempre multireferencial.

O próprio processo de análise é, em si mesmo, um processo de decodificação, sujeito aos referenciais de sentido mobilizados pelo pesquisador na tarefa analítica. Podemos considerar também que estabelecemos uma “leitura preferencial” na tarefa analítica a fim de captar as narrativas que potencializem a discussão sobre a identidade brasileira, que é um dos objetos deste estudo.

Nesse viés, o processo de decodificação é compreendido como “uma prática desconstrutiva que abre o texto a uma variedade de significados ou apropriações que não foram estabelecidas na atividade de sua codificação” (HALL, 2003, p.369). Isso caracteriza a “relativa autonomia” que cada um destes momentos possui um em relação ao outro.

Na decodificação, a mensagem está sujeita aos referenciais de sentido de quem a consome, ou seja, “as leituras que você faz surgem da família em que você foi criado, dos lugares em que trabalha, das instituições a que pertence, e das suas outras práticas” (HALL, 2003, p.378).

Na decodificação o indivíduo pode, ao mesmo tempo: perceber o sentido preferencial de uma mensagem veiculada e encontrar nela outros sentidos; ou ser envolvido pelo sentido preferencial, sem reconhecer naquela mensagem outras possibilidades interpretativas. Enfim, as singularidades do processo de decodificação são múltiplas.

Um aspecto importante a ressaltar na Teoria da Recepção de Hall (2003) refere-se aos mal-entendidos do processo de comunicação. O autor refere-se às dificuldades e/ou falhas na transmissão da mensagem (nas trocas simbólicas) no que se refere à sua eficácia, ou seja, o grau de entendimento de quem a recebe.

De acordo com Hall (2003), os mal-entendidos nas comunicações se dão quando não existe equivalência entre os códigos empregados no processo de produção e aqueles do processo de decodificação. Isso ocorre porque

Os códigos de codificação e decodificação podem não ser perfeitamente simétricos. Os graus de simetria – ou seja, os graus de

"compreensão" e "má-compreensão" na troca comunicativa – dependem dos graus de simetria/assimetria (relações de equivalência) estabelecidos entre as posições das "personificações" – codificador-produtor e decodificador-receptor (HALL, 2003, p. 391)

Assim, a troca comunicativa ocorre por meio da “forma-mensagem”, ou seja, a necessária “forma de aparência” do evento na sua passagem para o receptor. Num determinado momento, a mensagem é produzida a partir do emprego de códigos através de meios materiais e relações sociais; noutro, a mensagem irrompe no meio receptor, o qual se utiliza também de códigos para decodificá-la.

Assim, para Hall (2003, p. 393) “não há discurso inteligível sem a operação de códigos”. Por parte da codificação, o emprego de códigos visa um processo de “tradução” da mensagem a partir da mobilização de códigos que se imaginam serem compartilhados pelo público que consome a mensagem.

Ainda que tenhamos códigos compartilhados por um determinado grupo social, podemos antever que um mesmo evento pode ser narrado (codificado) e decodificado de maneiras diversas tendo em vista os múltiplos referenciais de sentidos a que está sujeito em cada momento o processo comunicativo. Podemos pensar em um exemplo prático observando como um mesmo lance de uma partida de futebol é narrado diferentemente em canais de televisão diferentes e interpretados também de maneira diversa por atores sociais distintos.

Para aprofundar a explicação dos desdobramentos e complexidade do processo comunicativo, Hall (*op.cit.*) discute alguns elementos da teoria linguística. São eles: as noções de conotação e denotação.

O referido autor pontua que na teoria linguística a conotação tem sido empregada para referir-se aos sentidos menos fixos, mutáveis, que variam de instância para instância e, portanto, dependem da intervenção dos códigos envolvidos. Já a denotação confunde-se com a “transcrição literal da realidade para a linguagem” (HALL, *op.cit.* p. 395).

Hall (2003, p.395) posiciona-se contrário a tal ideia argumentando que a distinção dever ser apenas de cunho analítico, pois, para ele “poucas vezes os signos organizados em um discurso significarão *somente* seus sentidos "literais", isto é, um sentido quase universalmente consensual”. Segundo ele, a maioria dos signos combina seus *aspectos* denotativos e conotativos.

Pontualmente, destacamos o conceito de signo icônico que nos servirá de base para a análise das narrativas do nacional nos JOI. Esse conceito situa-se na discussão sobre os signos televisivos (visual e auditivo).

O signo icônico refere-se ao signo visual. Este possui algumas das propriedades da “coisa representada” e abrange aspectos denotativos e conotativos como quaisquer mensagens. Hall (2003) define que há níveis diferentes de conotação do signo visual. O referido autor aponta que a “forma mensagem” icônica não se refere à transparência do real diretamente, mas às especificidades empíricas do signo icônico e ao código no qual ele atua.

Alguns signos visuais podem alcançar o que Hall (2003, p. 393) denomina de uma "quase universalidade". No entanto, o referido autor ressalta que mesmo códigos visuais aparentemente "naturais" são específicos para cada cultura.

Pensar a articulação de signos (inclusive os visuais) na mediação dos Jogos de Inverno pela mídia brasileira tendo como contexto os JOI remete-nos à apropriação do conceito de alteridade radical de Velho (1999), o qual abordaremos no Capítulo 4.

Assim, ao abordar as narrativas de mídia impressa no presente estudo, partimos da compreensão de que acessar os acontecimentos codificados pelas mídias buscando identificar suas possibilidades interpretativas permite tornar a possibilidade futura de investigação do processo de decodificação menos rígida.

Privilegiar a decodificação em detrimento do conhecimento do evento codificado na análise do processo comunicativo seria incorrer no equívoco de admitir uma relação de causa e efeito ou estímulo/resposta (a partir da qual seria possível compreender, identificar ou supor os sentidos preferenciais inculcados em uma narrativa a partir dos seus “efeitos”), o que o desconstruiria como um processo não-linear.

No exercício da presente análise interessa-nos compreender a narrativa midiática no todo complexo que envolve a sua produção, circulação e consumo no processo comunicativo. A partir dessa compreensão, poderemos somar à análise das narrativas, ou seja, do evento “codificado” as informações obtidas a partir das entrevistas com os atletas brasileiros e a experiência de campo.

1.3 A ANÁLISE DO TRABALHO DE CAMPO

A etnografia, segundo Hammersley e Atkinson (1995) é, primeiramente, um conjunto de métodos, ou um método em particular, que envolve o contato do etnógrafo

com a dinâmica social investigada por um tempo determinado, na busca por dados que possam esclarecer o foco de sua pesquisa.

Estes autores indicam que a análise dos dados na etnografia não é um estágio distinto da pesquisa. De fato, entendemos que de muitas maneiras a análise começa na formulação do problema, ocorre durante o trabalho de campo, e continua durante o processo de escrever relatórios, artigos, etc.

Ao analisar o trabalho antropológico, DaMatta (1978) se aproxima dessa ideia ao distinguir os momentos da análise etnográfica. Para o autor, ao longo deste processo, há transições, tal como os “ritos de passagem”.

Trata-se da passagem do plano teórico-intelectual – no qual conhecemos ‘a tribo’ “não pelo concreto, mas pelo abstrato e não vivenciado [...] pelos livros, ensaios e artigos: pelos outros [...]” (DaMATTA, 1978, p.24) –, para o período prático e pessoal (ou existencial) do trabalho de campo.

No período prático, já não se trata de citar a experiência de outrem (pesquisadores reconhecidos, teóricos importantes, etc.), mas de considerar a especificidade e relatividade da própria experiência, sobretudo, como afirma DaMatta (1978) quando a pesquisa implica a experimentação de mudanças drásticas¹⁰.

No que se refere ao plano pessoal ou existencial, extinguem-se as divisões entre a competência acadêmica e/ou científica do plano teórico-intelectual e a realidade imediata do plano prático para “[...] sintetizar a biografia com a teoria e a prática do mundo com a do ofício” (DaMATTA, 1978, p.25). Em outras palavras, o plano pessoal ou existencial é essencialmente integrador e globalizador, é uma “aldeia concreta”.

A chegada ao aeroporto de Vancouver (a minha aldeia concreta) ocorreu no dia 9 de Fevereiro de 2010 (três dias antes da abertura dos Jogos), onde o trabalho de campo continuaria por mais dez dias. Antes, na cidade de London, Ontário desde o dia 8 de Janeiro de 2010, já havia iniciado uma imersão no clima de excitação que circundava a chegada dos Jogos Olímpicos e que podia ser verificada a partir do diálogo com locais, dentro e fora do âmbito acadêmico, e do acompanhamento da mídia nacional televisiva e impressa.

A exemplo do que Archetti (1999) vivenciou em seu estudo sobre os Jogos de

¹⁰ Se nos é permitido mencionar o “anedotário da pesquisa de campo”, – embora esse termo seja, para DaMatta (1978, p.27), “[...] um modo muito pouco imaginativo de depositar num lado muito obscuro do ofício [do etnólogo] seus pontos mais importantes e significativos” –, a principal mudança drástica que o período prático envolveu nesta pesquisa foi a climática: de um verão carnavalesco para um inverno canadense rigoroso.

Inverno de Albertville 1992 na França, havia certa dispersão espacial e distâncias consideráveis entre os diferentes locais de competição nos Jogos de Vancouver, no Canadá. Os deslocamentos até a cidade de Whistler levavam cerca de duas horas de ônibus – tal cidade, por ser montanhosa, sediou muitos dos eventos da modalidade de esqui alpino, também o *luge*, *skeleton* e *Cross-country*.

Nesse sentido, na tentativa de sistematizar o trabalho de campo, consideramos para a observação os aspectos pontuados por Hammersley e Atkinson (1995, p. 185) que sugerem o detalhamento: (1) do espaço – o local ou os locais; (2) dos atores – as pessoas envolvidas; (3) da atividade – o conjunto de atos que as pessoas realizam; (4) dos objetos – os objetos presentes e sua posição; (5) das atitudes – ações particulares das pessoas; (6) dos eventos – a relação do conjunto de atividades que as pessoas executam; (7) do tempo – a sequência dos acontecimentos; (8) as metas – as coisas que as pessoas tentam realizar; (9) do sentimento – as emoções expressadas.

Salientamos que a partir de tal sistematização não se pretende, neste estudo, incorrer em classificações arbitrárias, mas alcançar configurações que ajudem a pensar o problema de pesquisa de maneira mais objetiva. Assim, orientando-se pela perspectiva de Archetti (1999, p.199), os dados do campo postos sob análise neste estudo são advindos “do visto, do vivido, do dito e do escrito.”

Nesta pesquisa, o foco principal do trabalho etnográfico consiste na descrição e análise das atitudes e reações do público presente diante da participação de brasileiros nos JOI de 2010.

A presente análise parte da compreensão antropológica dos JOI como uma performance cultural (proposição advinda da dimensão teórico-intelectual da pesquisa), para a dimensão integradora do plano pessoal ou existencial, onde nota-se suas especificidades.

2 TEORIA DA PERFORMANCE CULTURAL: APROPRIAÇÕES CONCEITUAIS

O mundo social do esporte não foi considerado, a princípio, um espaço de problemas sociais “sérios”. Como indicam Elias e Dunning (1995) e também DaMatta (1982), o eixo balizador da pesquisa social esteve vinculado a uma ideologia social voltada para a lógica do trabalho que privilegiava como objetos de análise, por exemplo, a política e a economia.

Em meados do século XX, a partir de processos históricos complexos no desenvolvimento das sociedades, reconheceu-se no esporte e no lazer domínios autônomos da vida social, cuja investigação faz emergir possibilidades de conhecer e compreender determinadas realidades sociais.

Especificamente no que se refere ao fenômeno esportivo, diferentes perspectivas foram desenvolvidas ao longo da história na tentativa de interpretar os sentidos, significados, impactos e funcionalidades do esporte e suas variadas manifestações nas sociedades contemporâneas.

Orientado por lógicas diferentes das práticas e utilitaristas que influenciaram muitas destas perspectivas, MacAloon (1984) fundamentou-se na teoria antropológica da “performance cultural” para analisar um evento de caráter global que se tornou, se não a máxima, uma das maiores manifestações envolvendo o esporte moderno: os Jogos Olímpicos (JO).

De fato, os JO tornaram-se “[...] uma instituição de natureza e alcance sem paralelo no mundo moderno” (MacALOON, *op.cit.*, p. 248), evidenciada cada vez mais a partir do volume de trocas simbólicas – interpessoais, nacionais e culturais – que os envolvem.

Nesse sentido, MacAloon (1984) reconheceu nos Jogos Olímpicos uma “performance cultural” a partir da qual é possível examinar diversos aspectos da sociedade, assumindo para isso as elaborações teórico-conceituais do também antropólogo, Victor Turner ¹¹.

Estão implícitas nessa teoria, compreensões específicas a respeito dos termos que compõem sua denominação: performance e cultura. MacAloon (1984) as apresenta de forma concisa (o que não reduz sua complexidade) e apresenta pressupostos teóricos

¹¹ MacAloon (1984) cita as obras: TURNER, V. **Schism and Continuity**. Manchester, 1957; _____ . **The ritual process**. Chicago, 1969; e _____ . **Dramas, Fields and Metaphors**. Ithaca, 1974.

básicos e formulações conceituais para a compreensão da Teoria das Performances Culturais.

Além disso, contextualiza a análise que faz dos Jogos Olímpicos no desenvolvimento geral da teorização sobre performances culturais. Exploraremos estas questões ao longo deste capítulo.

No que se refere ao termo cultura, assume-se como perspectiva o conceito de Geertz (1973)¹², que a compreende como “um sistema de símbolos e seus significados” (MacALOON, 1984, p. 2). Trata-se da ideia de uma teia de significados, ação e comportamento simbólico cuja preocupação analítica é o significado. Tal concepção orienta toda a teorização das performances culturais.

A performance, por sua vez, é compreendida como sendo constitutiva da experiência social – embora ainda seja suscetível de debate situar o quanto e como –, e não como algo adicional ou instrumental.

Apesar de ter esse pressuposto central definido, para MacAloon (*op.cit.*), uma das questões problemáticas a respeito da teorização das performances culturais diz respeito, exatamente, à definição do termo performance. Segundo o referido autor, conceitos muito amplos tendem a caracterizar qualquer acontecimento ou interação cultural como “performance”. Ao mesmo tempo, interpretações estritas podem polarizar categorias, o que comprometeria a possibilidade de uma abordagem “transcultural”¹³.

MacAloon (1984) fez esta afirmação quando se referiu, particularmente, às formulações conceituais de Goffman (1952, 1974) que, embora se situem epistemologicamente nos estudos sobre a psicologia social da vida cotidiana, em muito influenciaram e contribuíram para as investigações sobre a performance no teorizar antropológico.

2.1 A METÁFORA TEATRAL

O contexto teórico no qual está situada a teorização sobre as performances culturais dialoga diretamente com a emergência da “metáfora teatral” nos estudos da microsociologia. Joseph (2000) apresenta-nos uma leitura sobre as ideias de Erving Goffman e a “arquitetura conceitual” da microsociologia que oferece elementos importantes para entendermos como esses campos teóricos se entrecruzam.

¹² Consultar: GEERTZ, C. A interpretação das culturas. New York, 1973.

¹³ Tradução literal de “cross-cultural” (MacALOON, 1984, p. 6).

Segundo Joseph (2000), na microsociologia a unidade elementar da pesquisa não é o indivíduo e sim a situação. Logo, enfatiza-se menos a ordem social do que a ordem de interação. O referido autor expõe que a ordem de interação não precede e nem é constitutiva da ordem social, ela assume configurações e desdobramentos próprios, específicos.

Nessa perspectiva, a ideia central é que a experiência social dispõe de um repertório de situações e interações as quais são passíveis de tornarem-se objetos de investigação.

Nesse modelo de estudo sociológico da realidade social, a referência para a interpretação analítica das situações de interação diversas na vida cotidiana é o teatro, a dramaturgia. Assim, as interpretações de Goffman partem da compreensão do “mundo social” como um “palco”, onde as pessoas apresentam-se como atores que desempenham certos papéis preestabelecidos (JOSEPH, 2000).

A metáfora teatral, portanto, sugere que há na performance uma “encenação” de papéis sociais a partir de papéis teatrais. O que ocorre é uma dramatização onde “dramatizar uma situação é transformá-la em uma história passível de ser contada, [significa] dar-lhe uma representação” (JOSEPH, 2000, p. 24).

Na microsociologia, a “metáfora teatral” é utilizada para entender a vida social, mais especificamente as interações face a face, é uma forma de abordagem das situações. Joseph (*op.cit.*, p.21) nos indica que na perspectiva de Goffman “só podemos compreender a pluralidade dos mundos se soubermos representar e entrar em cena, nos colocar no lugar do outro (para adotar sua perspectiva), nos tomar por um outro (e desempenhar um papel).”

É na “metáfora teatral” que reside uma grande contribuição da microsociologia para a antropologia da performance. Por outro lado, como nos indica MacAloon (1984) são conhecidos os limites do trabalho conceitual de Goffman sobre a definição de performance.

MacAloon (1984, p. 6) observa que a primeira definição apresentada por Goffman era muito ampla, de tal forma que “toda atividade de um indivíduo que ocorre em um período marcado por sua presença contínua diante de um conjunto particular de observadores e que tem algum efeito nos observadores” podia ser compreendida como performance.

Por causa da amplitude do termo, algumas problemáticas emergiram na realização de estudos empíricos. Assim, Goffman apresentou uma noção mais estrita, na

qual a “performance é o arranjo que transforma o indivíduo em um ator no palco”¹⁴.

Nota-se que, para a formulação do conceito mais estrito, foi assumido como paradigma mais explicitamente, o teatro ou, como se convencionou chamar: a “metáfora teatral”.

De fato, a noção de performance presente nos estudos Goffman é restrita, pois, como nos indica Joseph (2000), está muito mais voltada para a referência da metáfora teatral, do “desempenho de papéis” como um tipo de comportamento “ritual” dos atores sociais na vida cotidiana, do que especificamente para uma antropologia da performance.

O problema que se estabelece a partir da noção mais estrita advém não do paradigma do teatro, mas, das tipificações polares extremas às quais Goffman (1974) teria incorrido no tratar das performances como “aparências promovidas”¹⁵. Tal tipificação refere-se à proposição de que as performances podem ser “ou verdadeiras ou falsas”¹⁶, indicando uma abordagem instrumental das aparências.

O pressuposto de Goffman é o de que, “naturalmente”, como membros de um público ou de uma audiência, estamos imersos em uma cultura na qual aparência e realidade são categorias distintas e separadas e, assim, tendemos a ter a impressão de que as performances e/ou os atores são “ou dissimulados ou sinceros”¹⁷.

A crítica de MacAloon (1984, p. 7) em relação a essa tipificação se dá no questionamento se, de fato, ela é “tão natural” assim em todas as culturas. Dessa forma, enquanto o conceito mais amplo resultou no problema de caracterizar qualquer acontecimento como performance, o conceito mais estrito gerou, de acordo com MacAloon (*op.cit.*), outro problema: o de limitar as possibilidades de generalizações “transculturais”.

MacAloon (*op.cit.*) tenta demonstrar isso ressaltando que Goffman (1974) amparou-se numa compreensão de homem ocidental. Logo, sugere que ainda é preciso verificar se as formulações teóricas sobre a tipificação das performances amparadas na concepção ocidental podem ser validadas tendo por base todas as outras sociedades.

Possíveis achados de trabalhos empíricos nesse sentido, segundo MacAloon (1984), podem ter implicações imediatas para um conceito de performance cultural que seja estrito o suficiente para ser eficiente e, ao mesmo tempo, suficientemente sensível à

¹⁴ “a stage performer” (MacAloon, 1984, p. 6).

¹⁵ MacAloon (1984, p. 6).

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ *Ibd.*

pressuposição de ser amplamente aplicável.

Nesse viés, ao pensarmos a questão da “generalização transcultural” no que se refere às performances esportivas, verificamos uma problemática que se situa numa linha tênue e, portanto, precisa ser distinguida com clareza. Isso porque, embora o fenômeno esportivo esteja presente em diversas sociedades, universalmente, ele é passível de apropriações específicas e singulares, e isso faz com que as interpretações sociológicas a respeito dele também variem, sejam específicas e não se projetem como “universais”.

Nesse sentido, entendemos e enfatizamos que as “generalizações transculturais” as quais MacAloon (1984) se refere são, claramente, as de ordem teórico-conceitual e não as de ordem interpretativas. Essa questão será discutida com maior profundidade no Capítulo 4, a partir das interpretações de DaMatta (1982, 2006) sobre a sociologia do esporte, o futebol e os Jogos Olímpicos no caso brasileiro.

Diante disso, embora a definição de performance advinda dos estudos da microsociologia, sobretudo, a partir da obra de Goffman não tenha satisfeito às questões pontuadas por MacAloon (1984), é desses estudos que emerge uma grande contribuição para os estudos da antropologia da performance: a metáfora teatral.

Tal metáfora é utilizada, por exemplo, para entender o elo estabelecido entre as performances culturais e a vida cotidiana. Isso implica na compreensão de que as performances culturais tem algo da rotina em si mesmas, ao mesmo tempo em que se caracterizam por seguirem (ou tenderem a seguir), uma espécie de roteiro pré-existente, um *script*. MacAloon (1984, p. 9) explica que

As performances culturais são atividades organizadas e programadas. Esta programação pode ser flexível ou fixa, consciente ou inconsciente, consensual ou conflitante, ou, como é geralmente o caso, um pouco de cada coisa, não há performance sem “*pre-formance*”¹⁸. Em certos aspectos, as performances são nada mais que a rotina. Ao conferir responsabilidades uns aos outros e às tradições condensadas e objetivadas nos “roteiros”, atores e público assumem o risco de que as coisas não corram tão bem.

Há, portanto, um “senso de subjetividade da ação” na performance cultural que é ocasionado não apenas pela ideia de “risco”, mas, pela compreensão de que as performances culturais assumem uma “forma processual dinâmica”. Trata-se da ideia de “cultura em ação, não apenas algo criativo, percebido, alcançado, até mesmo

¹⁸ MacAloon (1984) utiliza um neologismo para reforçar a ideia de roteiro pré-existente.

transcendente do curso ordinário dos eventos, é frequentemente a condição de sobrevivência [e acrescentaríamos de invenção e/ou celebração] de tradições” (MacALOON, 1984, p. 9).

Em geral, mais que formulações teórico-metodológicas e didáticas, MacAloon (*op.cit.* p. 1) apresenta as performances culturais como “ocasiões nas quais uma cultura ou sociedade reflete sobre ou define a si mesma, dramatiza os seus mitos coletivos e histórias, apresenta a si mesma de maneira alternativa e, eventualmente, muda de alguma forma, ao mesmo tempo em que permanece a mesma.”

MacAloon (*op.cit.*) apropriou-se de conceitos mais específicos vinculados à Teoria da Performance Cultural, a partir dos quais reuniu elementos que oferecem sustentação à sua própria teoria para a análise dos JO, denominada de Teoria do Espetáculo.

Vale mencionar que o referido autor situa a própria análise num estágio de desenvolvimento da teoria da performance cultural considerado de “pré-paradigmático”, uma vez que, juntamente com teóricos interessados em diferentes “performances”, buscou contribuir para a teoria de uma forma geral a partir dos Jogos Olímpicos, deixando-a aberta a interpretações posteriores, o que sugere que suas assertivas não se pretendem conclusivas.

O estabelecimento do elo entre cotidiano e performances culturais em particular, é central na compreensão desses conceitos, sobretudo, sobre o de “dramas sociais”. Buscaremos explicitar as apropriações conceituais de MacAloon (1984) sobre os dramas sociais e suas implicações para a análise das performances culturais.

2.2 O CONCEITO DE “DRAMA SOCIAL”

Como conceito, o “drama social” é um modelo teórico que serve de ferramenta, ao mesmo tempo, descritiva e analítica. O uso da palavra “drama” implica a noção de teatralidade e, nessa perspectiva, os dramas sociais são definidos como a “matéria-prima a partir da qual o ‘teatro’ é criado” (MacALOON, 1984, p. 6).

No entanto, para não incorrer na questão da tipificação polar extrema à qual Goffman (1974) incidiu no tratar do conceito de performance, a questão da teatralidade nesta definição segue a uma lógica que considera que à medida que as sociedades se desenvolvem em escala e complexidade os dramas surgem continuamente, circunscritos

em configurações específicas das quais emergem e para as quais, ao mesmo tempo, são apresentados a partir de performances culturais também específicas.

Interpretamos essa definição no sentido de que, ao longo do desenvolvimento das sociedades, os dramas aos quais MacAloon se referiu apresentam-se de diferentes maneiras, são apropriados e reapropriados. Em outras palavras, os dramas sociais emergem continuamente e as formas culturais (ou as performances) nas quais são “teatralizados”, e também a partir das quais podemos conhecê-los, variam de acordo com a cultura, a tecnologia, a história, etc.

MacAloon (1984, p. 3) adere à concepção que sugere que a “performance cultural” se constitui como uma “área limitada de transparência na superfície opaca da vida social rotineira”. Nestas áreas encontram-se dramas sociais, ou seja, aspectos e relações da realidade social, teatralizadas em “palcos”.

A teatralização dos dramas sociais pela sociedade, sugere a existência de um lugar e ocasião específicos, bem como a representação de papéis normativos pré-estabelecidos, interligados e necessários para a performance. Os dramas “sociais” estão, assim, situados em um “roteiro” pré-existente, são abordados de forma que certos aspectos são enfatizados e/ou diminuídos na dramatização (MacALOON, 1984).

MacAloon (*op.cit.*, p. 9-10) indica que é o caráter “dramático” – no sentido de drama social teatralizado –, que confere a “excitação” potencialmente incorporada aos conteúdos da performance.

A excitação é perspectivada na teoria da performance cultural, como “um tipo particular de atenção especialmente concentrada e generalizada, [e a isso acrescenta-se que] o que quer que as performances façam, ou pretendem fazer, elas o fazem criando condições para, e conduzindo os envolvidos a prestarem atenção.”

As “áreas de transparência” citadas por MacAloon (1984) podem se manifestar nos rituais, filmes, exposições pictóricas, manifestações sociais, religiosas e festas culturais de uma sociedade, dentre outros. Nesse sentido, a partir da análise destas áreas, de como elas se configuram, o observador pode examinar sociedades em todos os níveis de complexidade, perceber um conjunto de princípios e arranjos sócio-estruturais, conflitos e dominâncias ao longo do tempo as quais, por vezes, podem passar despercebidas na vida cotidiana.

Constata-se com isso, que existe nas performances culturais uma relação dialética entre a realidade cotidiana e momentos considerados *extra-ordinários*. Turner (1974) explicou essa dialética utilizando a noção de “estrutura” e “antiestrutura” social

em *O processo ritual*, que servem de base para explicar os sentidos de liminaridade e *communitas* apropriados por MacAloon (1984) na Teoria do Espetáculo.

2.2.1 Liminaridade e *Communitas*

Em linhas gerais Turner (1974) sugere que, no processo da vida social, os dramas sociais emergem demarcando a relação dialética entre “estrutura” (que é a realidade cotidiana) e antiestrutura (que representa momentos *extra-ordinários*).

A noção de estrutura apresentada por Turner (1974) diz respeito à forma de organização social a qual vivenciamos cotidianamente. Representa um conjunto de classificações, um modelo para pensar a respeito da cultura e da natureza, para ordenar a vida pública.

A antiestrutura corresponde aos momentos de suspensão das relações cotidianas e, ao mesmo tempo, é constituído pelos dramas sociais. Logo, não se configura como a ausência de estrutura, trata-se de um modelo alternativo de organização social que só é possível pensar tendo em vista a existência da estrutura (TURNER, 1974).

Duas noções centrais no modelo estabelecido por Turner (1974) podem contribuir para o entendimento da dialética estrutura e antiestrutura, são elas: *liminaridade* e *communitas*. Abordaremos estes elementos, pois, eles são utilizados no desenvolvimento da Teoria do Espetáculo de MacAloon (1984).

De acordo com Turner (1974) a antiestrutura configura um espaço “liminar”, um momento especial, instituído pela própria sociedade, que visa lidar com as próprias contradições, conflitos, crises e/ou problemas localizados na base da estrutura social.

A liminaridade implica o sentido de transição, um intermédio. Os sujeitos e/ou os espaços liminares estão em transição. De acordo com Turner (1974, p. 116-117), “furtam-se ou escapam às classificações rotineiras [...] não possuem *status* ou posições sociais [...] são ambíguos [pois,] passam por um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro”.

A ideia é que algumas performances, e no caso específico da obra de Turner (1974), os rituais, podem proporcionar esse “trânsito” que, por sua vez, irrompe num momento de “transcendência”.

Tal momento de transcendência se configura, para Turner (1974) como um momento de *communitas*. Para explicar a noção de *communitas*, Turner (*op.cit.*, 117) pontua:

É como se houvesse dois modelos principais de correlacionamento humano, justapostos e alternantes [...] O primeiro é o da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e frequentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas [...] O segundo é o da sociedade considerada uma comunidade ou mesmo uma comunhão de indivíduos iguais.

Nesse sentido, Turner (*op.cit.*, p. 154-155) apresenta a ideia de que a *communitas* surge espontaneamente, motivada por valores, crenças e/ou ideais coletivos e, dessa forma “a *communitas* consiste em uma multidão de pessoas que não estão mais lado a lado, mas umas *com* as outras”.

Após passarem pela situação de liminaridade, ou seja, afastadas ainda que momentaneamente dos sinais diacríticos que as diferenciam e as contrapõem no cotidiano social, as pessoas vêm-se sem mediações, compartilhando um universo social e simbólico e a essa experiência Turner (1974) denomina *communitas*.

Acrescenta-se a isso a compreensão de que cada indivíduo está exposto, alternadamente, à estrutura e à *communitas*, a transições e a estados sociais¹⁹.

A partir da dialética social estrutura e antiestrutura Turner (1974) busca demonstrar que em um determinado momento a estrutura estabelece a antiestrutura produzindo um efeito de distanciamento reflexivo sobre si mesma.

Em outro momento, a “antiestrutura” tende a contribuir para que ocorram “reclassificações periódicas [ou, quem sabe, duradouras] da realidade e do relacionamento do homem com a sociedade, a natureza e a cultura” (TURNER, 1974, p.157)

Podemos exemplificar essa relação a partir da compreensão de que os jogos simbólicos existentes na dramatização ou teatralização se caracterizam, por vezes, como processos de “tomada de consciência”, ou seja, possibilitam aos atores sociais envolvidos distanciarem-se da realidade social ao mesmo tempo em que a observam mais criticamente.

Os dramas sociais estão contidos nessa dialética. São, pois, substratos do universo social e simbólico que emergem da estrutura social.

No que se refere aos Jogos Olímpicos, tal dialética evidencia-se em diferentes dimensões. A partir da apropriação do conceito de “gênero” na perspectiva de análise

¹⁹ Em “estados sociais” lê-se: “qualquer tipo de condição estável ou recorrente, culturalmente reconhecida” (TURNER, 19974, p.155).

das performances culturais, a Teoria do Espetáculo busca identificar e apresentar tais dimensões.

Apresentamos a seguir, a concepção de “gênero” na qual MacAloon (1984) amparou-se, bem como as ideias centrais sobre a caracterização dos gêneros Olímpicos. Entendemos que a Teoria do Espetáculo é uma contribuição importante para a abordagem sócio-antropológica do fenômeno esportivo como um todo e dos JO, especificamente, nas sociedades contemporâneas.

2.3 OS JOGOS OLÍMPICOS E A TEORIA DO ESPETÁCULO

MacAloon (1984) situa os Jogos Olímpicos como uma performance cultural, de proporção global, que tem em seu constructo ideológico considerações explícitas sobre várias formas de ação simbólica. Nesse sentido, o autor busca analisar os JO e suas configurações nesse jogo simbólico identificando e analisando, sistematicamente, os “gêneros performativos” de tal performance cultural.

Para a compreensão do conceito de “gêneros performativos”, partimos de uma diferenciação importante entre a análise das “performances culturais” e dos comportamentos de rotina. MacAloon (1984, p.10) nos apresenta a ideia de que as performances são “coletivamente tipificadas”, enquanto os comportamentos rotineiros, geralmente, não são “emoldurados ou nomeados”. Para o autor, essa tipificação coletiva não ocorre a partir da polarização de categorias extremas na análise de cada performance, ela se dá na identificação e distinção de “gêneros” da performance.

No contexto de sua produção, MacAloon (1984) ressalta que os antropólogos dedicaram pouca atenção teórica para o uso dos gêneros como constructos analíticos. De fato, é na tradição dos estudos literários que a “teoria dos gêneros” tem história consolidada, essencialmente, a partir dos textos escritos, com os denominados gêneros literários.

Diante disso, MacAloon (1984, p.10) situa a sua teoria na concepção dos gêneros como “formas em desenvolvimento ou formas discursivas [ou seja,] como modos distintos de comunicação e não apenas meras ferramentas analíticas de categorização”.

Isso não impede que interpretemos essa concepção a partir de uma perspectiva metodológica. A ideia é que a partir das performances e, portanto, da análise de outros modos de comunicação (os gêneros) de uma determinada performance, tem-se a

possibilidade de conhecer e acessar aquilo que não se pode captar, por exemplo, a partir das falas nas técnicas de entrevistas.

Uma questão que frequentemente emerge na realização e análise de entrevistas é: até que ponto a fala dos informantes envolvidos correspondem ao que de fato eles pensam, sentem ou, em linhas gerais, ao “real”? Os gêneros são, pois, outro modo de comunicação, outra linguagem e, portanto, mais uma possibilidade de acessar um determinado fenômeno e diminuir os limites da análise do mesmo.

Decerto, há de se considerar que os dois tipos de comunicação aqui exemplificados tem características peculiares e que a opção por um e/ou por outro depende da natureza e objetivos de um dado estudo. Deve-se considerar também que ambos (análises de entrevistas e de gêneros) podem compor um mesmo *corpus*, com informações complementares e/ou contrastantes sobre o fenômeno investigado.

MacAloon (1984) identificou e analisou os “gêneros performativos” dos JO, apontando que, a partir de tal análise, pode-se examinar a própria ideologia Olímpica. Ou seja, encontram-se na análise dos gêneros olímpicos elementos que também podem estar presentes, por exemplo, em fontes históricas, documentos oficiais do Movimento Olímpico, entrevistas com autoridades relacionadas, etc.

Destacamos que, embora denominada de Teoria “do Espetáculo”, MacAloon (1984) argumenta que não há como reduzir o “fenômeno Olímpico” moderno a uma única rubrica, ou seja, a um único gênero como, por exemplo, à tradicional característica “ritualística” dos Jogos da Antiguidade. Nesse sentido, a Teoria do Espetáculo tem como pressuposto a coexistência de “gêneros performativos” dos Jogos Olímpicos que, além do espetáculo são: festival, ritual e jogo.

Embora tenham sido estes os gêneros analisados e discutidos por MacAloon (*op.cit.*, p. 242), o autor antecipa que eles não esgotam “o rol de gêneros performativos dos JO, mas, se constituem como os mais significativos semanticamente e funcionalmente”.

Destacamos que os gêneros olímpicos e as relações entre eles passaram por mudanças históricas e estruturais ao longo do desenvolvimento da ideologia vinculada aos JO e das sociedades.

Para entender essa perspectiva, MacAloon (1984) propõe uma ordem de apresentação analítica segundo a qual parte-se dos gêneros mais difusos e ideologicamente centrífugos, para os mais concentrados e ideologicamente centrípetos. Assim, adotamos a ordem sugerida e apresentamos primeiro (e em uma proposta

dialética tal como indicada pelo autor) os gêneros espetáculo e festival. Em seguida, a compreensão dos JO como um “ritual secular” no mundo moderno e as proposições sobre o jogo como gênero olímpico. Por fim, como os gêneros arranjam-se de acordo com a Teoria do Espetáculo.

2.3.1 Os Jogos Olímpicos como espetáculo e festival

De todos os gêneros performativos, MacAloon (1984) afirma que o “espetáculo” é o menos conhecido pelos antropólogos. Considera que a etnografia de espetáculos específicos estava em sua “infância” e que estudos comparativos não existiam no contexto teórico de desenvolvimento do seu estudo. Assim, buscou delinear a caracterização de espetáculo a partir: (1) da etimologia da palavra; (2) segundo o alcance e grandeza; (3) da institucionalização de papéis normativos; e (4) da assunção de uma forma dinâmica.

Podemos antecipar que a denominação dos Jogos Olímpicos como espetáculo não incorre nos limites daquela comumente mencionada na produção acadêmica que se refere às relações entre o esporte e a atividade econômica (o “esporte-espetáculo”), ao seu uso político como potencial alienante, aos estudos sobre o esporte como produto da indústria cultural. Centramo-nos, antes, numa concepção antropológica de espetáculo que, embora não o isole dos fatores econômicos e políticos, centra-se em identificar os seus aspectos constituintes, ou seja, no que faz um espetáculo, de fato, espetáculo.

Uma característica primeira para trabalharmos com essa concepção refere-se à análise etimológica da palavra espetáculo. MacAloon (1984, p. 243) observa a derivação do Latim, que confere o sentido de “olhar para” e observar algo. Esse sentido implica a compreensão de que algo é “exibido, digno de atenção, notável [...] O espetáculo dá primazia ao sensorial visual e aos códigos simbólicos, eles são feitos para serem vistos.”

Nem todas as coisas feitas para serem vistas, porém, são consideradas espetáculos. Pois, estes envolvem também certo tamanho e grandeza, ou seja, os espetáculos são aqueles capazes de chamar a atenção pela sua proporção, cores ou outras qualidades “dramáticas”, aquelas capazes de provocar excitação.

Outra característica importante é o que MacAloon (1984, p. 243) denomina de “institucionalização de papéis bicamerais”. Refere-se a papéis normativos,

organicamente vinculados e necessários à performance, como por exemplo: “atores e público”, “artistas e espectadores”.

MacAloon (1984) analisa este aspecto indicando como o papel dos espectadores/público nos JO tem se tornado central, sobretudo do ponto de vista organizacional. O autor cita os esforços feitos para acomodar o público em hotéis nas cidades sede, nos estádios, e a organização da programação para atender os interesses destes espectadores.

Se observarmos edições mais recentes dos Jogos Olímpicos, podemos perceber como o público tem sido convidado a participar do espetáculo, de maneira altamente organizada. Isso pode ocorrer de várias maneiras: a partir de profissionais contratados para comandar as movimentações e o canto das torcidas; por apresentadores que indicam coreografias a serem feitas pelo público; e com o advento dos painéis eletrônicos, que passaram a exibir não apenas as informações referentes às competições, mas, os momentos de aplausos, *hola*, etc.

Há, nesse sentido, uma valorização da “excitação” de forma amigável que caracteriza o público muito mais como espectador (festivo) do que “torcedor”. É uma forma de conduzir oficialmente o papel do público, enquadrando-o no “roteiro” da performance cultural.

MacAloon (1984) faz referência à importância das rendas advindas da venda dos direitos televisivos, tendo em vista a dependência financeira do Comitê Olímpico Internacional (COI) em relação a esta renda, identificando nesse aspecto uma ramificação do papel do público no espetáculo.

Embora a televisão tenha tido um papel crucial na qualidade “espetacular” dos JO, há uma observação interessante a esse respeito. MacAloon (*op.cit.*, p. 245) considera que mesmo o mais alto padrão de tecnologia, na verdade, reduz o espetáculo “a retângulos de cor e forma, empobrecendo os ‘presentes’ do espetáculo ao olho humano.”

Outro aspecto a ser mencionado na caracterização do espetáculo é a compreensão do mesmo como uma forma dinâmica. MacAloon (*op.cit.*) argumenta que formas dinâmicas exigem movimento, ação, mudança e troca por parte dos atores humanos que estão no centro do “palco”, provocando nos espectadores, por sua vez, “excitação”.

A partir da análise destes aspectos, MacAloon (*op.cit.*, p. 245) conclui que “os Jogos Olímpicos não só preenchem estes critérios, mas são espetáculos por excelência, são irredutivelmente visuais, são feitos para serem vistos.”

MacAloon (1984) abordou uma problemática teórica importante na análise do “espetáculo”. Para o autor, quando se faz referência ao gênero performativo do espetáculo a partir da experiência individual, ambiguidades intelectuais e morais surgem.

Essa ideia refere-se ao fato de que o termo espetáculo está sujeito, dentre outros fatores, ao tipo de performance que alguém toma como referência ou modelo no mundo contemporâneo, como também às posições dos atores sociais em relação a tal performance.

MacAloon (1984) exemplifica: um ritual de uma sociedade “tribal” pode ser visto por *outsiders* (antropólogos, turistas, visitantes) deslocadamente ou erroneamente como um espetáculo. O autor pontua que este é um “erro de perspectiva”, pois, os papéis destes observadores não foram construídos dentro da estrutura daquela performance, ou seja, ocorre uma tipificação ou um uso metafórico da palavra espetáculo.

O problema é que a partir deste uso metafórico, ou dessa tipificação, pode-se incorrer em julgamentos de valor equivocados e/ou preconceitos sobre as reações e atitudes dos atores envolvidos na performance (que pode ser um ritual ou não), ou até mesmo sobre a própria performance.

Nesse sentido, MacAloon (1984, p. 247) cita Geertz (1973) para contribuir com o entendimento dessa problemática teórica no sentido de pensarmos as performances culturais como “estórias que um povo conta sobre si mesmo, para si mesmo.” Assim sendo, os sentidos e significados que determinada performance adquire é diferente para cada ator envolvido.

MacAloon (1984, p. 247) aponta que o crescimento do gênero do espetáculo no mundo contemporâneo deve ser entendido como “formas de pensar, de contar histórias sobre certas ambiguidades e ambivalências em nossa existência compartilhada [...] Os poetas, por exemplo, refletem nossos espetáculos de volta para nós em figuras de linguagem singulares”.

Outras características do espetáculo podem ser destacadas quando o contrastamos com o gênero do festival. Parte-se do pressuposto que os termos

espetáculo e festival não podem substituir um ao outro, eles estão em franca oposição, mas, ao mesmo tempo, compartilham um elemento chave.

Para detalhar essa perspectiva, MacAloon (1984) utiliza como recurso, mais uma vez, a análise etimológica a partir da derivação do Latim, na qual festival significa “alegre, festivo”. Refere-se a um estado de humor, bem como a um “tempo de celebração marcado por observâncias especiais, um programa de festividade pública” (MacALOON, 1984, p. 246)

O espetáculo, por sua vez, não denota nenhum estilo ou humor específico, abrange uma variedade de emoções que são intensificadas ou geradas pelo espetáculo, emoções alegres ou não. Há outros aspectos que podem ser contrastados entre estes gêneros. Por exemplo, os espetáculos são irregulares, ocasionais, com o final mais flexível, ou até mesmo espontâneo. Estão atrelados a um “ethos” de engrandecimento cuja máxima é: “mais é melhor”.

Tais características divergem da ideia de simetria, de equilíbrio, harmonia, e duração prevista dos festivais. Um exemplo claro dessa lógica é que o Movimento Olímpico tem um calendário próprio, independente se os JO ocorrem ou não em seu período quadrienal.

Segundo MacAloon (*op.cit.*), o endosso oficial do Comitê Olímpico Internacional (COI) aos JO, a princípio, concentrou-se em legitimá-lo como festival. Isso ocorreu devido às ideias de “estado de humor alegre” e “desenvolvimento integral e harmonioso do indivíduo”²⁰ aos quais os Jogos são ideologicamente vinculados.

De fato, em nível formal e pragmático, o COI fixou e manteve fronteiras internas de espaço, tempo e objetivações que distinguem o festival da mais centrífuga, difusiva e permeável estrutura do espetáculo. Questões operacionais como, por exemplo, o programa Olímpico, tem critérios estritos para a inclusão de novos esportes.

A própria estrutura organizacional do COI remete ao sentido de preservar o equilíbrio e harmonia internos. Podemos perceber ações nesse sentido, ao observar que tal entidade tratou com muita cautela as propostas de descentralização e expansão que surgiram ao longo dos anos, como analisa Senn (1999).

Com isso, o COI conservou sua independência formal, tendo autoridades representativas da entidade em cada país e não o contrário, por exemplo. Outro exemplo

²⁰ A noção de “eurritimia” que Coubertin utilizou no constructo ideológico Olímpico.

refere-se às elaborações de restrições contratuais em relação aos poderes dos Comitês Organizadores das cidades sede ²¹.

A conservação dos recursos simbólicos (proteção dos emblemas, símbolos) é também exemplo da busca por solidificar a ideia de simetria e harmonia da estrutura de festival. Ao mesmo tempo, essa estrutura também ajudava a consolidar a ideia de que os Jogos não tinham qualquer vinculação com acontecimentos políticos (SENN, 1999).

Mas, à medida que os Jogos foram continuamente atingidos por problemas políticos, econômicos e organizacionais, a imprevisibilidade emocional de seus impactos, de acordo com MacAloon (*op. cit*, p.249), pode ter fragilizado e até “superado a estrutura afetiva mais confiável de festival.”

Para melhor visualizar e compreender as elaborações acima descritas, sintetizamos os principais elementos da dialética entre festival e espetáculo no **Quadro 1**.

Quadro 1- Elementos da dialética espetáculo e festival

ESPETÁCULO	FESTIVAL
Algo é exibido, digno de atenção, notável	Tempo de celebração, festividade pública
Institucionalização de “papéis” bicamerais	Os papéis de atores e espectadores são menos distinguíveis
Tem uma determinada grandeza	–
Exige movimento, ação, mudança e troca por parte dos atores	–
Intensifica e provoca emoções alegres ou não	Atmosfera eminentemente alegre, festiva
São irregulares, ocasionais, estão associados a um “ethos de engrandecimento”	Estão associados à ideia de simetria, equilíbrio, harmonia.
Tem o final mais flexível	Tem duração prevista

O argumento que se segue à apresentação dos gêneros mencionados é que os Jogos Olímpicos (referência de performance utilizada por MacAloon) são, simultaneamente, festival e espetáculo. O elemento chave que tais gêneros compartilham diz respeito à ideia de que

[...] ambos são ‘megagêneros’ ou ‘metagêneros’ da performance cultural. Nenhum especifica diretamente que tipo de ação os participantes irão engajar-se ou ver. Pelo contrário, cada um constrói uma moldura adicional em torno de outros gêneros performativos mais descontínuos. Existem festivais religiosos, teatrais, comerciais,

²¹ Como podemos perceber na investigação de Barney, Wenn e Martin (2002).

de ópera e filmes, de artes e artesanato, de culinária, e combinações deles. E o mesmo acontece com os espetáculos. Esses metagêneros distinguem-se por sua capacidade de ligar-se organicamente [...], reunir historicamente formas diferenciadas de ação simbólica em novas totalidades de uma localização espaço-temporal comum, temas expressivos, estilo afetivo, intenção ideológica ou função social (MacALOON, 1984, p.258).

A questão dos megagêneros será melhor explicitada a partir da apresentação dos outros gêneros performativos dos Jogos Olímpicos. A análise direciona-se para o argumento de que os Jogos Olímpicos se constituem como um “tipo de performance cultural ramificada”.

2.3.2 Os Jogos Olímpicos modernos como ritual secular

O foco desta seção não é discutir a concepção sociológica contemporânea de ritual, mas, situar em linhas gerais, como a noção de ritual secular se constitui enquanto gênero olímpico.

Desde os anos formativos do Movimento Olímpico, Coubertin enfatizou a importância das cerimônias, das solenidades e da compreensão das práticas esportivas como um culto secular. Estes elementos tornam os Jogos modernos um ritual com caráter distinto e nobre quando em comparação, por exemplo, com os campeonatos esportivos mundiais (MacALOON, 1984).

O caráter secular das cerimônias e das solenidades (do ritual Olímpico) é uma diferenciação fundamental entre os Jogos Olímpicos da modernidade e os da Antiguidade. Em um plano geral, a secularização é uma das características distintivas do esporte moderno como um todo.

A respeito da caracterização do esporte moderno, podemos mencionar as interpretações do sociólogo Allen Guttman em *From ritual to Record*. O referido autor contextualizou o esporte em sociedades primitivas, antigas e medievais elencando características importantes para a compreensão histórica e sociológica do esporte como um fenômeno moderno.

Além da secularização, Guttman analisou a ausência e/ou presença dos seguintes elementos nas práticas corporais das sociedades mencionadas: quantificação, busca pelo recorde, igualdade de participação, racionalização, burocratização e especialização.

Pillati (2002) nos indica que o modelo analítico de Guttman possui algumas limitações às quais precisamos estar atentos. Uma delas diz respeito ao tipo de prática

esportiva a qual Guttman se refere, a de alto rendimento. Desse modo, as principais assertivas advindas deste modelo podem não se aplicar ao esporte moderno praticado em escolas, clubes, etc. Ademais, a polarização metodológica presente/ausente, desconsidera a possibilidade de que as características analisadas pudessem apresentar-se de diferentes maneiras, com configurações diversas.

Apesar das limitações do modelo analítico, a obra de Guttman é uma das mais importantes interpretações do esporte moderno. Em sua análise o referido autor explorou, por exemplo, a possibilidade de coexistência de características que *a priori* parecem antagônicas, como ritual e secularização. Diante dessa perspectiva, entendemos que compreender o esporte como um fenômeno secular e, ao mesmo tempo, como um ritual, implica o reconhecimento de uma relação paradoxal em que uma característica não exclui ou elimina a outra.

Sobre este aspecto, Peirano (2003) afirma ser um equívoco considerar os rituais eventos religiosos de sociedades históricas (como a corte europeia), sociedades indígenas, etc. Os rituais podem ser de natureza religiosa, mas podem também ser profanos, festivos, formais, simples ou elaborados.

Peirano (2003) indica que nos rituais estão combinadas palavras e ações que nos apontam e revelam representações e valores de uma sociedade, uma vez que expressam elementos do cotidiano. A autora pontua que a vida social é marcada por rituais e que estes são sistemas culturais de comunicação simbólica sujeitos às dinâmicas e mudanças sociais, portanto, não são fossilizados e imutáveis.

Embora realize esses delineamentos, Peirano (2003) aponta a necessidade de uma compreensão de ritual que seja “etnográfica”, ou seja, apreendida pelo pesquisador em campo, junto ao grupo que ele observa, para que se amplie a possibilidade de conhecer suas diferentes dimensões.

Apoiamo-nos nessa perspectiva para a análise da identidade brasileira em um ritual coletivo global, os Jogos Olímpicos de Inverno. Pois, compreende-se a partir dela que não se trata de “divorciar” o ritual de todos os outros domínios da vida social. Ao contrário, nos rituais pode-se perceber, compreender e acompanhar as mudanças e continuidades da vida social.

A ideia de ritual secular *Coubertiniana*, particularmente, parte das influências do pensamento social francês sobre a busca por uma “religião secular”. A obra de

Durkheim ²² é uma das principais referências a partir das quais Coubertin entendia que a razão não poderia, por si só, guiar a humanidade, há a necessidade do sentimento religioso, de novas celebrações e cerimônias (MacALOON, 1984).

Trata-se de uma discussão pautada na “crise da razão” na modernidade. Na Filosofia, assim como nas Ciências Humanas e Sociais, o debate em torno dessa crise remete à concepção de homem cuja relação com o mundo possui outras dimensões que não apenas a razão técnica-instrumental como, por exemplo, a dimensão moral, a arte, as esferas estético-expressivas ²³. É nessa perspectiva que o ritual secular emerge como uma dimensão da realidade social que não é estritamente vinculada a uma racionalidade técnica-instrumental.

Em um plano geral, MacAloon (*op.cit.*) afirma que os rituais diferem de outras formas de comportamento cerimonial, geralmente, de duas maneiras: (1) invocam e envolvem uma determinada sacralização, o lócus da preocupação de um povo; (2) e resultam em transições sociais ou transformações espirituais, em um ‘terreno transcendental’. Essas duas características estão intimamente relacionadas.

A ideia de terreno transcendental está vinculada à “efetividade” de um ritual, ao quanto um ritual “modela e incorpora um conjunto de relações em algum nível superior de princípios que serve pelo menos aos propósitos dos rituais, como o seu mecanismo gerador, ou terreno transcendental” (MacALOON, *op.cit.*, p.252). Nesse sentido, MacAloon (1984) sugere que podemos considerar a humanização como o “terreno transcendental” dos JO, presente na meta e prática ideológica do Movimento Olímpico.

De acordo com a Teoria do Espetáculo, os rituais Olímpicos incorporam três identidades estruturais: de indivíduo, de nação e de humanidade. São organizados em torno do clássico esquema de “ritos de passagem”.

MacAloon (1984) utiliza o conceito de liminaridade (no sentido de transição) para situar os cerimoniais Olímpicos. A princípio, distingue três momentos na cerimônia de abertura.

Primeiramente, o revezamento e acendimento da tocha, que são ritos de separação da vida cotidiana que evidenciam a justaposição de símbolos nacionais e símbolos do “transnacional”, da comunidade humana, Olímpica. A entrada dos atletas e árbitros no estádio ocorre a partir dos grupos nacionais (com hinos, bandeiras,

²² Ver DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

²³ Tendo em vista os limites da presente discussão, consultar: FESTENSEIFER, P. E. **A Educação Física na Crise da Modernidade**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

emblemas e uniformes). Eles se arranjam de tal forma que expressam uma unidade cooperativa embora seja uma unidade de segmentação ordenada.

Em um segundo momento do ritual, reduplica-se a liminaridade criada pela cerimônia de abertura como um todo. A bandeira Olímpica é carregada e fica acima de todas as bandeiras nacionais, o hino Olímpico é executado e a chama 'sagrada' consagra o festival, ou seja, os símbolos da comunidade olímpica são posicionados hierarquicamente acima de qualquer símbolo nacional.

O terceiro momento caracteriza-se, para o público, pela qualidade de espetáculo, com música e dança, altamente coreografado e com apelo visual que marca a transição de uma grande expectativa no momento solene para a alegria que é desejável, o "estado de humor" dominante do festival. Para os espectadores, os Jogos em si e as cerimônias de premiação são ritos de intensificação, enquanto para os atletas são ritos de seleção e iniciação.

MacAloon (1984) também analisou as cerimônias de encerramento como rituais Olímpicos. Estas são rituais de encerramento e reagregação da ordem normativa, onde os símbolos nacionais como um todo são reduzidos, pois, os atletas adentram no estádio separados de suas bandeiras nacionais, uniformes, etc. Trata-se de uma exibição final, uma expressão simbólica do sentido de "humanidade" na qual busca-se legitimar a ideia de que o nacionalismo e os esforços individuais não são incompatíveis com o verdadeiro internacionalismo.

O ritual de encerramento também impacta as reações e atitudes do público e espectadores. Enfatizam-se os laços de amizade e respeito, transcendendo as barreiras da etnicidade, classe, idioma e ideologia, os quais pretende-se que os atletas tenham alcançado ao fim do festival.

A investigação de Tavares (2003, p.197), especificamente no que concerne à experiência olímpica dos atletas, demonstra que os elementos que compõem as cerimônias dos Jogos (o hino, o símbolo, a bandeira, a pira e os juramentos)

[...] ajudam mais a compor o 'status transcendente do esporte Olímpico', do que a contribuir com a comunicação de valores do Olimpismo propriamente ditos. Neste sentido, o que eles expressam e demarcam é a formação de uma comunidade de excelência que ao mesmo tempo funciona como uma representação de valores da modernidade. Como conseqüência, outro elemento que valoriza a competição olímpica é dado pela noção de excelência que ela representa.

Esta constatação parece convergir com a proposição de MacAloon (1984) de que embora os JO tenham muitas dimensões (dentre as quais o caráter de festival, espetáculo, ritual e jogo), os atores sociais envolvidos nos JO dificilmente percebem e/ou vivenciam todas as dimensões do evento, ou seja, os Jogos em sua completude²⁴.

Em suma, nas cerimônias olímpicas estão presentes as identidades estruturais do indivíduo, da nação e da humanidade, em coexistência. Interessa-nos pontuar que na perspectiva do “internacionalismo verdadeiro” (conceito trabalhado por Coubertin) tais identidades são compreendidas segundo a ideia de “encapsulamento das diferenças”, onde não são suprimidas as identidades nacionais, por exemplo, em relação à ideia de “humanidade”.

De acordo com MacAloon (*op.cit.*, p.262), o verdadeiro internacionalismo – tal e qual idealizado por Coubertin –, “deve compreender as diferenças culturais como uma característica humana maravilhosa, pois, a paz mundial depende da celebração da diversidade humana, não de sua erradicação”. Assim, as diferenças nacionais devem ser celebradas como diferentes formas de *ser* humano.

Podemos resumir essa ideia corroborando com Archetti (1999, p.200) quando o mesmo faz alusão aos Jogos Olímpicos como “[...] um dos melhores exemplos contemporâneos da ideologia moderna, porque postula uma mecânica de unidade social como resultado de uma diversidade complexa”.

A ideia de humanidade é, portanto, a “transcendência” dos JO, está envolta na moldura de festival, de alegria, que envolve as solenidades rituais. MacAloon (1984) define esse encerramento como um momento de *communitas*. É uma apropriação representa a noção de “antiestrutura” de Victor Turner, ou seja, um modelo de organização social alternativo e espontâneo.

A antiestrutura, nesse sentido, dialoga com a estrutura social, contribuindo para pensá-la de forma alternativa e os rituais se constituem como momentos “*extraordinários*” que propiciam este diálogo, como mencionamos com o exemplo do processo de “tomada de consciência”.

2.3.3 O jogo como gênero Olímpico

A ênfase da antropologia tradicional nos estudos das sociedades “tribais”, onde os jogos dos adultos tendem a ser vinculados a práticas e/ou rituais estritamente

²⁴ Ver seção 2.2.4 Os Jogos Olímpicos como uma performance cultural ramificada.

religiosos, fez com que o jogo, a princípio, não tenha sido percebido pelos antropólogos como tendo um papel importante nas sociedades modernas (MacALOON, 1984).

Reconhecemos que há uma variedade de interpretações sobre o jogo e suas significações simbólicas. Dada a especificidade da presente análise, priorizamos a compreensão do mesmo como gênero olímpico.

A análise do jogo como gênero olímpico perpassa a interpretação de MacAloon (1984, p. 254) de que os jogos são “os mais paradoxais de todos os processos culturais” da sociedade na qual vivemos. O autor apresenta quatro características pontuais na exposição de seu argumento: (1) os jogos como estruturas formais; (2) suas qualidades afetivas e experienciais; (3) os níveis motivacional/funcional; e (4) o jogo como sistema comunicativo semântico e simbólico.

O jogo envolve metas definidas, regras estabelecidas, papéis pré-determinados e isso caracteriza a sua estrutura formal. As regras são, na maior parte, inegociáveis, e enquanto são respeitadas, o jogo é um sistema social sem desvios. Ao mesmo tempo, certas qualidades afetivas e experienciais do jogo parecem ser conflitantes com o caráter estrito das regras. O espectro afetivo é polarizado: o jogo é diversão, entretenimento, alegria e ao mesmo tempo envolve seriedade e compromisso.

Nos níveis motivacionais e funcionais, o jogo é um tipo de liberdade, de atividade voluntária, é autotélico (adquire sentidos para cada um), é intrinsecamente interessante, auto-compensador, de auto-realização.

Como sistema comunicativo semântico e simbólico, MacAloon (1984) explicita que o jogo tende a abranger o que chama de “polarização de significados”. Implica dizer que, ao mesmo tempo, os jogos mobilizam referenciais altamente icônicos (e, portanto, metonímicos no pólo sensorial) e referenciais cognitivo-ideológicos.

Para compreender o jogo como um gênero olímpico MacAloon (*op.cit.*, p. 257) parte da análise da ideologia Olímpica a partir das elaborações de Coubertin, que vislumbrou no jogo a expressão da ordem da sociedade moderna, e a possibilidade de uma inversão das deficiências de tal sociedade, ou seja, um instrumento de esperança e reforma social cujas dimensões envolvidas são tanto de caráter competitivo, como também cooperativos.

Soma-se a essa ideia a concepção de que o jogo é uma “forma dramática universal” e uma linguagem universal, a partir das quais povos outrora distantes e sem comunicação passam a dialogar. Apropriando-se das considerações de DaMatta (1984) sobre o processo de dramatização, MacAloon (1984) argumenta em torno disso para

apontar a razão pela qual tanto sociedades hierárquicas quanto igualitárias participam das disputas olímpicas com entusiasmo.

A ideia é que o jogo em sua estrutura formal permite que sociedades hierárquicas dramatizem a igualdade e sociedades ideologicamente igualitárias, por sua vez, dramatizem hierarquias.

MacAloon (1984, p. 256) cita que outro aspecto inerente à sua concepção do jogo como gênero olímpico se refere à ideia de que este é um momento em que as regras são aceitas “livremente e alegremente” [sic]. Ademais, segundo tal autor, participar do jogo demanda o que a vida diária “inibe”: iniciativa individual para além do que é meramente exigido.

Podemos vislumbrar que as competições esportivas em geral integram os elementos perspectivados na concepção de jogo como gênero olímpico. Essa é uma compreensão fundamental para entendermos os Jogos Olímpicos como uma performance cultural ramificada. Pois, embora os elementos que compõem essa concepção de jogo possam estar presentes em outros tipos de eventos, nos Jogos Olímpicos eles arranjam-se numa configuração específica por causa da sua coexistência com outros gêneros da performance.

2.3.4 Os Jogos Olímpicos como performance cultural ramificada

A Teoria do Espetáculo sugere que tanto categoricamente quanto contextualmente há uma articulação, uma inter-relação entre todos os gêneros olímpicos. Os quatro gêneros performativos que MacAloon (1984) identificou e propôs-se a caracterizar compõem um todo articulado cujas interfaces constituem a dinâmica complexa dos Jogos Olímpicos compreendidos como performance cultural.

A tese de MacAloon (1984) é que os gêneros olímpicos são interconectados historicamente, ideologicamente, estruturalmente e “performativamente”, de tal maneira que formam um único sistema de performance, “ramificado”. Isso implica reconhecer que ao mesmo tempo em que os gêneros olímpicos compartilham determinadas configurações, outras estão em tensão e em oposição (como pudemos observar, por exemplo, na dialética entre espetáculo e festival).

Dessa forma, os gêneros performativos dos JO são compreendidos como formas de ação simbólica interligadas, mas, distintas, as quais atletas, espectadores e autoridades em geral percebem e/ou vivenciam diferentemente.

Quando aborda os gêneros olímpicos nessa perspectiva MacAloon (1984) não está se referindo apenas à subjetividade dos atores sociais (público, atletas e autoridades) para com a performance. Refere-se principalmente às posições que estes atores ocupam na dinâmica social existente, de forma que tais posições influenciam o que e como eles percebem e/ou vivenciam o evento.

Muitos dos atletas, por exemplo, tendem a vivenciar os JO exclusivamente em sua dimensão competitiva. O foco no treinamento físico e psicológico muitas vezes restringe sua participação de tal maneira que alguns atletas podem não fazer parte das cerimônias de abertura e encerramento e, por vezes, ficam alheios à atmosfera festiva que os circunda, não conhecem a cidade e cultura na qual os Jogos estão sendo realizados, ou seja, não ultrapassam os limites do nacionalismo em direção ao verdadeiro internacionalismo como propunha a ideologia olímpica.

Os atletas podem até perceber os aspectos simbólicos inerentes aos Jogos e compreender as mensagens ideológicas vinculadas ao evento, mas, quando centrados estritamente na esfera esportivo-competitiva, tendem a não vivenciá-las.

De modo praticamente oposto, há o público que sequer comparece a qualquer dos eventos competitivos, mas circula na atmosfera festiva que geralmente ocupa as ruas da cidade anfitriã dos Jogos, faz questão de participar das cerimônias mais do que dos eventos esportivos.

A mídia é também um exemplo de tal “não-completude”. Parece difícil imaginar, com todo o aparato de equipamentos tecnológicos a seu favor, que algo escape à atenção da mídia a partir de seus diversos veículos. Mas, em parte do estudo de Billings (2008), isso fica constatado.

O autor mencionado indica que “um retrato completo do que acontece dos Jogos nunca é possível [...]” (BILLINGS, 2008, p. 155). O autor não se refere apenas aos condicionantes de tempo e espaço das emissoras de televisão, mas, à experiência olímpica em si.

Enfim, há exemplos variados, mas o que MacAloon (1984) tenta demonstrar a partir da Teoria do Espetáculo é que tanto os atores quanto as audiências envolvidas no evento podem não perceber e/ou vivenciar os Jogos na completude de suas dimensões.

Nesse sentido, MacAloon (*op.cit.*) reforça que seria um equívoco classificar os Jogos com uma categoria única, como ou um ritual secular, ou um espetáculo, ou um festival ou jogos. Se isoladas, estas características não possibilitariam compreender o evento e a complexidade de suas dimensões nem os dramas sociais neles representados.

Diante disso, MacAloon (*op.cit.*, p. 259) apresenta um argumento importante no desenvolvimento de sua teoria. Para ele, “modelos ortodoxos de interpretação dos Jogos Olímpicos caracterizariam o gênero do espetáculo como um ‘intruso’, sob suspeita, uma ameaça às estruturas”. Tal argumento é embasado, sobretudo, quando está em consideração a “ideologia oficial” que envolve os Jogos.

MacAloon (*op.cit.*, p.269-270) explica essa ideia ao indicar que o espetáculo tem aspectos e/ou efeitos que afetam ou destroem alguns elementos estruturais dos gêneros festival, ritual e jogo. De fato, a princípio, autoridades olímpicas viam o caráter de espetáculo como uma ameaça à estrutura de festival, por exemplo, que poderia provocar desordem e reduzir os propósitos dos Jogos a um mero “entretenimento”.

No modelo de interpretação que MacAloon (1984) inaugura, no entanto, é exatamente este gênero (o espetáculo) que se articula aos demais gêneros olímpicos de forma tal que os influencia de maneira diferenciada. Mas, ao invés de isso significar que o espetáculo é o gênero mais evidente, ou seja, uma redução dos JO à dimensão espetacular, o que ocorre é um processo distinto.

Para explicar tal processo, destacamos as proposições básicas da Teoria do Espectáculo. A primeira delas é o emolduramento dos Jogos Olímpicos como um tipo de performance complexa em que o espetáculo e o festival são as molduras maiores (os megagêneros). A partir disso destaca-se que é o primeiro (o espetáculo) que tem maior capacidade de acomodar e afetar de maneira mais direta todos os outros.

Dessa ideia emerge a tese de que, numa conjuntura de culturas que enfatizam a individualidade, que minimizam a importância das ações coletivas, o gênero do espetáculo funciona como um “dispositivo” ou uma “agência de recrutamento” para o festival, o ritual e o jogo que concretizam a experiência de *communitas* nos Jogos Olímpicos (MacALOON, 1984).

O exemplo dado por MacAloon (1984) em relação ao espetáculo como dispositivo recrutador é centrado tanto no papel do público quanto no do “ator”. O autor constata que aqueles que tem a intenção de apenas assistir aos Jogos por causa do espetáculo (os espectadores) ou de simplesmente serem “vistos” (atletas), de apenas aproveitar a oportunidade para lucrar a partir dele, podem se deparar agindo com um nível de intensidade e envolvimento não previstos para os quais não se mobilizariam voluntariamente de maneira direta.

O autor ilustra esse ponto ao afirmar que os JO reúnem a maioria das nações do mundo regularmente para engajarem-se em uma atividade comum a todos e galvanizam

uma participação muito maior das massas do que outras instituições. MacAloon (1984, p. 267) atribui essa capacidade de galvanização dos Jogos aos seus “cerimoniais evocativos”, ressaltando a importância do espetáculo em torno de tais cerimoniais.

A ideia é que o próprio cotidiano esportivo tem qualidades dramáticas que o tornam particularmente passível de ser “espetacularizado”. Nos Jogos Olímpicos, somam-se a tais qualidades as solenidades, as cerimônias de abertura, de vitória, de encerramento que evocam aspectos simbólicos que mobilizam os envolvidos.

MacAloon (1984) pontua que a moldura do espetáculo tem influência direta nesses cerimoniais evocativos, pois, é em grande medida responsável por essa mobilização voluntária em massa de autoridades, atletas, público, etc.

Não há como desprezar que a ideologia na qual os JO estão envoltos compõe decisivamente estes cerimoniais evocativos, os seus elementos ritualísticos. Como pontua MacAloon (1984), o caráter espetacular lhes atribui tamanho e grandeza, lhes dá visibilidade e, de fato, chama a atenção.

MacAloon (*op.cit.*) explica que o caráter de participação voluntária no espetáculo conduz a experiências empíricas articuladas aos demais gêneros olímpicos. Ou seja, os atores que *a priori* vêm-se atraídos pela grandiosidade essencialmente espetacular dos JO, tendem a participar das cerimônias, solenidades, e outros momentos do evento sendo envolvidos pelo processo de “tomada de consciência” – que dialoga estreitamente com a ideologia olímpica –, concretizando a ideia de *communitas* (presente mais notoriamente nas molduras do festival e do ritual).

MacAloon (1984, p. 258) afirma que

Os Jogos Olímpicos oferecem um tipo de etnografia popular. Atraídos pelo apelo intrínseco dos jogos e disputas em si somados ao desejo de ter campeões nacionais, os espectadores são adicionalmente apresentados a um rico mosaico de imagens culturais em um festival moldado para entreter, mas também para educar e inspirar.

Em resumo, a tese da Teoria do Espetáculo indica que as pessoas geralmente não se engajam a participar dos Jogos Olímpicos modernos essencialmente e/ou exclusivamente por conta de uma de suas dimensões seja ela: os jogos (as competições esportivas e suas significações simbólicas); os momentos rituais (cerimônias e solenidades); o caráter festivo (*communitas*); ou o espetáculo em si (a grandeza, proporção, etc.).

A ideia é que quando em coexistência, espetáculo, festival, ritual e jogo assumem uma configuração peculiar, específica. O espetáculo atribui tamanho e grandeza ao caráter festivo, aos rituais com seus cerimoniais evocativos, às disputas simbólicas (jogos). Ou seja, considerar o espetáculo o dispositivo recrutador não significa dizer que o ritual, o festival e o jogo são secundários no que concerne ao interesse e envolvimento dos atores no evento em questão.

MacAloon (1984) aponta que diante do crescente pluralismo cultural o espetáculo é responsável por abranger condições culturais, público e interesses heterogêneos, o que contribui para a perspectiva globalizadora do Movimento Olímpico. Assim, uma das razões possíveis para apontarmos o espetáculo como o dispositivo recrutador é o fato de que o mesmo abrange emoções mais difusas, acomoda a opção e escolha individual que são valores modernos amplamente difundidos, e isso o permite captar mais atenção do que o festival, por exemplo.

MacAloon (*op.cit.*) afirma que essa característica do espetáculo tem impacto direto no tamanho da audiência olímpica. O referido autor indica que o espetáculo é o gênero que mais reflete e refrata a expansão social, uma visão mais global do mundo, que é um aspecto eminente das mudanças estruturais ao longo do desenvolvimento das sociedades. Por isso, indica que o espetáculo remete a um gênero de performance cultural organizado, que alcança e abrange as diferenças.

O espetáculo como gênero olímpico cresceu, de fato, a partir do desenvolvimento das sociedades industriais capitalistas. Esse desenvolvimento (que inclui avanços tecnológicos importantes em diversos setores) influenciou “a conscientização de que compartilhamos uma biosfera, permitindo a expansão, ‘o abrir de olhos em relação ao outro’”(MacALOON, 1984, p.267).

Identificamos que o processo de “reconhecimento do outro”, tem implicações diretas na construção de identidades culturais, no processo de descentralização destas identidades à medida que as sociedades se desenvolveram. O caráter global dos JO potencializa a discussão sobre a construção de identidades as quais abordaremos a partir das elaborações de Hall (2006).

3 IDENTIDADE

A identidade permanece como um dos temas mais discutidos nas pesquisas sociais. O objetivo deste capítulo é delinear conceitualmente a perspectiva sobre a qual se desenvolve esta análise.

Historicamente, as discussões em torno do termo perpassaram os aspectos ontológicos, epistemológicos e políticos. Entendemos ser importante ilustrar um panorama geral destas discussões para constituir a base em torno da qual a presente investigação opera.

Para tanto, primeiramente, consideramos a revisão de Moya (2001), que indica duas principais tendências conceituais em diferentes momentos históricos ²⁵: as essencialistas e as denominadas não essencialistas. Estas compuseram uma tensão nos estudos sobre o conceito de identidade.

MacNeill (2006, p.11) apropria-se do desenvolvimento da atividade epistemológica em torno do tema descrevendo essa tensão brevemente, apontando que

[...] as interpretações essencialistas geralmente pressupõem que um grupo de características aistóricas, fixas e autênticas, formam o Eu autônomo, enquanto interpretações não essencialistas assumem uma abordagem social-construtivista que é historicamente contingente.

Fruto destas tensões teóricas, mudanças históricas incorreram sobre as noções de identidade reivindicadas e construídas em diversos campos acadêmicos. O termo identidade deixou de ser conceitualizado tendo como base a noção do “Eu autônomo” e passou-se a considerar as noções do “Outro”, superando a existência de uma essência determinada biologicamente (MOYA, 2001).

As construções teóricas elaboradas por Hall (1996a, 1996b, 2003, 2006) sobre identidade – uma teoria voltada para a compreensão da prática discursiva – situam-se no cerne dessa ruptura com o essencialismo, embora Hall (*op.cit.*) não abandone o reconhecimento de características compartilhadas na construção de identidades.

Hall (1996b, p. 2) explica que “[...] a identidade é do tipo de conceito que não pode ser pensado das 'velhas' maneiras, mas sem as quais certas questões-chave não poderiam ser pensadas.” Nesse sentido, buscamos sistematizar a partir da teorização deste autor, as mudanças conceituais em torno do termo da identidade cultural e suas

²⁵ Embora isso não sugira uma delimitação temporal destas tendências, uma linearidade e/ou uma homogeneidade em seu interior e/ou que estas fossem hegemônicas.

implicações na compreensão das sociedades contemporâneas.

3.1 O PROCESSO DE “DESCENTRALIZAÇÃO” DA IDENTIDADE

Hall (2006) investigou as principais mudanças sobre a conceitualização do sujeito e da identidade no desenvolvimento do pensamento moderno explicitando importantes avanços para a compreensão destes conceitos de forma descentralizada. O autor pontua que compreender o processo de descentralização envolve a abrangência dos avanços da teoria social e Ciências Humanas, e também o reconhecimento de mudanças estruturais profundas nas sociedades.

Nesse sentido, buscamos situar nesta seção como Hall (*op.cit.*) sistematiza o contexto teórico de descentralização das identidades, uma vez que tal contexto tem relação direta com a concepção do referido autor sobre as características da identidade cultural nas sociedades contemporâneas.

Vale pontuar que a apresentação dos descentramentos conceituais é realizada na obra de Hall (2006) a partir de uma operação analítica que, inevitavelmente, incorre em simplificações, dada a especificidade do argumento central de sua teoria.

A ideia central à qual o autor busca dar sustentação no desenvolvimento de sua argumentação é a de que “as transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo dos seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas” (HALL, *op.cit.*, p. 25). Nesse sentido, Hall (2006) delinea sua análise a partir de pressupostos sobre as características distintivas entre as sociedades modernas e as tradicionais. Inicialmente, a principal distinção apontada é o caráter de mudança rápida, constante e permanente das primeiras.

Contextualizadas nessa conjuntura, Hall (*op.cit.*) analisa três concepções de sujeito no pensamento moderno – identificadas e expostas de maneira pontual – a partir das quais, segundo ele, se percebe o processo descentralização das identidades, são elas: a concepção Iluminista, a sociológica e a “pós-moderna”. Embora não se trate de um evolucionismo linear, a partir de tais concepções Hall (2006) demonstra como, aos poucos, as concepções de sujeito foram tornando-se descentradas.

Em linhas gerais, o sujeito do Iluminismo implica a noção da pessoa humana como um indivíduo unificado, com uma centralidade essencial, ou um núcleo interior com o qual nasce e se desenvolve, permanecendo essencialmente o mesmo ao longo da vida.

A concepção de sujeito sociológico avança à medida que reflete a crescente complexidade do indivíduo moderno, cuja identidade “[...] preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ [ou seja,] projetamos a nós próprios nessas identidades culturais ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando o processo de identificação mais provisório, variável e problemático” (HALL, *op.cit.*, p. 11-12).

Por fim, tal processo conduz à concepção de sujeito “pós-moderno” ou sujeito da “modernidade tardia”, o qual não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. Nessa perspectiva, “o sujeito assume identidades diferentes em momentos diferentes” (HALL, *op.cit.*, p.13). Essa identidade é formada e transformada continuamente de acordo com as formas culturais pelas quais somos representados ou com as quais confrontamo-nos em diferentes sistemas culturais.

Atenta-se para o fato de que a ideia de que as identidades eram completamente unificadas e que agora são totalmente deslocadas é uma forma simplista de analisar o sujeito moderno. É preciso considerar que as conceitualizações de sujeito mudaram sob certas condições históricas que foram se tornando cada vez mais complexas.

Rupturas nos discursos do próprio conhecimento moderno contribuíram e tiveram impacto sobre esse descentramento. Hall (2006) menciona cinco aspectos a partir dos quais, para ele, consolidaram-se o descentramento do sujeito cartesiano e as concepções de identidades abertas, contraditórias, fragmentadas e inacabadas.

O primeiro deles consiste nas reinterpretações do pensamento marxista no século XX. Hall (2006) identifica uma “revolução teórica total” provocada por tais interpretações que deslocaram proposições-chave da filosofia moderna: (1) a de que há uma essência universal de homem; (2) e a de que essa essência é o atributo de cada indivíduo singular. Trata-se da rejeição da essência do homem como base teórica.

A descoberta do inconsciente por Freud é um segundo grande avanço teórico apontado por Hall (*op.cit.*) no processo de descentramento do sujeito. Ao sugerir a ideia de que a identidade é formada com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente e não como algo inato, a noção de sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade unificada e fixa é questionada nessa perspectiva, que se direciona para a compreensão da identidade em processo, incompleta.

O terceiro avanço mencionado está associado ao desenvolvimento da lingüística estrutural, sobretudo a partir da obra de Ferdinand Suassure. Essa perspectiva indica que a identidade é instável uma vez que o significado das palavras não é fixo. O significado

surge nas relações de similaridades e diferença que a palavra tem com outras palavras no interior do código da língua. A língua é, nesse sentido, um sistema social e não individual. Hall (*op.cit.* p. 41) sintetiza:

[...] O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas é constantemente perturbado pela diferença. Ele está constantemente escapulindo de nós.

A noção de “poder disciplinar” desenvolvida pelo filósofo e historiador Foucault é a quarta ruptura teórica do pensamento moderno indicada por Hall. Os regimes disciplinares modernos, sobretudo no que se refere às instituições coletivas, produzem um paradoxo, pois, individualizam o sujeito. Significa que “quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito” (HALL, 2006, p.43).

Por último, Hall (*op.cit.*) cita que o feminismo (tanto como crítica teórica quanto como um movimento social) fez parte dos processos de politização da subjetividade, de identificação e diferença, pois, contribuíram de forma direta com questionamentos sobre dicotomias como público-privado, com a abertura de discussões políticas em esferas da vida social como a família, a divisão doméstica do trabalho e o cuidado com as crianças.

O autor reitera que embora haja discordâncias a respeito das implicações conceituais e intelectuais desses desenvolvimentos do pensamento moderno, dificilmente pode-se negar seus efeitos sobre as ideias da “modernidade tardia” e sobre como o sujeito e a identidade são conceitualizados.

A partir da identificação e compreensão destes descentramentos conceituais, Hall expôs a sua contribuição para uma possibilidade de resposta à tensão binária entre as noções do Eu essencialista e do Outro construído nas teorias não essencialistas. Influenciado por um contexto que optou por denominar de “modernidade tardia” – e que é também e em grande medida um contexto teórico e político –, Hall (2006) reafirma a ideia de que as identidades são descentradas, ou seja, deslocadas e/ou fragmentadas.

Hall (*op.cit.*, p. 17-18) define que “as sociedades da modernidade tardia são caracterizadas pela diferença, por divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de posições de sujeito – isto é, identidades – para os indivíduos.” Tais posições não caminham em direção a uma unificação, articulam-se sempre de maneira parcial, de forma que permanecem abertas, possibilitando a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos.

Esses processos de deslocamento ocorrem devido às constantes e rápidas mudanças estruturais nas sociedades provocadas, dentre outros fatores, pelo fenômeno da globalização, legando às identidades um processo de “crise”. Um exemplo das articulações provocadas por essa “crise” de identidades é o de que, embora a cultural nacional se constitua como um poderoso sistema de identificação, as identidades nacionais passam por deslocamentos à medida que nos tornamos mais interligados globalmente.

Hall (2006, p. 13) explica que

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Significa que as nossas referências não são fixas, homogêneas ou estáveis, em outras palavras,

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas imagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas, – desalojadas –, de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’ (HALL, 2006, p.75)

Isso, no entanto, não implicaria numa pulverização de identidades. Hall (2006) sugere que há pontos de intersecção e que eles “costuram” as diferenças culturais numa única identidade, como o é no caso da nação. Isso ocorre porque no interior das lógicas do próprio processo de globalização, na tensão estabelecida entre o local e global na transformação de identidades, emergiram novas formas de articulação ou negociação dos aspectos particulares e dos aspectos universais.

Assim, Hall (*op.cit.*, p. 87) afirma que embora a globalização tenha um efeito “pluralizante” sobre as identidades, tornando-as mais posicionais, políticas e diversas, tal efeito é também contraditório, pois, algumas identidades gravitam ao redor da “tradição”. Para demonstrar o caráter contraditório destas articulações, Hall menciona como exemplos: a ideia de “culturas híbridas” – uma espécie de fusão entre tradições culturais; e o ressurgimento do nacionalismo e outras formas de particularismo no século XX – como a tentativa de construir estados étnicos e religiosos unificados.

Assim, ao invés de pensar a identidade como um fato dado que as novas práticas

culturais então representam, a identidade pode ser pensada como uma produção nunca terminada, sempre em processo. Ao trabalhar diante desta perspectiva, Hall (1996a, p.6) a define como uma “[...] intersecção temporária dos discursos e das práticas que nos posicionam como sujeito.”

É nessa perspectiva que nos propomos a pensar as narrativas do nacional e, portanto, as representações nas quais brasileiros que participaram dos JOI de Vancouver 2010, se posicionam e são posicionados como sujeitos em um evento de caráter global, que, como abordaremos adiante, é propenso à ostentação das narrativas e símbolos nacionais, da celebração das diferenças.

Acolhemos a compreensão de que a identidade cultural é uma construção contingente, e que assume, no mundo contemporâneo, um caráter plural e multifacetado. Apresenta-se como uma articulação, um “jogo de diferenças”²⁶ e uma negociação de fronteiras simbólicas. Logo, não se trata de um fenômeno conclusivo, pelo contrário, a identificação é estratégica e posicional, nunca totalmente conquistada.

3.2 IDENTIDADE NACIONAL

É nessa negociação de fronteiras simbólicas que opera a identidade nacional. Como dispositivos distintivamente modernos, as identidades nacionais contam com significativa diversidade em suas composições e são, como sugere Hall (2006), uma das principais fontes de identificação cultural, formadas e transformadas no interior da representação.

Esse caráter distintivo que especifica e diferencia grupos sociais é formado a partir de vivências cotidianas que acontecem desde as primeiras formas de sociabilidade como, por exemplo, os contatos familiares, religiosos, étnicos, regionais ou nacionais. É importante ressaltar que, como indica Cuche (2002), diferentemente de abordagens que conceberam a socialização como um condicionamento ou um adestramento, o indivíduo possui uma relativa autonomia que o permite romper com modelos interiorizados da infância (socialização primária) e integrar novos modelos (socialização secundária).

Oliven (1992) sugere que é exatamente porque as pessoas nascem em

²⁶ O uso do termo “jogo de diferenças”, segundo a autora MacNeill (2006), decorre da influência que Jacques Derrida (1981) tem na obra de Stuart Hall. Derrida cunhou o termo para descentrar os sistemas hierarquicamente arranjados de diferenças binárias na língua (como homem/mulher, branco/negro, natureza/cultura). Combina-se um senso da diferença e de adiamento, e envolve um permanente sentido de construção.

determinados países e regiões, falam sua língua, adquirirem seus costumes, se identificam com símbolos e valores, torcem pela sua seleção nacional de esporte e lutam por sua pátria até a morte para defender suas fronteiras, que a problemática da nação e da identidade se torna tão atual.

De fato, a construção de identidades nacionais implica não somente na delimitação de fronteiras geopolíticas, mas, também, como propõe Oliven (1992, p. 20) “[...] na demarcação de fronteiras culturais, estabelecendo o que faz e o que não faz parte da nação.” A partir dessa perspectiva, a nação é um sistema de representação cultural, uma comunidade simbólica e não exclusivamente uma entidade política, ponto este que é convergente com a teorização de Hall (2006) a respeito do tema.

Essa concepção nos remete a entender a nação como uma comunidade simbólica²⁷. Em outras palavras, as pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação, mas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional.

Nesse viés, os discursos das culturas nacionais (ou narrativas do nacional) ocupam certa centralidade. Significa que as culturas nacionais estão envoltas em discursos que constroem sentidos, influenciam e organizam as ações das pessoas e suas formas de sociabilidade, bem como a concepção que tem de si mesmas ou, como na denominação de Cuche (2002), as “estratégias de identidade”, formas de se apresentar.

O termo “estratégias de identidade” requer a compreensão de que “[...] os atores sociais não são totalmente livres para definir sua identidade segundo interesses materiais e simbólicos do momento [ao mesmo tempo], [...] a identidade não existe em si mesma, independentemente das estratégias de afirmação dos atores sociais” (CUCHE, 2002, p.196-197). Assim, as identificações implicam num processo de afirmação e de diferenciação, e assim também o são as identificações nacionais.

É válido pontuar, como sinaliza Oliven (1992), que o processo de consolidação dos Estados-nações é considerado recente e que, à sua formação, está atrelado o processo de unificação nacional. A construção de uma identidade nacional, no entanto, não emerge consensualmente dessa pretensa unificação. Ela se constrói a partir de disputas simbólicas e passa pelo Estado, pelos meios de comunicação de massa, pelos intelectuais de diferentes grupos, etc.

A esse respeito, Hall (2006, p. 64) reitera que “[...] as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, das

²⁷ Tendo em vista os limites desta pesquisa, ver a noção de comunidade simbólica de Hobsbawm e Ranger (1983) e/ou a noção de comunidade imaginada de Benedict Anderson (1983).

divisões e contradições internas, de lealdades e diferenças sobrepostas.”

Porém, as narrativas da cultura nacional operam a partir de uma lógica oposta: não importa quão diferentes os membros de uma cultura nacional sejam, as narrativas buscam “[...] unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2006, p.59).

São estes discursos que compõem fontes de significados, focos de representação a partir dos quais se constroem identidades. Nesse sentido, Hall (1996a, p. 4) desenvolve a ideia de que

[...] é exatamente pelo fato de que as identidades são construídas dentro, e não fora, do discurso, que precisamos entendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos dentro de formações discursivas e práticas específicas, através de estratégias enunciativas específicas. Além disso, elas surgem do jogo de estratégias enunciativas específicas. Elas surgem do jogo de modalidades específicas de poder e, portanto, são antes produto da marcação de diferença e exclusão, do que sinal de uma unidade idêntica, naturalmente constituída – uma “identidade” em seu significado tradicional (ou seja, uma uniformidade amplamente abrangente, sem emendas, sem diferenciação interna). Acima de tudo [...] as identidades são construídas através da diferença, e não fora dela.

Essa argumentação parece servir de base teórica e analítica diante dos cinco elementos essenciais a partir dos quais Hall (2006) categoriza como são contadas as narrativas do nacional. Mais uma vez, trata-se de uma questão complexa que o autor opta por simplificar a fim de torná-la objetiva à sua intenção de compreender como as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas pelo processo de globalização.

Nesse sentido, tais elementos serão aqui abordados tendo em vista a importância de reconhecê-los para melhor articular a compreensão da identidade nacional, com as informações e dados coletados sobre as narrativas do nacional no contexto da participação brasileira nos Jogos de Inverno de 2010.

Hall (2006, p. 52) denomina por “narrativa da nação” uma das maneiras a partir das quais as narrativas nacionais são contadas. Trata-se dos eventos históricos, imagens, símbolos, cenários e rituais nacionais tais como sugeridos na história, na mídia, na literatura nacional e na cultura popular. São histórias contadas e recontadas para representar as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. Estabelece-se uma espécie de conexão entre nossa vida cotidiana e um destino que a ela preexiste, e que continuará existindo após nossa morte.

Uma segunda forma da narrativa nacional é a ênfase nas origens, na tradição, na continuidade e na “*intemporalidade*” (HALL, *op.cit.*, p. 53). É como se houvesse, apesar de todas as mudanças de curso da história, algo de “imutável” na identidade de um povo. Trata-se dos elementos essenciais do caráter nacional.

Outra forma assumida pelas narrativas do nacional diz respeito às “tradições inventadas”. Estas se referem a um conjunto de práticas (de caráter ritual ou simbólico) que buscam estabelecer certos valores ou normas de comportamento através da repetição. O conceito foi elaborado por Hobsbawm e Ranger (1983)²⁸ para exemplificar o fato de que algumas práticas (tradições) parecem ter origem antiga, mas, na verdade, podem ser bastante recentes e inventadas.

A quarta característica possível é o que Hall (2006, p.54) denomina de “mito fundacional”. São histórias alternativas também denominadas de “contranarrativas”, ou seja, mitos geralmente associados às origens e/ou ao caráter da nação, à transformação de desastres em triunfos, localizando-se em um passado muito distante, remetendo a um tempo “mítico”.

Por fim, a ideia de um povo puro ou original (mesmo que historicamente a nação tenha se desenvolvido a partir de diversas culturas e tribos). Trata-se de uma construção simbólica que possui elementos anacrônicos, de retorno ao passado.

Embora essa categorização contemple diversas formas de elaboração do discurso da cultura nacional, é preciso reforçar que tais discursos se inter-relacionam e que, em um contexto amplo, são polifônicos. Por exemplo, o discurso midiático manifesta-se a partir de diferentes gêneros (jornais, revistas, televisão), sob diferentes circunstâncias políticas, institucionais, ideológicas e etc.

Nesse sentido, as narrativas sobre um mesmo acontecimento ou fato, estão sujeitas a estas variáveis da codificação e tendem a ser apresentadas diferentemente de acordo com cada fonte midiática.

3.3 IDENTIDADE BRASILEIRA

O entendimento das culturas nacionais como plurais (com pontos de intersecção), da identidade em processo, em construção, nos oferece uma possibilidade menos rígida de observar e compreender determinadas realidades socialmente

²⁸ Hall (2006) cita este conceito de maneira complementar à sua teorização. Em função dos limites deste estudo sugerimos consultar Hobsbawm e Ranger (1983) para uma apreensão mais elaborada da teoria destes autores.

construídas. Não menos importante é compreender como operam as construções sociais.

Oliven (1992) nos convoca a este entendimento ressaltando a ideia de que a identidade é uma construção social dentre outras – como a memória e as representações. Para tanto, pontua:

[...] esses processos permeiam a atribuição de significação às ações humanas, a descoberta de diferenças, a apropriação e reelaboração de manifestações culturais, a ressemantização, etc. A nação e a tradição são recortes da realidade, categorias para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, estabelecer limites. Elas funcionam como pontos de referência básicos em torno dos quais se aglutinam identidades. Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção (OLIVEN, 1992, p.26).

Nesse sentido, buscamos na teoria social autores que objetivaram identificar no universo social brasileiro as singularidades desta sociedade, ou, como na denominação de Oliven (*op.cit.*), os seus sinais diacríticos.

Não se trata de, *a posteriori*, tipificar ou enquadrar as narrativas investigadas dentro dessas características, mas, sobretudo, de considerar as formas de sociabilidade brasileira na construção de sua identidade nacional, que podem ou não manifestarem-se no contexto dessa análise.

O contexto teórico desta investigação perpassa as interpretações sobre a formação e formas de sociabilidade que marcam a identidade brasileira. Assim, nesta seção, operamos a partir do olhar antropológico sobre o Brasil de Roberto DaMatta, que é a base teórica da qual nos apropriamos para o exame das narrativas de identidade nacional investigadas pelo presente estudo.

O propósito é apresentar, sistematicamente, os elementos principais da teorização *DaMattiana* os quais se constituem como uma das principais interpretações acerca da identidade brasileira. Apontaremos também algumas aproximações da teoria deste autor com as elaborações teóricas de Sérgio Buarque de Holanda tendo em vista, sobretudo, suas construções conceituais sobre o “Homem Cordial”.

3.3.1 Teoria do Dilema Brasileiro

DaMatta (1997a) elegeu, para o exame dos “dramas” da sociedade brasileira – ou seja, dos elementos constitutivos que personificam tal sociedade –, o que considera os principais rituais brasileiros: o carnaval, as paradas militares e as procissões

religiosas.

Tal como MacAloon (1984) o fez para analisar os Jogos Olímpicos, DaMatta (1997a) apropriou-se do conceito antropológico de “dramas sociais”, indicando que, no contexto de uma sociedade complexa,

“[...] o ritual permite tomar consciência de certas cristalizações sociais profundas [...] surge como uma área crítica para se penetrar na ideologia e valores de uma determinada formação social.” (DaMATTA, *op.cit.*, p. 29-30).

Segundo essa perspectiva, nos rituais ocorrem dramatizações de certos elementos, valores, ideologias e relações presentes na vida cotidiana. Assim, uma das ideias centrais do autor é balizada pela noção de que estes elementos do cotidiano – os dramas sociais –, são apresentados, são dramatizados e “[...] é pela dramatização que tomamos consciência das coisas e passamos a vê-las como tendo um sentido [...], como sendo sociais” (DaMATTA, 1997a, p.36).

Como foi possível observar, as proposições iniciais aqui apresentadas sobre a teoria *DaMattiana*, não por acaso, apresentam elementos semelhantes às apropriações de MacAloon (1984) para a análise dos JO, uma vez que os autores utilizaram bases teóricas também comuns, sobretudo, a partir da teorização das performances culturais de Victor Turner.

Percebemos que na Teoria do Dilema Brasileiro, destaca-se mais minuciosamente como ocorrem tais dramatizações, sobretudo em DaMatta (1997a). Podemos interpretar que “os dramas sociais” (a matéria-prima a ser dramatizada), passam por processos de simbolização, de ritualização.

Nesse sentido, há de se considerar que, na relação entre o domínio do mundo cotidiano e o universo de acontecimentos “extraordinários”, ocorrem deslocamentos de objetos, ações, valores e ideias e, portanto, ao analisar rituais estamos lidando com elementos do cotidiano postos sob um discurso simbólico. Tais deslocamentos são mecanismos críticos nas transformações dos objetos, ações, valores, etc. em símbolos.

Esta é uma noção básica no entendimento de que o ritual é algo constituído e não um tipo acabado ou definitivo de ação social. De fato, ao observar o processo de simbolização dos elementos do cotidiano, DaMatta (1997a, p.76) destaca o valor heurístico considerável dos discursos simbólicos emanados pelos rituais, ao indicar que

“[...] o estudo dos rituais não seria um modo de procurar as essências de um momento especial e qualitativamente diferente, mas uma

maneira de estudar como os elementos triviais do mundo social podem ser deslocados e, assim, transformados em símbolos [...] Como todo discurso simbólico, o ritual destaca certos aspectos da realidade tornando alguns mais presentes que outros.

O processo de simbolização sugere o deslocamento, a passagem de um elemento (ideias, objetos, pessoas, relações, coisas) de um domínio a outro. Nesse sentido, um aspecto relevante a ressaltar é que a passagem ou o deslocamento de um domínio ao outro implica um conjunto de modificações.

Ou seja, o simbolizar e o ritualizar põem em evidência determinados aspectos, relações e domínios sociais e, dessa forma, os trazem à consciência. São estas modificações que tornam estes momentos “especiais”, *extraordinários*. DaMatta (1997a) sintetiza esse argumento expondo que a passagem e o deslocamento formam o cerne do processo ritual.

É, portanto, a partir de discursos simbólicos ou a partir dos “palcos”: o Dia da Pátria, o Carnaval e as procissões religiosas, que DaMatta (1997a) propôs-se a interpretar o universo social brasileiro e seus personagens explicitando valores, atitudes e ideias que são constitutivos de sua identidade visando contribuir, assim, com a teoria geral das dramatizações e da ideologia, tomando como base o caso brasileiro ²⁹.

Para tanto, assume uma abordagem metodológica comparativa com foco totalizador, na qual os dados são menos sujeitos a uma perspectiva temporal. A ideia é que podemos encontrar valores, relações, grupos sociais e ideologias que não obedecem a uma cronologia determinada.

DaMatta (1997a) apresenta a distinção entre o que denomina de momentos “extraordinários” e cotidiano para explorar a concepção de rituais como espaços privilegiados de dramatizações que permitem a consciência do mundo social.

Apresentamos uma sistematização das principais características da sociedade brasileira segundo a “gramática social” que DaMatta (*op.cit.*) propôs-se a investigar a partir dos rituais brasileiros. Assim, reuniremos elementos que possam melhor elucidar a compreensão socioantropológica do esporte a partir da Teoria do Dilema Brasileiro.

²⁹ Posteriormente o autor adotou também o esporte, mais especificamente o futebol, para interpretar a sociedade nacional. Abordaremos tal interpretação no Capítulo 4.

3.3.2 A gramática social do Brasil

No Brasil, assim como em outras sociedades, os eventos sociais são classificados segundo sua ocorrência: os acontecimentos “extraordinários” e os do “cotidiano”.

Os eventos *extra-ordinários* remetem aos acontecimentos situados fora da rotina, do dia-a-dia repetitivo, são acontecimentos tais como festas, solenidades, conferências, encontros, etc. Tais acontecimentos são marcados por um potencial aglutinador de pessoas, grupos e categorias sociais e distinguem-se do que denominamos de tragédias, desastres, catástrofes, ou ocasiões de sorte e milagres, por serem previstos. Segundo DaMatta (1997a, p. 47) “eles são construídos pela e para a sociedade.”

O domínio do extraordinário é segmentado, pois, nele estão contidos os eventos previstos e imprevisos pelo sistema social. Os acontecimentos previstos, em si mesmos, constituem-se em uma dicotomização entre aqueles altamente ordenados (dominados pelo planejamento e pelo respeito) e aqueles dominados pela brincadeira, diversão (situações que permitem uma determinada liberdade, ou seja, a suspensão temporária de regras).

As cerimônias, solenidades, congressos, funerais e reuniões são exemplos de acontecimentos *extra-ordinários* previstos e ordenados. Rebeliões, revoluções, revoltas, podem ser considerados exemplos de acontecimentos extraordinários imprevisos, já que embora planejados são, muitas vezes, incontrolados.

O grau de formalidade destes eventos está situado num *continuum* formado por pólos extremos. As festas, por exemplo, situam-se no pólo informal que sugere momentos em que a sociedade se descentraliza; e as situações solenes, são aquelas que sugerem uma divisão interna, hierárquica, são exemplos do pólo formal.

Cada ritual analisado por DaMatta (1997a, p.53) remete a um grupo ou categoria social, e a essa configuração o autor denominou “triângulo ritual brasileiro”. Assim, o Dia da Pátria remete à vertente institucionalizada do Estado Nacional a partir de suas Forças Armadas; as procissões são organizadas pela Igreja, que é uma “corporação crítica na formação da sociedade brasileira”; e o carnaval remete à sociedade civil enquanto povo ou massa.

Esse “triângulo” tem uma forma organizatória típica de um sistema hierarquizado. DaMatta (1997a) ilustra isso com exemplos variados nos “palcos” sob

análise. As procissões configuram-se como um momento em que o santo está acima de todos, literalmente elevado, é carregado em um andor e está mais alto que os homens.

No caso das paradas militares, só participam da marcha os soldados que pertencem a alguma corporação, como as Forças Armadas, uniformizados. Esta é uma personificação do Estado em sua vertente ordeira, disciplinada, obediente e poderosa, como se pode perceber a partir do conteúdo simbólico da continência. O povo atua como contraparte dos desfilantes. Há uma rígida separação entre o povo massificado de um lado e, de outro, as autoridades e soldados a elas associados.

O carnaval constitui-se como um campo polissêmico, aberto, o mundo da desordem, fora da hierarquia, que é reduzida, minimizada. É um “período em que o mundo social fica pleno de potencialidade e deixa de ser focalizado por meio de seus mediadores sociais ordinários (como profissão, bairro, riqueza, poder, etc.)” (DaMatta, 1997a, p. 163).

Apesar do caos aparente, o carnaval dispõe de uma estruturação e normas bem definidas, trata-se do povo organizado para brincar (por exemplo: a ordem dos desfiles, e a ordem interna das escolas de samba). É um ritual de inversão que conduz a uma redefinição do mundo social brasileiro. Juntam-se categorias e papéis sociais que, no cotidiano, são rigidamente segregados. Ao mesmo tempo, há classificações hierárquicas, como no caso da organização de grupos, blocos, bailes, etc.

Os elementos que indicam que a sociedade brasileira é hierarquizada são também identificados quando o “palco” sob análise é o esporte, mais especificamente, o futebol, como discutiremos no Capítulo 4.

Um fato importante a observar é que estão implícitos na análise destes rituais, domínios sociais que DaMatta (1986, 1997a) considera básicos quando se deseja estudar o mundo social brasileiro e sua ritualização. O autor indica que os brasileiros transitam, são oscilantes quando diante de aspectos e situações contraditórias, estabelecendo uma atividade relacional com tais aspectos que é única.

Parte-se do pressuposto de que cada sociedade tem uma “gramática” de espaços e temporalidades para existir como um todo social articulado, que se constituem como formas de organização de uma sociedade. A partir deles pode-se verificar como se configura essa oscilação, essa forma de sociabilidade tão singular do universo social brasileiro.

DaMatta (1997a) argumenta que os domínios que potencializam a análise do caso brasileiro são: a casa, a rua e o “outro mundo”. Estes espaços sociais, ou seja,

estes domínios sociais combinam-se formando um todo social complexo no qual convivem as relações sociais e permitem, portanto, identificar como opera a gramática social do Brasil.

A ideia central decorrente da identificação de tais domínios é a de que formas paralelas de tempo e espaço (como categorias sociológicas) coexistem no universo social brasileiro.

A dialética entre a casa e a rua é contida em uma dicotomia que envolve um conjunto de papéis sociais, objetos e ações. O “outro mundo” é um domínio social marcado pelo tom conciliador entre a extrema formalidade e a extrema informalidade, refere-se ao espaço do "sobrenatural", um elo complementar à casa e à rua (DaMATTA, 1997a, 1997b).

De maneira geral, a categoria rua indica o mundo com seus imprevistos, acidentes e paixões. Implica movimento, ação, novidade, trabalho. A casa, por sua vez, remete ao universo controlado, harmonia e calma, o descanso.

Na casa estão presentes associações regidas e formadas pelas relações de parentesco, pelas hierarquias de sexo e das idades (com os homens e mais velhos tendo a primazia). Mais que um espaço físico, este domínio está envolto por uma dimensão moral, um conjunto de sentimentos, valores, relações, formas de agir e pensar.

Na rua, as relações hierárquicas estão fundadas em outros eixos. A regra básica desse universo é que todos tendem a estar em luta contra todos até que alguma ordem se estabeleça a partir de alguma hierarquização.

Ressaltamos que, quando se fala em hierarquização na teoria *DaMattiana*, não estamos operando com o eixo econômico como balizador e sim com diferenciações sociais que marcam posições que dependem de cada situação.

A interrogativa “Você sabe com quem está falando?” é um dos dispositivos que marcam a hierarquização em diferentes contextos, é uma dramatização do mundo social brasileiro. DaMatta (1997) explora os usos desse dispositivo e traz interpretações importantes que nos permite entender por que o eixo econômico, por si só, não baliza as relações de hierarquia, ou seja, tais relações podem ocorrer a partir de outros referenciais, com base em múltiplos eixos.

Um exemplo que pode ilustrar esse ponto é que, com base no princípio diferenciador múltiplo, dois empregados que recebem o mesmo salário e estão sujeitos ao mesmo sistema de exploração social podem ser diferenciados por seus padrões por causa da cor, inteligência, postura, moralismo, etc. Ou seja, é possível estabelecer

padrões de diferenciação baseado em outros critérios de classificação que não estão fundados no plano econômico, ou como diz DaMatta (1997a, p.193), que não estão fundadas na “diferenciação dominante”.

Há, portanto, a possibilidade de o sistema igualar em um plano e hierarquizar noutro, o que nos exige reconhecer uma grande complexidade classificatória. Neste ponto observa-se que a fórmula “Você sabe com quem está falando?” chama a atenção para o domínio básico da pessoa (e das relações pessoais), em contraste com o sistema das relações impessoais dadas pelas leis. É, pois, uma fórmula de uso pessoal que permeia relações diferenciais e permite estabelecer elos pessoais em atividades basicamente impessoais.

De fato, outras situações de uso do “Você sabe com quem está falando?” examinadas por DaMatta (1997a) exemplificam a ideia de que esse mecanismo implica a passagem do anonimato à identificação precisa, que se dá por meio de identidades relacionadas à família, vizinhança, compadrio, nominação, parentesco, etc.

Voltando a analisar os domínios da casa e da rua podemos reunir mais elementos para discutir as relações de hierarquia. DaMatta (1997a) afirma que o conjunto de papéis sociais e ações vinculados ao espaço da casa implicam uma ideologia ligada ao corpo e ao sangue, como o é no caso do parentesco. E os papéis sociais atrelados à rua implicam escolha e vontade como, por exemplo, no caso das associações voluntárias a clubes, partidos e outras formas de corporação civis.

Assim, dentro de sua rede de parentesco, compadrio e amizade, dentro do domínio da casa, o brasileiro vê-se como uma pessoa, um ser dividido e relacional, cuja existência social se legitima pelos elos que mantém com outras pessoas num sistema de transitividade e gradações (DaMATTA, 1986). As relações de respeito são plenamente conhecidas nesse espaço, e a pessoa é tida como única, insubstituível.

Neste ponto podemos notar que DaMatta (1997a) aproxima-se da análise de Holanda (1995), em *Raízes do Brasil*, sobre o “homem cordial”³⁰, ou seja, na preferência dos brasileiros pelas formas de sociabilidade fundadas na personalidade, no “apadrinhamento social”.

A partir da análise da sociedade colonial brasileira (os fundamentos agrários e

³⁰ Tal obra é centrada nos elementos formadores da nação brasileira, embora não se possa considerá-la uma mera reconstrução histórica. Trata-se, sobretudo, do exame da vida social de instituições e mentalidades que são localizadas na história e, ao mesmo tempo, figuram como elementos que constituem a identidade nacional independente de sua temporalidade.

patriarcais de sua formação), e a influência dos países ibéricos, Holanda (1995) direciona sua discussão considerando a tensão que se estabelece entre aquilo que, para ele, legou o Brasil ser considerada uma grande nação dos trópicos e aquilo que a impede de se tornar moderna.

Ao mesmo tempo, Holanda (1995) propôs traçar as características da sociedade “tradicional” (um dos pólos de tensão social e política) e a transição de uma sociedade “em revolução” apresentando o conceito de “homem cordial”, cuja mentalidade tem origem na família rural e patriarcal, que por sua vez envolve formas de sociabilidade específicas.

Holanda (1995) compara a família colonial àquelas da Antiguidade Clássica, [...] estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres desse organismo inteiramente subordinado ao patriarca [...]" (HOLANDA, 1995, p. 87). Este princípio de autoridade, oriundo da esfera doméstica, foi, segundo o autor, um dos suportes mais estáveis da sociedade colonial.

Nesse sentido, Holanda (*op.cit.*) apresenta a ideia de que as relações que se estabeleceram no quadro familiar da sociedade colonial brasileira (de autoridade única e intransferível) em muito transpuseram a esfera da vida doméstica. Assim, também no plano social – na vida pública e em todas as atividades –, as preferências da nossa sociedade são fundadas em laços afetivos.

Em outras palavras, a vida doméstica e familiar ofereceu o parâmetro para os outros tipos de contato. Isto significou a preferência pelas relações humanas mais simples e diretas, que evita qualquer forma de distância social e busca aproximação (intimidade) com a pessoa ou objeto, de maneira a torná-los “familiares”.

Um dos desdobramentos da influência ibérica, para Holanda (1995), verifica-se no desenvolvimento eminente de uma “cultura das personalidades”. A cultura da personalidade é o enfraquecimento de laços sociais. Tal denominação refere-se a uma cultura que valoriza a autonomia e independência na busca por prestígio pessoal.

Isso resulta em uma forma de organização “solidária” e ordenada. Holanda (1995) apresenta alguns exemplos sobre situações que, *a priori*, parecem demandar um relacionamento mais formal, nas quais o brasileiro tende a buscar mais familiaridade, proximidade. Um deles se dá no mundo dos negócios.

Para o autor, o "mundo dos negócios", é um lugar demarcado pelo cálculo e pelo número, pela precisão formal. No caso da nossa sociedade, há uma tendência a tornar conhecidos o vendedor e seus compradores, confundindo-se a figura do cliente e do

amigo, na figura do freguês.

Tal forma de organização está presente em outros âmbitos:

No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal (HOLANDA, 1995, p. 146).

Trata-se de uma sociedade que se configura numa organização com tendência à informalidade. O “homem cordial” não se adequa às relações impessoais que decorrem da posição e função do indivíduo. É propenso à marca pessoal e familiar, às afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários.

Assim, a cordialidade não quer dizer polidez. O cordial remete ao sentido de nossa impossibilidade de lidar com as questões políticas e de cidadania, por exemplo, para fora da esfera pessoal.

Logo, estabelecem-se relações personalistas e diretas entre o cidadão e a nação. Holanda (*op.cit.*, p.17) nega a possibilidade de positividade a essa herança, pois, segundo ele, seria engano supor que a cordialidade brasileira represente “boas maneiras”, civilidade, pois, “o homem cordial não pressupõe bondade, mas somente o predomínio de comportamentos de aparência afetiva [...] não necessariamente sinceras, nem profundas.”

Comportamentos como a hospitalidade e a generosidade (virtudes tão admiradas por estrangeiros que visitam o Brasil), são na verdade, para Holanda (*op.cit.*), formas de sociabilidade “aparentes”, pois,

[...] nosso temperamento admite fórmulas de reverência e até de bom grado, quase somente enquanto não suprimam a possibilidade de convívio mais familiar [...] O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira. (HOLANDA, 1995, p.148)

Nesse sentido, o referido autor critica a ausência de uma organização social mais impessoal na formação social. Para Holanda (1995) estes traços dificultariam o processo de modernização.

Nota-se que nas obras de DaMatta (1986, 1997a) também se verifica a existência de uma configuração social que valoriza a informalidade e o apelo emotivo que caracteriza o “homem cordial” de Holanda (1995), o seu desconforto com a

impessoalidade e/ou formalidade. No entanto, DaMatta (1986, p.80), não atribui a isso uma característica negativa da sociedade brasileira, para ele

[...] o Brasil é uma sociedade interessante. Ela é moderna e tradicional. Combinou, no seu curso histórico e social, o indivíduo e a pessoa, a família e a classe social, a religião e as formas econômicas mais modernas. Tudo isso faz surgir um sistema com espaços internos muito bem divididos e que, por isso mesmo, não permitem qualquer código hegemônico ou dominante.

A análise de DaMatta (1997b) indica que a rua (o universo impessoal) é demarcada como um domínio de lutas, onde o indivíduo está sujeito às leis impessoais do mercado e da cidadania. Reinam as leis, o ambiente controlado pelo governo e onde, portanto, não exercemos nenhum controle. Sobressai-se a imparcialidade diante de um fluxo de pessoas indiferenciadas, e nele consolida-se a ideia de “povo” ou “massa”, como grupos desarticulados de indivíduos que remete a uma concepção de cidadania e trabalho nitidamente negativa.

Assim, enquanto na casa tem-se o universo confiável, das pessoas insubstituíveis, a rua é o lugar dos “malandros”, dos “marginais”, personagens que DaMatta (1997a) analisa mais profundamente na sequência de sua obra.

Em suma, de acordo com DaMatta (*op.cit.*), no universo da casa está o “supercidadão”, pois ali só há direitos e nenhum dever. No mundo da rua está o “subcidadão”, já que as regras universais da cidadania sempre o definem por determinações negativas: pelos deveres e obrigações, pela lógica do “não pode” e do “não deve”³¹.

Embora tenham sido produzidas em momentos históricos e com enfoques diferentes as obras de DaMatta (1986, 1997a) e a de Holanda (1995) parecem identificar características da sociedade brasileira semelhantes indicando, de alguma maneira, que tais características remanescem nos dias atuais³².

Não pretendemos considerar, com isso, que as formas de sociabilidade brasileira descritas por Holanda e DaMatta sejam constitutivas de uma relação causal – que parte das influências ibéricas sobre a formação da sociedade brasileira e que se manifesta nas mais diversas situações cotidianas – e/ou homogênea – excluindo outras formas de

³¹ Numa crítica ao pensamento social brasileiro, Souza (2000) endereçou críticas à DaMatta (1986, 1997a), apontando que a positividade que tal autor atribuiu ao contexto da casa (como espaço social em que a pessoa impera, domina e controla) ignora as relações de estratificação social nas quais, para algumas pessoas, a casa é também um ambiente de luta e dor.

³² Sem desconsiderar que podem ter ocorrido, ao longo do tempo, variações constitutivas.

sociabilidade possíveis. Antes, ressaltamos que tais características podem apresentar-se com variações e singularidades diante de variáveis que precisam ser analisadas com mais profundidade, como a reivindicada questão da estratificação social por Souza (2000).

Nessa perspectiva, nos embasamos na análise de DaMatta (1986) que se ampara na compreensão de que a identidade é constituída a partir de afirmativas e negativas diante de certas questões. Para o autor, a chave para compreender a sociedade brasileira é “dupla”: de um lado é moderna e de outro é antiga.

3.3.3 O moderno e o tradicional: o indivíduo e a pessoa

A relação entre o tradicional e o moderno é verificada na perspectiva de DaMatta (1986, 1997a) num processo de tensão permanente que, em certos contextos, dialogam, e em outros confrontam-se, completam-se ou combinam-se. É nesta perspectiva que estão fundadas as formas de sociabilidade no Brasil, ou o “dilema brasileiro”, tal como define DaMatta (1986, 1997a).

Tal dilema baseia-se na noção de indivíduo e pessoa. DaMatta (1986, 1997a) explora em suas obras como se constrói a sociabilidade brasileira na convivência com esse dilema. Em linhas gerais o indivíduo é o sujeito das leis universais que modernizam a sociedade; e a pessoa, o sujeito das relações sociais que conduz ao pólo tradicional do sistema.

Para entender essa dinâmica podemos apresentar o indivíduo como o sujeito igual a todos e a pessoa como o sujeito que exige um tratamento especial. DaMatta (1997a, p.230) destaca que essa noção opera de modo simultâneo em todas as sociedades e que, no Brasil, “tudo indica que temos uma situação na qual o indivíduo é a noção moderna superimposta a um poderoso sistema de relações sociais.”

O mundo social brasileiro opera, assim, em dois níveis: um que particulariza e outro que atua por meio de leis globais. A coletividade no Brasil, portanto, se expressa tanto na forma do Estado nação (o das leis globais) quanto como uma sociedade hierarquizada (que particulariza). Assim,

Como sociedade, o valor básico do sistema é a hierarquia; como Estado nacional o sistema se informa pela igualdade. Os dois princípios operam simultaneamente, de modo que situações podem ser diferentemente definidas, caso sejam lidas (ou hierarquicamente englobadas) pelo viés “nação” (com sua ética moderna baseada no

individualismo e da igualdade); ou pela ótica da “sociedade”, quando são classificadas pelos códigos tradicionais da pessoa, das relações e da hierarquia (DaMATTa, 2006, p. 186).

É na ideia de “navegação social” diante de normas e leis que teoricamente teriam aplicabilidade universal, que DaMatta (*op. cit.*) explica as reações e atitudes do brasileiro com sua sociabilidade caracteristicamente oscilante.

Em suma, diante de certas situações, oscila-se entre leis universais que tomam por sujeito o indivíduo, e o “jeitinho” que torna a formalidade e a impessoalidade suscetíveis às relações pessoais que permitem o não cumprimento ou obediência a normas e leis.

No caso do universo impessoal a nossa unidade é o indivíduo. E no caso do universo pessoal, a pessoa. Na dialética indivíduo e pessoa existe uma ampla dinamização, assim, o mecanismo do “Você sabe com quem está falando?”, por exemplo, revela a possibilidade de passar de um pólo a outro.

A passagem de indivíduo a pessoa e vice-versa, torna a lei uma faceta indissociável da moralidade pessoal e do “jeitinho”. A moralidade pessoal tem todo um sistema de código de interesses, intimidades e respeito de forma que aciona “mecanismos jurídicos impessoais”.

Tal passagem consolida-se comumente por meio de mediadores (o filho do policial, a esposa do deputado, etc.). Aqueles que não dispõem desse sistema de apadrinhamento, patronagem ou mesmo padrões constituem a massa que está submetida ao universo generalizante.

Esse ponto pode ser ilustrado, por exemplo, a partir do processo de migração. Os migrantes podem transformar-se em indivíduos por não contarem com alguma mediação, por não contarem com algum tipo de apadrinhamento social.

Ressaltamos que embora a casa e a rua, o indivíduo e a pessoa sejam discutidas como categorias opostas, existem gradações e articulações entre elas. As considerações de DaMatta (1997b) sobre “Este Mundo” e o “Outro mundo” colaboram para o entendimento dessa questão.

3.3.4 “Este Mundo” e o “Outro Mundo”

A ideia é que o mundo a que chamamos “real” é composto pelos domínios da casa e da rua, e o universo visto sob o prisma transcendente, religioso, é o “outro mundo”.

No universo social brasileiro o “outro mundo” está balizado pelo signo da eternidade e da relatividade, é o mundo dos mortos, fantasmas, espíritos, espectros, almas, santos, anjos e demônios. Para DaMatta (1997b, p.111),

É, conforme falamos cotidianamente, o "mundo do outro lado das coisas", e, como quase tudo para nós tem um "outro lado" (porque tudo pode ter mais de uma leitura ou interpretação), o outro mundo pode aspirar à posição de ser esse "outro lado" revestido num tempo de eternidade.

É nesse domínio que a realidade social está marcada por esperanças, desejos que “neste mundo” ainda não puderam se realizar pessoal ou coletivamente. A tese de DaMatta (1986, 1997a, 1997b) é que a partir da análise do sistema ritual brasileiro percebe-se uma relação permanente e complexa entre a casa e a rua ("este mundo") e o "outro mundo".

A análise de DaMatta (1997a) das procissões e peregrinações, ritos comuns no ambiente social brasileiro, indica que a relação do brasileiro com o sagrado parece estar voltada para a busca do reequilíbrio. É um movimento de busca, transmutação e comunhão.

Nessa perspectiva, os domínios da casa, rua e “outro mundo” podem ser entendidos como espaços sociais e princípios ordenadores diferenciados, mas, complementares da vida. Destaca-se a ideia de que os rituais serviriam como mecanismo de unificação geral do sistema.

Em síntese, mais do que celebrações ou comemorações de certo domínio, data, princípio estrutural, categoria social, os rituais seriam focos por onde todo sistema poderia ser visto como uma totalidade. Uma conclusão interessante que DaMatta (1997b) observa em sua análise do triângulo ritual brasileiro é que pelo menos um desses espaços sociais (a casa, a rua ou o outro mundo) é o ponto de partida de vários momentos rituais, por exemplo:

Todos os ritos públicos que assumem um aspecto legal, solene e que são controlados pelo Estado ou pela Igreja sempre vêm da rua para a

casa; enquanto que todos os cerimoniais domésticos tradicionais (nascimentos, batismos, aniversários, casamentos e funerais) fazem o movimento inverso: abrem a casa para a rua, transformando o espaço doméstico da moradia em algo público, área onde estranhos podem circular livremente. (DaMATTA, 1997b, p. 44)

Verificamos nesse aspecto a ideia de complementaridade e articulação que o referido autor nos convoca a pensar ao realizar a análise. A investigação destes espaços segundo uma lógica relacional de domínios como a política, a economia, a religião e o esporte, portanto, ajuda a “ler” como uma sociedade apresenta-se a partir de visões diferenciadas de si mesma.

DaMatta (1986, 1997a) situa a dinâmica do dilema brasileiro entre o mundo público das leis universais e o universo privado da família, dos compadres, parentes e amigos. Esse dilema ocorre de acordo com o conjunto de relações que os membros da sociedade brasileira possam recorrer ou demonstrar em situações específicas, relações estas situadas na tensão entre o moderno e o tradicional.

Em suma, o universo da rua é moderno, baseado na ideia de mercado, individualismo e imparcialidade; o da casa está preso às regras tradicionais dos pactos morais, onde cada qual é uma peça singular de uma teia de relações; o “outro mundo” é o conciliador destes universos. DaMatta (1997b) articula a possibilidade de interpretar o outro mundo como uma “zona neutra”, na qual se prioriza sempre a relação entre os dois universos (a casa e a rua), numa recusa a tomar um deles como exclusivo e dominante.

É claro que quando estamos falando destes espaços sociais, rituais, de ações e comportamentos, de forma direta ou indireta estamos falando dos atores sociais que vivem tais configurações. No caso brasileiro, são figuras paradigmáticas situadas em um *continuum* que vai da ordem à desordem, reconhecidas independente das camadas sociais brasileiras.

DaMatta (1997a) apresentou os atores ou heróis do mundo social brasileiro, visto por suas dramatizações. No carnaval, DaMatta (1997a) reconhece a figura do malandro, como um ser que é marginal, liminar, que está totalmente deslocado das regras formais em um universo criativo e livre. Importa o sentimento, a improvisação, em outras palavras, no universo da malandragem é o “coração” que inventa as regras.

Já quando falamos dos rituais de ordem (tais como as paradas militares) está presente a figura do “Caxias”, que se preocupa mais com as regras sociais, com o exterior, ou seja, as medalhas, uniformes, armas, continências e reverências demarcam

tais regras. O que conta é a totalidade e a hierarquização materializada na lei e na regra, em oposição ao mundo individualizado das pessoas.

Emerge da “zona neutra” (do “outro mundo”) a figura do “renunciador” (que caminha e reza) e busca um universo social alternativo, um mundo novo. Ele rejeita o universo social tal como o é buscando juntar o externo com o interno. O renunciador, DaMatta (p.266) afirma, é um “revolucionário”, pois lhe interessa recriar a sociedade, abandonando o mundo material, deixando de lado seus interesses, vivendo para seu grupo.

A ideia de gradação nos sugere que o malandro pode transitar da malandragem socialmente aprovada e vista como esperteza, ao ponto da desonestidade. Da mesma maneira, o Caxias corre o risco de ser considerado um “palhaço” e o renunciador pode assumir uma posição extrema, por exemplo, a ponto de atribuir tudo à obra do destino.

Para DaMatta (*op.cit.*) o brasileiro tende a não assumir pontos extremos, ele opta por situar-se nas gradações. Os “heróis” identificados por DaMatta convivem nos interstícios do sistema, buscando certo equilíbrio entre a ordem e a desordem, entre o moderno e o tradicional.

Em suma, a ética social brasileira transita entre "individualismo" e "personalismo", igualdade e hierarquia, sociedade e Estado nacional, como categorias sociais contrastantes e de certa maneira antagônicas, mas complementares no caso do Brasil.

4 ESPORTE E SOCIEDADE BRASILEIRA

Embora o fenômeno esportivo tenha se tornado cada vez mais presente na vida cotidiana, difundido a partir da mídia e rotineiramente discutido por diversos grupos sociais, ele não é uma verdade “natural”, “evidente” ou “transparente”.

Algumas interpretações acadêmicas relegaram o esporte em uma relação de oposição com a sociedade, instrumentalizada e funcional, como se o esporte militasse de algum modo contra os “reais interesses” da sociedade.

DaMatta (1982) argumenta que tais interpretações derivam de uma ideologia social em que o trabalho é o “real”, é o que permite transformar a natureza e o próprio homem, ao passo que o esporte, mais especificamente o futebol no caso brasileiro, é o ópio do povo.

A noção de ópio advém da compreensão da atividade esportiva como algo fácil, dispensável e ilusório, que não tem o mesmo valor de atividades determinantes como o trabalho. Somam-se ao esporte como exemplos desta classificação (ópio), as atividades relacionadas à arte e à religião como esferas marginais, que desviam e mistificam as “realidades absolutas”: a do trabalho e da luta pela sobrevivência.

DaMatta (2006, p.149-150) compreende o esporte moderno como uma atividade dotada de uma aura paradoxal, pois, “o esporte tem seu lado instrumental e prático que permite promover riqueza, mas ele também é dotado de um eixo expressivo e/ou simbólico que fala mais do modo como nos vemos e queremos se vistos do que sobre o que estamos fazendo.”

Dada a especificidade da presente análise, temos como ponto de partida a ideia de que o esporte não está reduzido a lógicas práticas, utilitárias e/ou funcionalistas. Nesse sentido, nos apropriamos da teorização de DaMatta (1982, 2006) sobre o esporte nas sociedades modernas segundo a qual não se busca confirmar funcionalidades entre os termos, mas, o esporte faz parte da sociedade tanto quanto a sociedade faz parte do esporte em uma relação expressiva, dramática, na qual a ordem social se constrói e se reconstrói, inverte-se e reafirma-se enquanto uma totalidade significativa.

O pressuposto geral da Teoria do Dilema Brasileiro, baseado na noção de dramas sociais, ajuda a entender a concepção sobre o fenômeno esportivo como uma prática que não está em oposição com a sociedade, mas que se manifesta a partir de relações complexas e singulares, a partir de apropriações diferenciadas em sociedades diversas.

Tal pressuposto se define na compreensão de que “[...] é pela dramatização que o

grupo individualiza algum fenômeno podendo, assim, transformá-lo em instrumento capaz de individualizar a coletividade como um todo, dando-lhe identidade e singularidade.” (DaMATTA, 1997a, p. 39)

Essa perspectiva permite que vislumbremos no fenômeno esportivo em geral, e em modalidades específicas, significações peculiares que cada cultura o atribui à medida que dele se apropria. DaMatta (2006, p. 183) argumenta que “[...] o que fascina no caso de uma sociologia do esporte é precisamente a constatação de como um mesmo jogo torna-se universal, justamente, porque permite apropriações sociais específicas em sociedades diferentes.”

Nesse sentido, enquanto uma atividade da sociedade, o esporte é a própria sociedade que se expressa por meio de certas perspectivas, relações, objetos, gestos, ideologias, etc. Diante disso, o fato de que o esporte assume significados nacionais e/ou locais diferentes implica o reconhecimento de que as interpretações resultantes do pensar sociológico sobre o esporte tem características também singulares e não projetam “verdades” universais.

Pode-se perceber a aplicação deste pressuposto teórico por DaMatta (2006, p. 163) quando o mesmo reconhece no futebol uma importante “agência de dramatização da sociedade brasileira”, embora seja um esporte muito conhecido internacionalmente.

Em outras palavras, tendo em vista as apropriações singulares do esporte em cada sociedade, também o futebol é significado diferentemente em cada contexto. Isso implica o reconhecimento de que quando se alcança certa compreensão sociológica do futebol praticado no Brasil, aumenta-se a possibilidade de melhor interpretar a própria sociedade brasileira.

4.1 JOGOS OLÍMPICOS E COPA DO MUNDO DE FUTEBOL

DaMatta (2006, p. 174) apresenta algumas questões sobre o estudo sociológico dos Jogos Olímpicos na tentativa de distinguir os significados locais e/ou nacionais que o evento adquire no Brasil: “como contextualizar e emoldurar de uma perspectiva sociológica, crítica e comparativa a experiência dos Jogos Olímpicos? O que observar e discutir?”

O autor identifica na “tradição antropológica” uma tendência à formulação de críticas voltadas ao capitalismo em geral e à indústria de comunicação de massa.

DaMatta (2006) apresenta uma proposta de observação diferente para não incorrer na era repetição destas críticas.

Assim, o autor tenta explicar as razões que levam o público brasileiro a ser tão indiferente para com os Jogos Olímpicos em contraste com a Copa do Mundo de Futebol, que mobiliza a massa de maneira tão expressiva.

Em suma, DaMatta (2006) busca discutir o espaço simbólico dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol na sociedade brasileira. Na construção dos seus argumentos DaMatta critica a visão universalista e linear da esfera do esporte e examina questões que considera básicas para uma “sociologia comparativa do esporte”.

A noção de participação é um elemento inicial de discussão sobre essa comparação. Para cada país, a participação nos JO adquire sentidos diferentes. DaMatta situa o Brasil dentre os países que tem aspirações limitadas no evento em termos competitivos. Em casos como esse, “[...] a ideia de participação se reduz a desempenhar um papel efetivamente legitimador do evento” (DaMATTa, 2006, p.184).

A ideia central de DaMatta é que nos Jogos Olímpicos a mera participação outorga ao Brasil a chancela de “nação olímpica”. O caráter global dos JO mobiliza, portanto, a vertente nacional, individualista e igualitária que é uma das maneiras pela qual a sociedade brasileira manifesta sua coletividade na busca por ser vista no rol das nações modernas, “civilizadas”, que dispõe de alta tecnologia, como uma forma de legitimar-se nesse sentido. O autor reforça:

Para países como o Brasil, então, participar nos Jogos Olímpicos já seria uma vitória! Como se o fato de estar entre as nações “olímpicas” fosse um sinal de que – apesar de tudo que pensamos de nós mesmos – pertencemos ao conjunto de países ‘adiantados’[...] Enquanto para as potências mundiais participar significa a possibilidade de vencer, para as nações periféricas esse mesmo espetáculo representa apenas a possibilidade de competir com dignidade fazendo número e aparecendo simpaticamente no cerimonial de abertura (DaMATTa, 2006, p. 184-185).

DaMatta (2006) discute a forma de participação olímpica a partir de uma distinção sociológica que se refere à forma como o Brasil se expressa enquanto coletividade. Assim, para o Brasil, a participação nos JO associa-se antes ao Estado nacional do que à sociedade, enquanto na Copa do Mundo de Futebol ambos (sociedade e Estado nação) expressam-se com maior entusiasmo simultaneamente.

Outro aspecto de destaque na relação entre a Copa e os JO é modo pelo qual cada um deles elabora o elo entre universal e local. Ambos são ocasiões onde o ideal de

igualdade universal é dramaticamente elaborado e celebrado, no entanto, divergem em relação à maneira como fazem isso.

De acordo com DaMatta (2006) os Jogos Olímpicos reúnem ritos universalistas (as cerimônias de abertura e encerramento), ritos cívico-nacionalistas (as cerimônias de vitória marcadas pelo “direito” à celebração dos símbolos do vencedor) e é também um festival nos quais valores locais são apresentados e celebrados (da cidade/país anfitrião).

Assim, ao mesmo tempo em que se dramatizam coletividades nos JO, as mesmas são relativizadas pelos ritos de vitória e derrota que salientam individualidades e, com elas, singularidades culturais, sociais e, sobretudo, nacionais. No plano prático, isso revela o equilíbrio entre universalismo e nacionalismo que compõe o ideal olímpico.

Esse elemento contrasta com a Copa do Mundo de Futebol. Há neste evento uma ritualização do universal cujo foco não é o indivíduo, mas uma coletividade, ou seja, uma equipe que representa uma nação. Na Copa os times são, portanto, “metáforas dos países”, pelo menos no início da disputa (DaMATTA, 2006, p.192).

Enquanto nos Jogos Olímpicos o universal parece ser o foco e o alvo do espetáculo, nas Copas o centro do “drama” é o singular e o específico. DaMatta (2006) indica que o fato de estarmos diante de uma mesma modalidade esportiva na Copa do Mundo, faz com que os sinais diacríticos em relação àquela prática possam aparecer mais nitidamente, assim:

Tudo indica que a construção do universal numa Copa do Mundo se faz por meio de singularidades que são parte da própria estrutura do acontecimento. Nesse tipo de disputa o país anfitrião tem poucas obrigações rituais, já que a dimensão cerimonial está totalmente englobada pela competição. Aliás, neste evento, os ritos de abertura não dramatizam a universalidade humana, mas – isso sim – o cívico-nacional [...] é como se fosse o prelúdio de uma guerra (DaMATTA, 2006, p.194).

De fato, “[...] a Copa do Mundo de Futebol salienta sempre a equipe, o time e a coletividade que a sustenta e para a qual se joga e disputa; ao passo que a Olimpíada [sic] começa com equipes-países ou países enquanto equipes, para terminar no indivíduo livre de suas teias sociais e comunitárias” (DaMATTA, 2006, p.194).

A ideia é que competições esportivas de um só esporte, tal como a Copa do Mundo, tendem a negar a dimensão universal da ideologia individualista. Pois, numa Copa, aprende-se que só é possível ser universalista porque estão todos (jogadores e público) interligados pelo futebol de um dado país. Nos Jogos Olímpicos, há a

construção de identidades estruturais de humanidade e nação, relativizadas pela valorização do indivíduo.

Em suma, podemos dizer que a Copa articula o nacional e o universal privilegiando o singular, a comunidade. Há um nível de enraizamento local que se articula de maneira tal com regras universais de modo que tornam o futebol tão popular. Nos Jogos Olímpicos o universal engloba o local e o nacional. Se o localismo emerge no decorrer do evento ele se dissipa nas ritualizações universalistas que a todo o momento reforçam os atores envolvidos como indivíduos livres e autônomos.

Outro aspecto pontuado por DaMatta (2006), que dificulta a possibilidade do despertar de uma “paixão” do brasileiro pelos JO, é a dificuldade de lidar com a ideologia do mérito, sobretudo, do mérito individual que caracteriza os Jogos Olímpicos. Assim, enquanto ao futebol estão vinculados emblemas coletivos, o herói olímpico é individualizado, é a imagem do indivíduo ocidental dotado de autonomia, escolhas e direitos como centro moral da sociedade.

DaMatta (2006) afirma que a expressão da coletividade brasileira a partir do futebol alcança tanto o Brasil enquanto Estado nação quanto como sociedade. O futebol, portanto, alcança a dialética individualização e coletivização, o importante conflito entre “destino impessoal” (sorte e infortúnio) e vontade individual.

A experiência da vitória e do êxito é mais uma dimensão que situa o futebol como força integrativa das expressões de coletividade do Brasil. Tendo em vista que o sistema social brasileiro é hierarquizado e concentrador de riquezas, há aqueles para os quais o futebol é uma rara oportunidade de experimentar (de dramatizar) a vitória e o êxito.

Ser jogado em equipe remete ao nível simbólico de uma coletividade exclusiva tal como a casa, onde estão implícitas as relações de “simpatia”, “sangue” e “amor”. Ao passo que, podemos pensar o esporte olímpico como uma dramatização da *rua* e seus valores. A partir disso podemos compreender porque o atleta olímpico triunfou “lá fora”, enquanto a Copa do mundo é “nossa”.

DaMatta (1982) opera com o conceito de “fato social total”, por considerar o futebol uma instituição capaz de juntar muitas esferas sociais. O autor explica que o futebol é dotado de uma “multidimensionalidade”, ou seja, podemos entendê-lo e vivenciá-lo simultaneamente por meio de muitos planos, realidades e pontos de vista.

Segundo DaMatta (1982) esses são motivos que contribuem para que o futebol tenha se tornado um espaço profícuo para transitar do impessoal ao pessoal, do

hierárquico ao igualitário, do local ao universal. Por esse motivo, o autor considera o futebol uma importante agência de dramatização do universo social brasileiro.

Com regras simples, que valem para todos (times grandes, times pequenos, negros e brancos, ricos e pobres, etc.), o futebol é, de maneira ampla, uma forma de viver e/ou dramatizar a democracia, pois,

[...] vendo nosso time jogar, as leis têm que ser obedecidas por todos, são universais, são transparentes e há um juiz que as representa no calor da disputa. Tal afirmação das regras do jogo conduz a uma alternância entre vitoriosos e perdedores que, projetada na vida social, é a base da mais autêntica experiência democrática [...] Ora, é precisamente por ter essa capacidade de juntar o formal com o informal, as leis com a realidade, que no Brasil — e, de resto, em todo o chamado "Terceiro Mundo" — o futebol se transformou num campo imbatível de todo tipo de emoções. (DaMATTA, 2006, p. 165).

Os elementos que citamos aqui, decerto, associam-se a muitos outros e demandam um exame minucioso de suas articulações. Porém, interessa-nos neste ponto a constatação de que a recorrência temática do futebol como contexto de análises sócio-antropológicas sobre o Brasil, justifica-se à medida que este é um elemento da identidade nacional e, portanto, é um veículo para uma série de dramatizações da sociedade brasileira, constituindo-se como um palco que tem sido privilegiado para interpretar tal sociedade.

Utilizar outros esportes como “palcos” compostos por “dramatizações” para interpretar a identidade nacional e/ou como são elaboradas as narrativas do nacional implica reconhecer possíveis estratégias de significação e/ou ressignificação do fenômeno em determinado contexto.

A mídia é, em grande medida, responsável pela mediação de novos códigos ao grande público e faz isso retirando do próprio universo social para o qual se apresenta elementos que a permite tornar suas mensagens “consumíveis”, ou seja, compreensíveis, assimiláveis.

Assim, apresentamos como perspectivamos o contexto dessa análise diante da problemática do presente estudo que envolve a mediação, a codificação, as apropriações e ressignificações da mídia brasileira em torno dos Jogos Olímpicos de Inverno.

4.2 UM CONTEXTO DE ALTERIDADE RADICAL

Analisar os Jogos Olímpicos de Inverno como contexto para captar as narrativas do nacional referentes à apresentação de “novos personagens” e “novos esportes” ao público brasileiro, apresenta a peculiaridade de não termos um signo icônico de identificação que, geralmente no caso do esporte, emerge principalmente a partir da conquista de títulos importantes no cenário nacional e internacional.

Essa é uma das constatações de Tavares, Soares e Bartholo (2007a, 2007b) que se apresenta a partir de novas configurações na análise das narrativas do nacional dos Jogos de Inverno de 2010.

Tal constatação soma à problemática levantada por este estudo a perspectiva de compreender os Jogos Olímpicos de Inverno como um evento que além de evocar a expressão da coletividade brasileira enquanto Estado nação, é também um contexto de alteridade radical. Velho (1999, p. 129) opera com esse conceito para explicar a ideia de analisarmos realidades “exóticas”, “estranhas” (no sentido de não familiares).

No caso particular deste trabalho, isso condiz tanto com a situação da pesquisadora em relação ao contexto a partir do qual explora o objeto de sua pesquisa, quanto da sociedade que se propôs a investigar em relação ao mesmo contexto.

É uma perspectiva diferente, por exemplo, do estudo de Dyreson (2004). Tal autor explorou como os JOI tem sido utilizados como “um ‘evento marcante’ ”³³ para refletir valores culturais básicos da cultura americana”, a partir das narrativas do nacional na mídia impressa.

Neste caso, porém, os esportes de inverno são perspectivados como práticas familiares à cultura americana. Entendemos que em termos comparativos as interpretações do autor possam contribuir com a presente investigação.

A partir da análise de jornais impressos, o autor mencionado teve como foco as primeiras quatro edições dos JOI e afirma que os conceitos básicos são aplicáveis para as edições subsequentes.

Dyreson (2004) pontua que, sob um prisma histórico e político, a imprensa americana apresentou em suas narrativas duas características principais: (1) zombar da cultura e do esporte Europeus; (2) e promover as performances esportivas americanas como essencialmente superiores.

³³ “(...) the Winter Olympics have been used as ‘branding moments’ to reflect and affect basic American cultural values, to reinforce local and national identities, and to enhance personal and institutional agendas”(p.204).

A primeira edição dos JOI, em 1924, não gerou entusiasmo tanto por parte da mídia quanto em termos de público americano. De certa forma, não havia grandes expectativas em torno de um evento que, oficialmente, ainda não havia sido reconhecido como a primeira edição dos Jogos Olímpicos de Inverno³⁴.

A mídia divulgou os resultados americanos com breves explicações sobre a diferença entre os países de clima ártico em comparação às poucas regiões americanas em que se poderia praticar e treinar aqueles esportes por mais tempo. O quarto lugar geral na contagem de medalhas (não oficial) pouco importou, pois o evento era tido como desimportante.

Para Dyreson (2004, p. 190), este é um fato que se tornou característico nas coberturas subsequentes. Principalmente diante das narrativas de derrota, a imprensa americana emoldura os JOI com um nacionalismo “sarcástico”.

O autor pontua que a mídia americana utiliza os Jogos (de inverno e de verão) para definir os Estados Unidos como uma nação superior e afirma que isso sempre fez parte do interesse americano, enquanto Estado nação, no Movimento Olímpico.

Assim, enquanto o país não era hegemônico no evento, Dyreson (2004, p.190) notou que a imprensa americana fez dos JOI um “circo” repleto de “esquiadores britânicos incompetentes, atletas de bobsled jamaicanos hilários”, reforçando identidades locais e nacionais. Em outras palavras, as narrativas de derrota foram frequentemente associadas a quaisquer outros motivos menos a uma possível incompetência dos atletas americanos ou superioridade de seus adversários.

Para o referido autor “[...] vencer é a única coisa que realmente importa na cobertura da mídia americana das quatro primeiras edições dos Jogos de Inverno” (DYRESON, 2004, p.190). Ressalta-se que muitos (senão a maioria) dos esportes de inverno que compunham os JOI, são práticas presentes na cultura esportiva americana. Mas, as narrativas analisadas buscaram distanciá-las a fim de não tomar os resultados obtidos como frustrações, isso porque o país não detém a hegemonia nestas práticas.

Este é um processo bem diferente ao que ocorre no caso da relação da mídia impressa brasileira com os JOI. Embora notemos a ênfase na desconstrução da participação brasileira como um caso de excelência, a tentativa nas narrativas de 2002 e 2006 foi de familiarizar o público com tais esportes. O emolduramento destes esportes

³⁴ O evento de 1924, ocorrido em Chamonix, na França, ocorreu com o endosso do COI, mas com o título de Semana de Esportes de Inverno (Winter Sports Week) e foi retroativamente reconhecido como os primeiros Jogos Olímpicos de Inverno somente após a realização do evento.

como estranhos à cultura nacional, inclusive, foi utilizado como um fator que ajuda a dimensionar as expectativas de resultados dos atletas brasileiros.

Ressaltamos que o conceito de alteridade radical com o qual trabalhamos não implica pressupor familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento e desconhecimento, respectivamente. A respeito disso, podemos citar Velho (1999, p. 128-129) quando este afirma que “o que sempre *vemos e encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido”.

Podemos considerar que a mídia é, em muitos casos, um canal de interação específico do grande público com realidades exóticas (às vezes o único), e aqui situamos a relação do público brasileiro com os Jogos de Inverno. Esta é uma relação recente, tendo em vista que a primeira participação de atletas brasileiros nos JOI foi em Albertville, França em 1992³⁵ e levando em consideração também a própria periodicidade do evento (quadrienal).

Nas duas edições que se sucederam à primeira participação brasileira (em Lillehammer, Noruega em 1994 e em Nagano, no Japão em 1998), a equipe nacional foi composta por apenas um atleta³⁶. Nesse contexto, a pequena e, por duas vezes, “solitária” participação de atletas brasileiros somados aos inexpressivos resultados obtidos por eles, pouco chamou a atenção da mídia impressa nacional até então. Fato que viria a mudar, como pontuam Tavares, Soares e Bartholo (2007a), nos Jogos de Salt Lake City, Estados Unidos, em 2002 por conta, em parte, da maior quantidade de atletas participantes.

Nesse contexto, a maior delegação brasileira em Jogos de Inverno até então (11 atletas – nove homens e duas mulheres) foi o que, de acordo com Tavares, Soares e Bartholo (2007, p. 199), “[...] determinou um volume maior de matérias e uma quantidade mais específica de informações, embora compreensivelmente limitado se comparado ao espaço ocupado por outros esportes no país como o futebol, o voleibol, o basquetebol e o automobilismo.”

Observa-se também que até Nagano 1998, o Brasil havia participado, exclusivamente, de provas de esqui alpino. Em 2002, a equipe competiu no *Cross*

³⁵ A delegação contou com sete atletas, o chefe Domingos Giobbi, três técnicos e quatro funcionários administrativos. Destaca-se que cada um dos integrantes pagou parte das despesas do próprio bolso e outra parte foi coberta pelo programa Solidariedade Olímpica do COI, que fornece recursos para que países possam incentivar o crescimento de modalidades ainda incipientes em seu universo esportivo nacional. Informações obtidas no site: www.cob.org/brasil_jogos/edicao_interna.asp

³⁶ Consultar o APÊNDICE F – A participação brasileira nos Jogos de Inverno.

country, *luge* e bobsled. Destaca-se a 27ª posição da equipe de bobsled (entre 33 participantes), o melhor resultado obtido pelo Brasil nos JOI até então, o que contribuiu para conferir à equipe brasileira a atenção da cobertura midiática nacional e internacional.

Em Turim 2006, novamente a participação brasileira nos JOI chamou a atenção da cobertura midiática. Nove atletas representaram o Brasil em cinco modalidades: *snowboard*, esqui alpino, esqui *cross country*, bobsled e *luge*. Nesta ocasião, a atleta Isabel Clark (*snowboard*) obteve um resultado histórico para a participação brasileira em esportes da neve. No site do COB³⁷ o feito é descrito e contextualizado da seguinte forma:

Pela primeira vez, o Brasil, um país tropical praticamente sem incidência de neve, figurou no *Top Ten* de uma competição Olímpica. A façanha coube à *snowboarder* Isabel Clark. Na prova de *boardercross*, a atleta carioca superou rivais de países de maior tradição na modalidade e faturou o nono lugar, que para o Brasil teve valor de ouro [...]

Lembrada pelo feito de Salt Lake City 2002 a equipe de bobsled (com novos integrantes) não repetiu o considerado bom resultado em Turim. No site do COB, a descrição dessa participação possui algumas características comuns às encontradas nas narrativas de mídia impressa

Os “bananas congeladas” tiveram menos sorte: dois acidentes na perigosa pista de Cesana Pariol deixaram o trenó do Brasil na 25ª e última posição. Ainda assim, o quarteto - formado por Ricardo Raschini, Edson Bindilatti, Márcio Silva e Claudinei Quirino - voltou para a casa ciente da importância de ter sido o único representante de um país tropical no bobsled de Turim, apesar das dificuldades encontradas ao longo do período de preparação.

Como se pode observar, os termos “sorte” e “façanha” parecem assemelhar-se à ênfase nas ideias de acaso e improvisação percebidas por Tavares, Soares e Bartholo (2007a, 2007b) na mídia impressa. Os autores em questão apontam que a desconstrução da participação brasileira como um caso de excelência foi um aspecto proeminente nas narrativas.

Dessa forma, Tavares, Soares e Bartholo (*op.cit.*) apresentaram as estratégias que a mídia impressa recrutou para narrar à participação brasileira nos Jogos de Inverno

³⁷ www.cob.org/brasil_jogos/edicao_interna.asp

dado o fato de que tal participação não se configura como um caso de excelência. Percebeu-se que o próprio exotismo (principalmente vinculado às condições climáticas do acontecimento), serviu de emolduramento ao mesmo.

Embora tenha sido conferida à participação brasileira nos JOI mais atenção na mídia, uma constatação importante obtida a partir da cobertura midiática dos Jogos de 2002 e 2006 refere-se à dificuldade de estabelecer um “signo icônico” de identificação com estes esportes, como também, uma preocupação “didática” na apresentação de práticas estranhas à cultura esportiva nacional (TAVARES; SOARES; BARTHOLO, 2007a, 2007b).

A presença de marcos simbólicos de identidade nestas narrativas foi notória a partir destes e de outros elementos que remetem à tensão entre o moderno e o tradicional verificada por DaMatta (1986, 1997a).

Tais elementos serão aprofundados na interpretação dos dados e informações coletadas nesta análise, na tentativa de identificar suas continuidades e descontinuidades, com o auxílio de informações obtidas a partir de outros atores-chave do processo comunicativo (os atletas brasileiros), e a observação direta das reações e atitudes do público presente nas provas disputadas por eles.

Ao operarmos com o conceito de alteridade radical, admitimos que a realidade, seja ela familiar ou exótica sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada e, nesse sentido vale pontuar a consideração de Velho (1999, p.128) que nos diz:

O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico. Isso não significa que, mesmo ao nos defrontamos, como indivíduos e pesquisadores, com grupos e situações aparentemente mais exóticas ou distantes, não estejamos classificando e rotulando de acordo com princípios básicos através dos quais fomos e somos socializados.

Essa discussão nos serve de base, sobretudo, ao analisarmos as experiências oriundas do trabalho de campo. Tal como o faz a mídia na codificação de acontecimentos “exóticos” traduzindo-os em uma mensagem consumível ao seu público-alvo, o pesquisador mobiliza seus referenciais de sentido para interpretar as informações advindas de acontecimentos que lhes são, *a priori*, estranhas.

5 VANCOUVER 2010: O PALCO

A apresentação e análise dos dados foi estruturada a partir de uma lógica que tenta organizar a discussão do geral para o específico. Isto significa iniciar a análise por aspectos mais gerais para em seguida focalizar aqueles mais diretamente relacionados ao objeto da investigação. Assim, pareceu importante iniciar este capítulo a partir de uma noção da perspectiva canadense, para, posteriormente, por meio de aproximações sucessivas, endereçarmos nossas análises para a questão identitária em tela.

Como informado anteriormente, matérias dos jornais selecionados, entrevistas com atletas e observação constituem as fontes a serem analisadas. Na construção deste capítulo, a opção foi elaborar uma triangulação entre as diferentes fontes de modo a construir um entrelaçamento de dados em direção a produção de uma síntese.

O jornal canadense *The Globe and Mail* centrou-se na divulgação de resultados e histórias “olímpicas” nacionais – como é de se esperar da mídia local embebida pelo aspecto nacionalista –; na disputa pelo primeiro lugar no quadro de medalhas – que não é oficial, mas que não tem sido dispensada na cobertura midiática dos Jogos; e nas conquistas, frustrações/decepções em relação à expectativa de resultado de atletas que representaram o país da cidade anfitriã.

À véspera da cerimônia de abertura que marca o início dos Jogos, o jornal canadense apresenta o que seria o tom das narrativas posteriores:

[...] É um sonho que começou muito tempo atrás e finalmente torna-se realidade hoje. Não há dúvidas que os Jogos deixarão uma marca no país, mas qual será o legado Olímpico? Para as pessoas por trás do sonho, a resposta é simples: estes são os Jogos do Canadá, e eles serão definidos por uma nação que está pronta para mostrar ao mundo do que ela é feita (UMA DATA HISTÓRICA, THE GLOBE AND MAIL, 12/02/2010, p. A).

Ao analisarmos a dimensão festiva da performance nas ruas de Vancouver³⁸ percebemos que as exposições de arte, danças, músicas, etc. foram marcadamente emolduradas por narrativas do nacional.

As apresentações culturais em palcos e tendas montados pelas ruas das cidades de Vancouver e Whistler frequentemente estavam associadas aos quatro povos aborígenes que “formaram” a nação. Foram enfatizados elementos da história e cultura

³⁸ A partir de *insights* etnográficos da pesquisa

do país, remetendo ao que teria sido um passado heróico, suas riquezas, paisagens, etc.

Esse é um tipo de narrativa “performática” cuja ênfase está nas origens, na tradição. Assim, embora perspectivemos a construção da identidade nacional numa tendência pluralizante no mundo contemporâneo, as narrativas da nação muitas vezes engendram-se pelo viés da unificação, da valorização das raízes, como sugeriu Hall (2006).

O que se percebe é que os Jogos transcendem a cidade sede, eles relacionam-se com narrativas do nacional. A cidade de Vancouver “vestiu-se” das cores nacionais e do slogan “Com corações ardentes” (*With Glowing Hearts*).

Os artefatos (camisetas, chaveiros, canecas, etc.) vendidos nas lojas oficiais e não oficiais remetiam ao símbolo e cores da bandeira nacional, tal como aos quatro mascotes e aos logos oficiais do Comitê Olímpico Internacional e dos Jogos de Vancouver. Muitos prédios do centro da cidade ostentavam além de bandeiras do Canadá, frases de apoio à realização dos Jogos e de incentivo aos atletas canadenses: “Nos orgulhamos de apoiar o time do Canadá” (*We are proud to support team Canada*); “Vai Canadá!” (*Go Canada!*).

A cobertura midiática não escapou a essa tendência verificada a partir da comunicação “performática” do evento. Em reportagem publicada um dia após a cerimônia de abertura, a capa do *The Globe and Mail* anuncia: “A nossa hora de brilhar” (THE GLOBE AND MAIL, 13/02/2010)³⁹. Acompanha esse título uma foto de meia página da delegação canadense durante o desfile das delegações na cerimônia de abertura, com a atleta Clara Hugues (porta-bandeira da equipe) em primeiro plano.

A “hora de brilhar” canadense na cobertura do *The Globe and Mail* assume a perspectiva da celebração da cultura local (sob o prisma nacional) em um contexto global. Nota-se que o impresso opta por captar o momento em que a identidade estrutural da nação está em evidência para emoldurar a narrativa sobre a cerimônia de abertura.

De fato, como observou DaMatta (2003), as cerimônias de abertura tem sido apresentadas como ritos cívico-nacionalistas, ou seja, um momento de celebrar e colocar em evidência a cultura local, sob a forma de narrativas do nacional. Pode-se inferir que esse comportamento da mídia diante de um evento de caráter global não é inesperado e tende a estender-se a outros momentos do evento, ou seja, às outras

³⁹ “Our shining hour”.

dimensões.

Ao mesmo tempo, a cerimônia de abertura acomoda em sua estrutura a celebração do universal, como sugere MacAloon (1984). Essa possibilidade de agrupar tamanha heterogeneidade em um ritual que se associa, simultaneamente, a outras dimensões tais como: o espetáculo, o festival e o jogo, parece ter influência sobre os momentos que os atletas elegem como mais importantes/marcantes da sua participação nos Jogos.

Os atletas entrevistados mencionaram a cerimônia de abertura como um momento marcante dos Jogos de Vancouver:

A1 – É uma das maravilhas do esporte, essa possibilidade que o esporte dá de conhecer pessoas do mundo inteiro com a mesma paixão [...] Para mim o mais importante é compartilhar essa paixão com as adversárias. E o legal é que se faz amigos, **encontrei muitos na cerimônia de abertura, todo mundo tirando foto, abraçava e isso é muito legal!** A amizade acima da competição, é a ideia de *fair-play*, a gente está competindo, mas, ali a gente celebra nosso amor pelo esporte.

A2 – A abertura é demais... é muito difícil de descrever assim esse sentimento, mas, **na hora que você entra na cerimônia de abertura, no estádio...que anuncia o nome 'Brasil', e você desfila, é muito emocionante [...]** durante a prova, para mim, estava sendo mais uma prova, eu estava tentando me esforçar o máximo, mas eu estava focado na corrida que eu estava fazendo. Depois que foi interessante ver a repercussão que teve, fazendo a prova numa olimpíada [sic], que é muito mais assistida, tem muito mais público, enfim, interessante ver a repercussão disso depois [...] **E na cerimônia não, é um momento que você sente mais de imediato a emoção, você sabe que você não está em qualquer competição. Você está com as cores do seu país nos Jogos Olímpicos!**⁴⁰

A1, por sua vez, situa esse cerimonial dentre os atributos que tornam os Jogos Olímpicos singulares. O dia da abertura, porém, é também palco para a realização de protestos organizados contra os investimentos financeiros para a realização dos Jogos. O contexto de grande visibilidade do evento e a sua forma processual dinâmica, tal como nos aponta MacAloon (1984), torna propícia a oportunidade de manifestações como essa.

Por outro lado, pelas mesmas razões, muitas pessoas foram ao centro de Vancouver, onde estavam localizados os relógios de contagem regressiva para a abertura dos Jogos, e entoaram cânticos de protesto, carregando faixas com escritos como:

⁴⁰ Grifo nosso.

“Casas e não Jogos” (*Homes, not Games*); “Vocês festejam e os pobres pagam” (*You party, the poor pay*); “Erradicar a pobreza não é um jogo” (*End poverty is not a Game*).

No entanto, a cobertura da mídia canadense em torno dos Jogos, pelo que percebemos a partir do Jornal analisado e do acompanhamento da mídia televisiva em geral, deu pouca atenção e importância a essas manifestações⁴¹.

O emolduramento do *The Globe and Mail* sobre a cerimônia de Vancouver, como indica o fragmento a seguir, manteve o entusiasmo e orgulho nacionalista já anunciado na antevéspera dos Jogos:

[...] Um espetáculo que tocou em todas as facetas do Canadá [...] não apenas um show; foi uma fábula; uma crônica épica da história e cultura do Canadá tanto quanto um espetáculo de boas-vindas a atletas e público de todos os lugares do mundo [...] um show que representou o Canadá muito bem [...] (A ABERTURA DE 2010, THE GLOBE AND MAIL, 13/02/2010, p. A8).

No entanto, em meio a tamanho entusiasmo, o jornal canadense teve que noticiar, na mesma página, a morte de um atleta da Geórgia durante treinamento da modalidade *luge* horas antes da cerimônia de abertura. A narrativa está localizada abaixo da foto da delegação canadense e diz:

[...] Uma tragédia não visita os Jogos Olímpicos com muita frequência, mas quando isso acontece lança-se uma longa sombra. E hoje, com o início oficial da competição, os Jogos de Inverno de 2010 tentarão se recuperar de um vento devastador que chegou horas antes da cerimônia de abertura [...] Jacques Rogge, presidente do Comitê Olímpico Internacional, lutou para se compor numa apressada conferência para a imprensa. “O COI está em profundo luto,” disse ele. “Não tenho palavras para dizer como nos sentimos” (UMA TRAGÉDIA QUE LANÇA UMA LONGA SOMBRA SOBRE ESTA COMPETIÇÃO, THE GLOBE AND MAIL, 13/02/2010, p. A)

Ao concebermos as performances culturais como formas processuais dinâmicas tal como sugere MacAloon (1984), esse acontecimento reflete exatamente o não previsto e/ou não desejável no roteiro, na programação. Pode-se notar que o *The Globe and Mail* capta um universo tensionado pela emoção positiva e festiva do início dos Jogos e um acontecimento trágico. Muitas outras reportagens abordaram o acidente com

⁴¹ O TGM auto intitulou-se o “Jornal nacional Oficial dos Jogos de Vancouver 2010”. De alguma maneira, isso pressupõe um posicionamento político-institucional em relação aos JOI de Vancouver, embora seja difícil precisar tal posicionamento em relação à política nacional. Esse é um limite desta pesquisa.

o atleta Georgiano, tais como: “Mais alto, mais forte e mais perigoso” (*Higher, Stronger and More Dangerous*) (THE GLOBE AND MAIL, 13/02/2010, p. A2); e “Morte: uma lembrança da fragilidade dos Jogos” (*Death: a reminder of Games’ fragility*) (THE GLOBE AND MAIL, 13/02/2010, p. A2).

De fato, a análise de tais narrativas a partir da teoria de MacAloon nos auxilia a compreender como a dimensão “espetacular” da performance (os Jogos Olímpicos), acomoda emoções distintas e até opostas, dentro de um contexto de proporções globais, que o megagênero do festival não seria capaz de acomodar. Em outras palavras, tanto a narrativa voltada para a celebração do início dos Jogos, quanto a narrativa voltada para o acontecimento trágico, são envolvidas pelo megagênero do espetáculo, ou seja, alcançam grande visibilidade e chamam a atenção.

A reportagem “Um show ousado e deslumbrante que nos deixou orgulhosos”, narra o “show” da cerimônia de abertura em meio ao luto:

A cerimônia de abertura do Canadá mostrou ao mundo um país que não tem medo de usar o simbolismo no mais elevado nível, diante de uma audiência de milhões [...] um país que não tem medo de recitar poemas ou passagens de livros – livros! – no meio de um estádio com cerca de 50 mil pessoas [...] misturado com um minuto de silêncio, uma bandeira a meio mastro e uma pequena oração fúnebre, e assim enfrentar a morte de um atleta na manhã daquele mesmo dia [...] (THE GLOBE AND MAIL, 14 de Fevereiro de 2010, p. A2)

Em outras palavras, constata-se que como “evento superlativo” (BILLINGS, 2008) e/ou como “performance cultural” (MacALOON, 1984), nos Jogos Olímpicos, também os acontecimentos trágicos estão sob grande visibilidade e, neste caso, a morte é espetacularizada.

O acidente fatal do atleta Georgiano nos JOI de 2010 é um fato também presente de forma recorrente ao longo da cobertura brasileira. Em ambos os jornais (FSP e OG), em notícias relacionadas aos Jogos de Vancouver posteriores à tragédia, mencionou-se os seus desdobramentos e repercussão, sobretudo, em relação às ações do COI e do Comitê Organizador de Vancouver diante do fato.

Na narrativa “Morte abala a Olimpíada de Inverno”, lê-se:

A 21ª edição dos Jogos Olímpicos de Inverno começou ontem, em Vancouver (Canadá), de maneira trágica. Antes mesmo da cerimônia de abertura, um acidente matou o georgiano Nodar Kumaritashvili, 21[...] Logo após o acidente de Kumaritashvili, os delegados do Comitê Olímpico Internacional e os chefes das equipes que disputam

o evento fizeram uma reunião para tentar aumentar a segurança da pista [...] (FOLHA DE SÃO PAULO, 13/02/2010, p.D1)

Em “Tragédia antes da abertura dos Jogos” (O GLOBO, 13/02/2010, p.30) descreve-se o acidente em suas etapas, apresentando o posicionamento do Comitê Organizador e do COI em relação à tragédia. As medidas e providências do Comitê Organizador de Vancouver são citadas ao longo das matérias e reportagens seguintes, dada a repercussão do acidente:

Ainda repercute em Vancouver a morte, num treino de luge, na sexta-feira [...] A organização anunciou que a prova masculina terá a mesma largada da feminina, impedindo velocidades extremas [...] outra medida é a elevação da parede da pista na saída da última curva, onde aconteceu o acidente. (O GLOBO, 15/02/2010, p.18).

Nota-se que o emolduramento da mídia brasileira em torno do acontecimento escapa à tensão entre a emoção e a tragédia, e opera a partir de códigos que estão associados, de alguma maneira, como veremos adiante, ao posicionamento do Brasil em relação a esta edição dos Jogos, ou seja, à lógica organizacional.

Em um “palco” plural, global, que reúne tantas dimensões, os atletas, por sua vez, adquirem experiências contingentes. Eles são “atores” sujeitos a um conjunto complexo de relações que impulsionam diferentes formas de apresentar-se, de diferenciar-se.

Diante disso, é importante compreender como os entrevistados se posicionaram em relação ao contexto. Quando questionados sobre o valor que atribuem à competição olímpica em comparação com outras competições, A1 e A2 pontuam:

A1 – Os Jogos Olímpicos é sempre muito especial [sic]. É o auge de qualquer atleta, para mim é o topo. Você chegar ao seu topo é chegar aos Jogos Olímpicos. Primeiro porque **é o maior evento do mundo, realizado só de quatro em quatro anos**, mobiliza tantos atletas de tantos países, estar lá representando o seu país... é demais!⁴²

A2 – Em termos de a prova assim, ser feita ali ou em qualquer lugar... Quero dizer, em termos de pontos para o ranking, dá na mesma. Mas a verdade é que envolve todo o contexto do evento não é? Correr uma prova olímpica... Assim, é uma prova que **tem toda uma história por trás [...] tem o apoio do público**, que é algo que geralmente nas provas que a gente compete nem sempre tem, **e a divulgação também que a mídia faz por trás disso [...] Por exemplo, depois dessa prova**

⁴² Grifo nosso

que eu fiz nas olimpíadas [sic] a quantidade de emails que eu recebi... o pessoal dizendo que viu a prova e achou muito [...]. É uma diferença da prova olímpica, no nosso dia-a-dia nem sempre a gente tem essa mesma atenção.⁴³

Destacamos os fatores mencionados pelos atletas para explicar os motivos que os levam a atribuírem maior valor à competição olímpica: a periodicidade, a visibilidade, a tradição, a dimensão do evento em relação ao tamanho, e a presença e apoio do público. Eles reconhecem nesses elementos o caráter diferenciado dos Jogos Olímpicos.

Estes fatores são, de fato, percebidos por MacAloon (1984) como constituintes dos gêneros performativos dos Jogos Olímpicos. A1, em assertiva mais abrangente, pontua:

A1 – [...] A gente sabe que tem algo maior por trás do grande espetáculo e da competição em si. O Movimento Olímpico... bem, não importa diferença de raça, de religião, ou de política, todo mundo está ali em prol do esporte, é um movimento bonito, muito mais forte do que medalha, é um movimento de união de povos, em busca do esporte, da saúde [...]

Nota-se que A1 racionaliza a influência do Movimento Olímpico e alguns de seus ideais demonstrando que o impacto do “espetáculo olímpico”, apenas, não o torna mais valioso que os demais eventos, mas a mensagem e valores incorporados ao evento tem significância para seu valor agregado. Isso porque, embora mencione a grandiosidade do evento (uma característica da noção de espetáculo), alude à existência de “algo maior” do que meramente o *show* e as disputas.

Esse fator remete à discussão sobre o “dispositivo recrutador” na Teoria do Espetáculo. A partir do discurso de A1 temos elementos para pensar, embora de maneira não conclusiva, na funcionalidade do “espetáculo” como dispositivo recrutador, possivelmente estabelecendo uma correlação entre as dimensões do espetáculo (na referência ao “*show*”), do ritual e do festival (a partir dos pressupostos ideológicos mencionados).

Ademais, observamos que dentro do conjunto de fatores que dá valor e distingue os JO (citado pelos atletas), A1 acrescenta às características do evento algo que faz parte da sua posição no palco, do seu papel: a questão da representatividade nacional (“estar lá, representando seu país... é demais! – A1).

⁴³ Idem.

As escolhas, representações e posicionamentos a partir da mídia, dos atletas e dos dados advindos do campo compõem um todo articulado de discursos, de diferentes narrativas do nacional que foram identificadas e postas sob análise nesta investigação. Apresentaremos-nas nessa discussão, buscando apontar seus possíveis sentidos e significados.

5.1 A PARTICIPAÇÃO DOS BRASILEIROS E AS NARRATIVAS DO NACIONAL

Ao utilizar como ferramental teórico a definição de performance cultural da teoria antropológica, admitimos que os Jogos Olímpicos representam um momento de dramatização coletiva, que nos permite perceber como nos definimos como cultura(s) ou sociedade(s), e identificar que mitos coletivos dramatizamos para nós mesmos.

Assim, buscamos explorar a partir da prática discursiva dos atletas e das narrativas midiáticas, as intersecções, reconhecidamente temporárias, que produzem identificações performativas – como nos indica Hall (2006) –, ou seja, que nos posicionam como sujeitos em um contexto determinado, aqui perspectivado como um contexto de alteridade radical para os brasileiros em geral.

A mídia é um canal de elaboração e veiculação de tais construções identitárias. De fato, as possibilidades subjetivas de percepção e formulação de significados situam os veículos midiáticos em uma dinâmica social que admite a dialética local-global em seus discursos.

No caso dos JO em específico, mesmo quando as narrativas são produzidas por impressos que não são da cidade/país-sede ⁴⁴, a utilização de referenciais locais e/ou símbolos culturais são frequentes na busca por consolidar uma identificação, um elo de pertencimento com o global.

Um exemplo disto pode ser encontrado no estudo desenvolvido pelo Observatório de Mídia Esportiva da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) examinou-se a dialética local-global nas narrativas brasileiras diante de eventos esportivos de alcance global. Pires et al (2004, p. 4) tiveram como objetivo articular uma análise do processo jornalístico relativo à cobertura dos Jogos Olímpicos de Atenas 2004, visando compreender como a mídia inclui o local no universal, ou seja, através de que estratégias discursivas relacionou-se o evento de ordem global ao local e “ao mais

⁴⁴ É importante lembrar que os Jogos Olímpicos são sediados por cidades e sua Comissão organizadora e não por seus países.

íntimo do indivíduo, sua subjetividade”. Os autores estavam interessados em identificar quais símbolos culturais poderiam mediar a identificação dos locais o evento global.⁴⁵ Percebeu-se que os atletas uniformizados com as cores nacionais, com bandeiras, são referenciais locais, são vínculos de identificação e, por isso, compõem o discurso midiático local.

Todavia, na alteridade radical dos Jogos de Inverno, os atletas do Brasil não foram referências centrais da cobertura no estabelecimento de uma dialética local-global. Neste contexto, as conclusões de Tavares, Soares e Bartholo (2007a, p.200) para um estudo sobre objeto semelhante parecem manter sua validade.

[...] na verdade, não há até então uma imagem formada dos atletas brasileiros de inverno. Não há praticamente nenhuma história ou feito anterior a ser contado. Não há uma memória a ser ativada e, portanto, nenhum senso de pertencimento.

Diante disso, tanto na cobertura dos Jogos de Salt Lake City 2002 quanto de Turim 2006, constatou-se a dificuldade da mídia brasileira de estabelecer um signo icônico de identificação com os JOI.

A estratégia então utilizada pela mídia brasileira para narrar o acontecimento foi o “emolduramento” daqueles esportes “estranhos” a partir de elementos mais conhecidos da gramática esportiva brasileira (tais como a Fórmula 1 e o futebol, bem como os ídolos destes esportes).

Em 2010, esse tipo de estratégia também esteve presente, mas desenvolveu-se a partir de certas peculiaridades. A matéria “As novas curvas do *curling*” (O GLOBO, 25/02/2010, p. 32), apresenta-se como um exemplo do processo de “tradução”, como nos termos de Hall (2003). Nesta matéria, detalha-se a dinâmica de uma modalidade buscando tornar a mensagem “consumível” (HALL, 2003) na dimensão da competição, ou seja, do “jogo”:

[...] **A festa nas arquibancadas, que em solo canadense lembra as de partidas de futebol, prossegue hoje** [...] Questões nacionalistas à parte, os visitantes têm grande trunfo para evitar qualquer hostilidade: a beleza da *skip* Carmem Schaefer, uma das musas da competição [...] A sensualidade, porém, é um ingrediente novo. O fascínio do curling está na estratégia e nos movimentos precisos. Por ser um jogo bem estudado ele é chamado de ‘xadrez do gelo’ (O GLOBO, 25/02/2010, p. 32).⁴⁶

⁴⁵ No caso específico, o Estado de Santa Catarina.

⁴⁶ Grifo nosso.

O *curling* tem semelhanças com a bocha e é praticado numa pista retangular de gelo. São oito pedras de granito com fundo achatado e alças na parte superior. A pista tem 45, 5m de comprimento por 4, 75m de largura. A vassoura é usada com a pista, acertando o trajeto a pedra e fazendo com que ela ganhe velocidade [...] Cada equipe tem quatro jogadores. O skip é o principal de todos e cuida da estratégia (O GLOBO, 25/02/2010, p. 32).

Diante de uma cultura midiática que celebra o alto desempenho como valor esportivo – como nos aponta MacNeill (2006) –, e tendo em vista a ausência de atletas brasileiros que permitissem essa vinculação com os Jogos de Inverno, a mídia brasileira elaborou e veiculou construções identitárias que perpassam a dramatização de uma “igualdade” entre o Brasil e os outros países a partir de outros referenciais.

Percebemos que a recente conquista do direito de sediar os Jogos de verão 2016 pela cidade do Rio de Janeiro ⁴⁷ influenciou diretamente a construção das narrativas do nacional sobre os Jogos de Vancouver 2010. A ênfase no emolduramento organizacional parece configurar-se como o “sentido preferencial” (HALL, 2003) empreendido por ambos os impressos analisados.

Tanto em narrativas do FSP quanto do OG, é possível perceber que houve um deslocamento da dimensão esportivo-competitiva do evento para a experiência organizacional. Enfatizou-se recorrentemente a importância do intercâmbio de experiências organizacionais para as autoridades do esporte e políticos brasileiros (Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, etc.) que estiveram em Vancouver.

Em reportagem publicada no dia da cerimônia de abertura fica evidente o emolduramento da mídia sobre a experiência organizacional: “Brasil vai a Vancouver de olho nos Jogos de 2016” (O GLOBO, 12 /02/2010, p.32).

No texto, cita-se uma entrevista com o superintendente executivo de esporte do Comitê Olímpico Brasileiro, Sr. Marcus Vinícius Freire, que comentou sobre como a imagem internacional do Brasil mudou porque a cidade do Rio foi escolhida sede dos Jogos de 2016:

⁴⁷ O anúncio da escolha do Rio como cidade sede dos Jogos de 2016 foi em 2 de outubro de 2009.

A data de 2 de outubro (quando o Rio foi escolhida a cidade sede dos Jogos de Verão de 2016) mudou completamente a visão internacional sobre o Brasil [...] **Nós deixamos de ser vira-latas e viramos Bulldogs franceses** ⁴⁸, todo mundo quer. Para Londres 2012, por exemplo, a Inglaterra já se ofereceu para que façamos aclimação com eles. A Alemanha também quer nos receber antes dos Jogos (O GLOBO, 12 de Fevereiro de 2010, p.32).

Desloca-se o foco dos Jogos de Vancouver do caráter competitivo em si para o fator organização Rio 2016, a partir da atuação dos representantes do COB e do governo que participaram do Programa de Observadores do Comitê Olímpico Internacional. De acordo com a narrativa, dentre os objetivos do programa, prevêem-se conhecer a organização da operação de diversos setores dos Jogos e participar de palestras sobre temas como transporte, instalações esportivas, venda de ingressos nos Jogos e até sobre o “trato com a ‘família olímpica’”.

Podemos observar que o superintendente Marcus Freire assumiu na entrevista o “*complexo de vira-lata*”, que já foi analisado como parte da complexidade formativa da identidade nacional brasileira como indica DaMatta (2003). A narrativa dá destaque a essa frase, extraíndo-a da entrevista, separando-a do corpo do texto e colocando-a em negrito.

Essa expressão, primeiro utilizada pelo cronista brasileiro Nelson Rodrigues na década de 1950, expressa a forma como os brasileiros veem a si mesmos no mundo e representa, em outras palavras, um complexo de inferioridade. De acordo com DaMatta (2003), trata-se de uma auto-avaliação derrotista que atribui ao Brasil um papel subalterno, por vezes marginalizado e inferiorizado.

DaMatta (1982, 2003) verificou que o esporte pode ser, de fato, um momento de dramatização da igualdade para o brasileiro. O autor explorou esse argumento, sobretudo, em relação ao desempenho de atletas nacionais no futebol e todas as características que fazem tal esporte tão popular para a sociedade brasileira.

Sair da condição de vira-lata à Bulldog francês, na narrativa, remete à ideia de que competições como os Jogos Olímpicos dramatizam a possibilidade de uma igualdade de condições entre o Brasil e os denominados países desenvolvidos, inclusive fora das arenas de disputa.

⁴⁸ Grifo nosso

Todavia, tal dramatização não ocorre a partir da excelência no desempenho esportivo, mas, a partir das competências que levaram a cidade brasileira a ser escolhida a sede dos Jogos de 2016.

Esta preocupação com a participação em Vancouver como um aprendizado para um país que pretende ser grande esportivamente enseja matérias que revelam outras preocupações inerentes a uma cidade sede dos Jogos Olímpicos, como nas matérias: “Vancouver também tem sua cracolândia” (FOLHA DE SÃO PAULO, 08/02/2010, p. D6); e “Fiasco em Vancouver-10 Ameaça cartolas russos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 22/02/2010, p. D5)⁴⁹. Em “Problemas marcam Jogos de Vancouver”, podemos notar o foco da narrativa nas “lições” que o Brasil tem a observar do evento:

Os Jogos de Inverno de Vancouver, encerrados ontem, deixaram **uma boa lição**⁵⁰ à Olimpíada do Rio, em 2016. Os 39 observadores do comitê organizador carioca acompanharam de perto como os canadenses reagiram à série de problemas operacionais e de infraestrutura que emergiram durante as duas semanas de evento [...] a população canadense ainda não sabe oficialmente quanto teve que pagar para sediar o maior evento poliesportivo do mundo. Estima-se que a conta chegue a cerca de R\$10,2bilhões. Apesar de esse valor corresponder a cerca de um quarto do gasto estimado para os Jogos do Rio-16, a organização de Vancouver teve de lidar com reiteradas críticas e até mesmo com manifestações locais contrárias aos Jogos – o orçamento original previa gastos de R\$3,4bilhões (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/03/2010, p. D6).

Nota-se a menor participação de atletas brasileiros na competição, com informações sobre a relação investimento e retorno, o que indica o emolduramento da cobertura pelo viés organizacional. Esta é uma estratégia diferente da mídia brasileira em relação à análise das edições anteriores que, de certa maneira, centralizou a cobertura nos atletas (focando nas ideias de acaso e improvisação) e na apresentação de modalidades para familiarizar o público brasileiro com o evento.

Percebe-se que inclusive a apresentação dos atletas é realizada a partir dessa perspectiva, como na reportagem “Mais verba, menos gente”:

MAIS VERBA, MENOS GENTE: PAÍS TEM MENOR DELEGAÇÃO DESDE NAGANO-98 - Só cinco brasileiros (Maya Harrison, Jhonatan Longhi, Jaqueline Mourão, Leandro Ribela e Isabel Clark) competirão em Vancouver. É o menor time desde que o

⁴⁹ Destacamos que as duas últimas reportagens citadas são traduções de publicações do *The New York Times*.

⁵⁰ Grifo nosso.

esquiador Marcelo Apovian representou sozinho o Brasil, há 12 anos. Ao contrário das últimas duas edições, o país não disputará esportes de gelo, como luge e bobsled. Com isso, a Confederação Brasileira de Desportos do Gelo deixará de cumprir a meta para 2010. Sua verba da Lei Piva cresceu de R\$ 258.504,83 em 2008 para R\$ 600 mil em 2009 (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/02/2010, D3).

Os comentários sobre a transmissão dos Jogos de Inverno pela primeira vez em canal aberto, não destoam do emolduramento organizacional das outras narrativas em torno dos Jogos de Vancouver como um preparatório para 2016.

Na reportagem “TV aposta em fuga da folia e patinação” (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/02/2010, p. D3), aponta-se a cobertura realizada pela Rede Record de televisão como um teste inicial da mesma como emissora de grandes eventos esportivos no Brasil. Lembra-se que a Record adquiriu os direitos exclusivos dos Jogos de Verão de Londres 2012 e dos Jogos Panamericanos de 2011 e 2015, além de dividir com a Rede Globo os Jogos de Inverno de Sochi 2014 e os Jogos do Rio em 2016:

Em seu teste inicial como emissora de grande evento esportivo e com um produto sem tradição no Brasil, a Rede Record investe nas coreografias da patinação, nos brasileiros em Vancouver e na eventual aversão de telespectadores pelo Carnaval [...] Por obrigação contratual com o COI, a emissora, que vem ganhando força e já é a principal rival da Globo no esporte tem de transmitir pelo menos 20 horas de programação de Jogos de Inverno (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/02/2010, p. D3).

As narrativas do jornal FSP tem maior centralidade nos aspectos organizacionais dos Jogos de 2010. Foram publicadas matérias a respeito da cidade de Vancouver (a infraestrutura, questões sociais, questões organizacionais, investimentos). Em tais reportagens enfatiza-se como o Comitê Organizador da cidade de Vancouver teve que lidar com os problemas operacionais e sociais da cidade, além dos problemas relacionados à realização dos Jogos em si.

Outra preocupação organizacional que se torna aparente, refere-se à efetividade, ou não, do sistema esportivo nacional, tendo como referência e exemplo a ser aprendido, o que outros países fazem. Em “Programa Olímpico do Canadá colhe 1º fruto e quebra tabu” (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/02/2010, p. D4) são apresentadas informações sobre os investimentos do Canadá. Foram apresentadas as metas de conquista de medalhas nos Jogos de Inverno dos quais são sede e as perspectivas para

os Jogos de Verão a partir da criação do programa “Dono do Pódio” (*Own the Podium*)⁵¹.

O programa é apontado como uma iniciativa “exemplar” cuja meta é levar o Canadá ao topo do quadro de medalhas nos Jogos de Vancouver e, a longo prazo, nos Jogos de Verão e Inverno que se sucedem. A FSP, em uma reportagem complementar, na mesma página, compara o plano de investimentos do Canadá com o brasileiro:

Apesar de ter metas ousadas, o programa “Own the Podium” tem um orçamento muito baixo se comparado às cifras despejadas no esporte brasileiro [...] O caráter multidisciplinar é outro destaque [...] Já no Brasil, somente agora, como início do programa Time Brasil no Rio, o COB começa, de maneira tímida, a propor um sistema multidisciplinar [...] O investimento canadense foi feito de acordo com o número de medalhas que cada modalidade distribui e com a qualidade dos praticantes [...] No Brasil, só é levado em conta a performance em cada modalidade. O vôlei, por exemplo, distribui só quatro ouros olímpicos e recebeu R\$ 2,5 milhões da Lei Piva. Já as lutas, que oferecem 18 ouros, ganharam R\$ 900 mil (PLANO É BARATO EM RELAÇÃO À VERBA DO BRASIL, FOLHA DE SÃO PAULO, 16/02/2010, p. D4).

Em oposição a esta posição mais ‘crítica’ da FSP, a narrativa presente em O Globo ajuda a construir expectativas sobre o desenvolvimento de um plano brasileiro para os esportes de inverno, ainda que elas sejam, em princípio, pouco realistas.

Brasil tem projeto para cross country – Ao término dos Jogos Olímpicos de Inverno de Vancouver-2010 e já de olho no megaevento de Sochi 2014, o presidente da Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN), Stefano Arnhold, revelou ter dois projetos para desenvolver o biatlo (que combina esqui cross country e tiro ao alvo) e o cross country. (O GLOBO, 02/03/2010, p. 31).

Na reportagem mencionada, o presidente da CBDN afirma que o projeto para desenvolver o Biatlo e o Cross Country no Brasil inclui a criação de um Centro de Treinamento para ambos em São Carlos, onde ocorrerão adaptações, uma vez que não neva nesta cidade.

No discurso de Arnhold, em entrevista citada pela mesma reportagem, pode-se perceber que o presidente da CBDN difere no tratar dos resultados dos demais atletas em relação ao de Isabel Clark, nossa melhor e mais famosa atleta em Vancouver, apontando uma justificativa para seu desempenho abaixado do esperado:

Sobre a carioca Isabel Clark, nona nos jogos de Turim-2006 – melhor

⁵¹ Tradução livre.

classificação brasileira nos Jogos de Inverno – e 19ª nas Olimpíadas deste ano, Arnhold comentou: “ – Ela foi a 13ª na Copa do Mundo e era 14ª no ranking. Chegou preparada, mas a pista era extremamente exigente, muitas atletas caíram, além dela” [...] No cross country, Leandro Ribela ficou na 90ª colocação. No esqui Alpino, Jhonathan Longhi, de 22 anos, foi 56º no slalom gigante. Maya Harrisson de 17 anos, tornou-se a primeira atleta brasileira a completar uma prova feminina de slalom nos Jogos, na 48ª posição entre 87 atletas (O GLOBO, 02/03/2010, p. 31).

Essa mudança está contida na cobertura geral do evento em torno da questão organizacional e da “nova” imagem do Brasil no cenário internacional, obtida junto com o direito de sediar os Jogos de 2016 pela cidade do Rio. Esse emolduramento pode ser percebido em narrativas que abordaram questões vinculadas a planejamento, investimentos e até, como tentamos demonstrar, expectativas de resultado.

Com base no destaque atribuído a esse discurso na narrativa, parece claro que sediar os Jogos de Verão de 2016, uma competição internacional com tamanho valor e significado simbólico, é uma conquista que garantiu ao Brasil (nestes discursos) uma “nova” relação com outros países.

Assim, tendo como base a “metáfora teatral”, podemos afirmar que no “palco” dos Jogos de Vancouver (cujo cenário é internacional), o Brasil desempenha um “novo papel” que não mais se restringe à mera participação “casual e improvisada”: o de aprender com as experiências do Comitê Organizador de Vancouver.

A configuração peculiar das diferentes dimensões dos JO compreendidos como performance cultural, colaboram para a grande expectativa da cidade anfitriã (e respectivo país) de garantir o tamanho e a grandeza do evento, juntamente com sua atmosfera festiva e a realização das competições e celebrações.

Se considerarmos que o que a mídia capta já é um universo discursivo, advém dessa expectativa o emolduramento dos JOI de 2010 nas narrativas investigadas como uma experiência a ser vivenciada e observada.

O jornal Folha de São Paulo, publicou a reportagem “Rio-2016 adota Vancouver como seu primeiro laboratório”:

Equipe brasileira, composta por 39 membros, acompanha a organização dos Jogos de Inverno, que tem início hoje – O Brasil terá apenas cinco atletas nos Jogos Olímpicos de Inverno e chances muito remotas de brigar por um lugar no pódio – a melhor colocação de um brasileiro na história dessa competição foi o nono lugar da *snowboarder* Isabel Clark em Turim 2006, mas os Jogos serão importantíssimos para o país. Afinal, este será o primeiro evento

internacional que o país participará já como sede das Olimpíadas de 2016 [...] ⁵²

[...] Quatro meses após passar no **vestibular olímpico** e obter o direito de sediar o maior evento poliesportivo do planeta, a Rio- 2016 terá, a partir de hoje, sua primeira **aula prática** em Vancouver, sede dos Jogos de Inverno [...] (*FOLHA DE SÃO PAULO*, 12/02/2010, p. D3).⁵³

Apesar de não terem sido as referências centrais, os atletas foram apresentados pela mídia, sobretudo pelo jornal O Globo, como é possível perceber na reportagem “Brasil pronto para festa de inverno” (O GLOBO, 7/02/2010, p. 37). O título da narrativa indica o sentido de festividade atribuído à participação dos atletas brasileiros. Situa-se tal participação na dimensão eminentemente e essencialmente alegre da performance, uma vez que não há grandes expectativas acerca da dimensão competitiva, do “jogo” em si.

Cada um dos atletas é mencionado na reportagem com informações sobre os últimos resultados em competições internacionais e especificidades sobre a participação em Vancouver configurando uma tentativa de familiarizar o público com os atletas representantes do Brasil em Vancouver 2010.

Jaqueline Mourão é apresentada como a primeira atleta brasileira a disputar tanto os Jogos de Verão quanto de Inverno. Informa-se que a atleta mineira de trinta e três anos, passa por sua segunda experiência em JOI e quarta participação no total em Jogos Olímpicos.

A reportagem citada não menciona muitas informações sobre Leandro Ribela, exceto o dia de estreia nos Jogos, a modalidade que disputa e que foi instrutor de esqui. Maya Harrison é apontada como a mais jovem atleta da delegação brasileira (dezessete anos). A narrativa expõe que a “carioca” que foi adotada quando bebê por uma família da Suíça, não fala português, e visitou o Brasil uma vez apenas, mas está honrada em representar o país na competição. A narrativa sugere também que Maya é uma esperança “futura” para os Jogos de Sochi 2014, na Rússia.

Sobre Jhonathan Longhi, informa-se que também não fala português (adotado por família Italiana), menciona-se a modalidade em que irá competir e sua expectativa e

⁵² Nessa reportagem o número inferior de atletas em comparação com a equipe de Turim 2006 é utilizado como parâmetro para estimar as chances de “bons resultados”. É importante observarmos que esse parâmetro isolado não é confiável, uma vez que foram ignorados outros importantes critérios para esse tipo de avaliação, tais como: o nível técnico de cada atleta; e a evolução e experiência da atleta brasileira ao longo do calendário internacional de competições.

⁵³ Grifo nosso

meta pessoal de estar entre os trinta primeiros colocados no slalom gigante (modalidade de esqui alpino).⁵⁴

O emolduramento da mídia em relação às participações dos atletas Jhonathan e Maya parece legitimar uma dimensão essencialista (inatista) da identidade nacional, que *a priori* ampara-se na dimensão jurídica, tendo em vista os critérios de elegibilidade do Comitê Olímpico Internacional. A narrativa não coloca em questão o “ser” brasileiro como a mídia em geral o faz, por exemplo, quando o palco observado é o futebol, ao cobrar dos atletas a postura, a ginga, o futebol-arte “à brasileira”⁵⁵ como características estruturantes de uma identidade genuinamente nacional.

É, contudo, significativo do processo identitário como um processo de escolhas, como as narrativas podem se inverter. Em “Brasileiro só no sangue” (O GLOBO, 18/02/2010, p. 27) O Globo apresenta aos brasileiros o patinador Florent Amodio. Um atleta, que nasceu no Ceará, e representou a França nos Jogos de Vancouver. A reportagem é a primeira do caderno de esportes e ocupa meia página do Jornal, com uma foto de Amodio durante sua performance na fase classificatória dos Jogos. Amodio – que ocupava até então a 11ª posição no ranking – estava entre os 24 atletas classificados para a final da patinação artística. Na reportagem, lê-se:

Adotado por franceses ainda criança, em Sobral, no Ceará, Florent Amodio não fala português e só esteve no Brasil uma vez, há três anos. Ao contrário de Jhonathan Longhi e Maya Harrison – que também deixaram o país quando criança –, ele não compete pelo Brasil nos Jogos Olímpicos de Inverno [...] É representando a França que o patinador de 19 anos tenta um resultado histórico na carreira [...] Para ele, que mora na cidade de Fremainville, não existe a possibilidade de defender as cores verde e amarela em competições. Embora seu sangue seja brasileiro, a alma, diz, é francesa.

– Voltei ao Brasil com meus pais em 2007. Vi de onde eu vim. Foi muito bom, uma ótima experiência para mim. Eu sou consciente da minha sorte e de ter sido criado com tanto amor. E não posso negar: minha vida é na França [...] Lá é o meu país – afirmou Amodio ao jornal ‘Le Parisien’”(O GLOBO, 18/02/2010, p. 27).

Notadamente os discursos em torno dos atletas Maya, Longhi e Amodio demonstram o caráter conjuntural e posicional da identidade, ou seja, o estabelecimento

⁵⁴ Os casos de Maya e Jhonathan remetem a questões que perpassam a discussão sociológica sobre a construção da identidade nacional, os critérios de elegibilidade dos atletas para participar dos Jogos Olímpicos e até discussões sobre a formação cultural e humanização do sujeito. Dados os limites e objetivos do presente estudo, adentramos às questões que se referem à construção de identidades nacionais como propõe Hall (2006).

⁵⁵ Ver: Helal, Soares e Lovisolo (2001)

de um jogo de representação de identidades. Embora Maya e Longhi também não falem português e tenham sido criados fora do país, eles, em princípio, não são brasileiros “só no sangue”. O bom resultado de Amodio (classificado para uma final olímpica) pode ter influenciado essa codificação pelo viés do “brasileiro naturalizado francês” de tal maneira que a reportagem tem uma chamada na capa da edição mencionada, o que não aconteceu com qualquer outro fato relacionado ao evento no O Globo ⁵⁶.

Neste caso, as narrativas midiáticas engendram uma construção identitária que representam “escolhas” do processo de codificação. O resultado da prova final de Florent Amodio é apresentado em uma nota: “O brasileiro naturalizado francês Florent Amodio foi o 12º na patinação artística nos Jogos de Inverno, em Vancouver [...]” (O GLOBO, 20/02/2010, p.30). É preciso reconhecer, todavia, que os resultados inexpressivos de Maya e Longhi não geraram narrativas opostas que não podendo questionar seu “sangue” brasileiro, questionariam a “alma”.

A noção de representatividade nacional é um importante aspecto das elaborações do nacional a partir dos atletas e da mídia. Nessa interação, palavras-chave como honra, emoção e respeito circundam os discursos dos atletas (a partir das entrevistas) e a codificação da mídia (que explorou declarações dos atletas nesse sentido ao compor sua narrativa).

Ao questionar aos atletas o que significa representar o Brasil nos Jogos de Inverno, nota-se que a noção de representatividade nacional está nitidamente associada ao contexto do evento:

A1 – [...] é muito especial para mim... **carregar o nome do Brasil** no uniforme, ter essa ligação com o meu país em um evento **tão importante e grandioso. É uma experiência única, respirar esse ar olímpico e simbolizar toda a luta e garra que o povo brasileiro tem, de superação e tudo mais.** Por isso vim até aqui tentando dar o meu máximo, o meu melhor mesmo [...] ⁵⁷

A2 – A sensação é muito boa, eu sou brasileiro, nasci no Brasil, vivo no Brasil. Acho que o sonho de todo mundo é poder representar... fazer aquilo que você gosta, o esporte que você escolheu e **representar sua nação fora [...] ainda mais nos Jogos Olímpicos [...] as outras nações conhecendo a gente [...], você coloca a sua nação entre os grandes, entre os melhores [...]** ⁵⁸

Percebe-se nas falas de A1 e A2, que ambos constroem discursos metonímicos,

⁵⁶ Nem mesmo com a morte do atleta georgiano

⁵⁷ Grifos nossos.

⁵⁸ Idem.

identificando-se com o papel de representantes da nação e seus atributos, embora se manifestem a partir de diferentes perspectivas. Não é possível deixar de observar aqui como A1 se define brasileiro pela alma (garra e luta que o povo brasileiro tem). Estes signos de luta e superação, porém, situam-se em relação aos domínios sociais da casa e da rua.

A superação de adversidades longe do domínio da “casa”; a rua como um domínio de “lutas” (DaMATTA, 1997b). Assim, A1 parece manifestar mais diretamente em sua fala o seu papel nos JOI com a ideia de simbolizar aspectos relativos a um tipo de construção identitária, o que nos leva a inferir que os JOI possam representar o domínio da “rua”, se redimensionarmos essa perspectiva à gramática esportiva brasileira.

Por outro lado, A2 percebe na questão da representatividade, uma maneira de mudar a posição do Brasil em relação a outras nações, colocá-la “entre as grandes”, o que, de certa forma, implica em “dramatizar” uma igualdade, mesmo que temporária.

É um momento que, como pontua MacAloon (1984) as identidades estruturais de indivíduo, nação e humanidade oscilam, coexistem, numa dimensão ritualística dos Jogos. Ao evidenciar isso, o discurso de A2 parece se aproximar da noção de *communitas*, que admite a sociedade como um sistema estruturado, diferenciado e frequentemente hierárquico, mas que, ao mesmo tempo, pode configurar-se como uma comunidade ou mesmo uma comunhão de indivíduos iguais. De fato, a dramatização da igualdade que emerge da fala de A2 quando menciona o significado de representar o Brasil parece encontrar local propício para tal, exatamente, no momento que elegeu como o mais marcante de sua participação nos Jogos: a cerimônia de abertura (em que não há pódio, nem medalhas, e é possível vislumbrar uma condição de igualdade).

De certa forma, reconhece-se que fora daquele “palco” vive-se uma realidade social de hierarquias entre culturas e povos, ao passo que se vislumbra que nos Jogos Olímpicos tais hierarquias sejam sublimadas.

Nota-se que os brasileiros expressaram narrativas vinculadas à sua participação voltadas para a construção simbólica da representatividade. Quando a cobertura, porém dirige-se aos atletas de outros países, a mídia brasileira, numa perspectiva mais racional, explorou outras dimensões da participação dos atletas que extrapolam a sua performance na dimensão competitiva e que, de certa maneira, reforçam o viés organizacional pelo qual engendrou discursos do nacional. Na matéria “Festa polêmica”, por exemplo, lê-se:

Canadenses bebem e fumam para comemorar ouro no hóquei e criam mal estar com o Comitê Olímpico – A comemoração era mais que justa, afinal ganhar o ouro no hóquei, principalmente sobre os Estados Unidos, é sempre motivo de muita festa [...] mas, a celebração da seleção feminina canadense acabou se transformando numa grande polêmica. O motivo? Cerveja, champanhe e charuto [...] As imagens geraram constrangimento e não agradaram em nada o Comitê Olímpico Internacional (COI), que irá investigar o caso [...] Em nota a federação canadense se desculpou pelo ocorrido: “[...] Nossa equipe acredita nos valores olímpicos e vê esta situação como uma lição aprendida” (O GLOBO, 27/02/2010, p. 34).

A narrativa sobre as atletas de hóquei canadense e seu comportamento, nos remete a pensar a complexa dimensão ideológica que envolve os Jogos Olímpicos, bem como o papel do atleta olímpico na mesma. Segundo Tavares (2003), para o senso comum, e mesmo parcelas do mundo acadêmico, a experiência olímpica transforma o atleta em um símbolo de sabedoria prática para a tutela dos ideais Olímpicos.

Com esse papel bem demarcado, é possível conceber que qualquer atitude, gesto e comportamento que contrarie os valores proclamados do olimpismo tende a ser notado e narrado como um “mau exemplo”. A narrativa de OG em relação ao comportamento das atletas do hóquei canadense não incorpora de maneira taxativa o discurso de que elas tiveram uma conduta transgressora. A matéria direciona-se para a “polêmica” provocada pelo acontecimento, citando autoridades representativas do COI e do Comitê Olímpico do Canadá elucidando seus respectivos posicionamentos, como se pode notar nos fragmentos a seguir:

[...] Diretor executivo da entidade [do COI], Gilbert Felli afirmou que essas não são cenas que se queira ver nos jogos:

– Este não é um jeito bom de promover os valores do esporte. Se elas tivessem comemorado no vestiário, tudo bem; mas não em público;

– Eu acho que os canadenses entendem que é um momento muito emocionante para nossa equipe. Não era nossa intenção ir contra qualquer protocolo do COI – disse Steve Keough, porta-voz da entidade [o Comitê Olímpico Canadense] (O GLOBO, 27/02/2010, p. 34).

A partir das declarações, uma constatação importante é a de que ambos os representantes das entidades mencionadas não demonstram (a partir do que está exposto no jornal), posições extremas vinculadas à ideologia olímpica – o primeiro admite que

as atletas tenham esse comportamento, desde que não seja em público; o segundo situa o acontecimento a um aspecto burocrático, protocolar.⁵⁹

Os atletas brasileiros investigados, contudo, parecem incorporar a expectativa moral positiva em torno do seu “papel”:

A1 – Eu quero passar para as pessoas que nada é impossível, que quando você coloca seu coração naquilo que você quer com **dedicação e força de vontade** é possível realizar seu sonho, essa coisa de ter garra, e **muita fé** [...] a gente tem que acreditar no nosso ideal, e ir com tudo em busca de sua meta, penso em inspirar os mais jovens, **essa coisa de sair do Brasil e de mostrar a nossa força para os outros**, de conhecer outras possibilidades, eu tive essa chance pelo programa de solidariedade olímpica. Mesmo com toda dificuldade, temos que estar prontos para driblar isso e ir lutar por nossa meta.

A2 – **Uma imagem assim, em geral, de alguém que teve um sonho e foi atrás desse sonho, lutou para conseguir aquilo que sonhava** [...] eu quero deixar o meu exemplo dentro do esporte, acho que isso pode ser realizado por qualquer pessoa naquilo que for, em qualquer profissão, qualquer sonho de vida.

Inspirados em DaMatta, podemos dizer que os atletas constroem esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias. Neste contexto, a ‘luta’ para viabilizar o ‘sonho’, acontece no plano da ‘rua’, no âmbito das relações institucionalizadas, padronizadas e normatizadas do esporte olímpico e, no caso, fora do Brasil. Podemos supor que a consciência da inferioridade técnica é englobada pela “muita fé” que ajuda a driblar as dificuldades e dar um sentido àquele sacrifício.

Assim, o sentido de ser atleta de esporte de inverno em um país que não tem neve é pontuado pela (auto) imagem da renúncia e do sacrifício.

A1 – No momento, ainda é lidar com a coisa do pioneirismo, é claro que não contamos com uma estrutura parecida com a dos países que vem mesmo para definir as primeiras posições, mas eu acho que todos os atletas vem mais pela **sensação de representar o país**, de ser uma delegação que represente **a garra, a vontade de aprender** cada vez mais, eu acredito que todos os atletas que estão aqui são vencedores, eu agradeço a Deus por ter tido essa oportunidade.

A2 – É difícil, porque a gente tem que estar sempre adaptando e buscando lugar para treinar. A dificuldade de treinadores brasileiros para te instruir, pessoas capacitadas... **precisamos evoluir muito.**

⁵⁹ Reconhecemos que seria um equívoco metodológico centrar a discussão em torno das declarações das autoridades do COI e do Comitê Olímpico do Canadá. O que percebemos a partir da narrativa é que na mesma não há demonstração de nenhum posicionamento em relação às afirmações colhidas. Opta-se por codificar o acontecimento em si como uma “polêmica”.

Mas, para isso, precisamos mesmo estar aqui, viver isso aqui já é muito para nós.⁶⁰

Se, como nos ensinou Durkheim, ao sacrifício se relaciona uma expectativa de recompensa que lhe dá sentido e aceitabilidade, esta visão de participação nos Jogos de Inverno como luta, aprendizado e sacrifício para e por estar lá ganha sentido pela expectativa de aceitação e respeitabilidade.

A2 – [...] **o Brasil já não é mais tão novidade** quando participa das competições internacionais, inclusive os Jogos Olímpicos de Inverno. Não é mais... **não comparam mais a gente ao “Jamaica Abaixo de Zero”**⁶¹ como muita gente fazia no começo, já veem que a gente está se estruturando, a gente está se preparando para competir [...]

Todavia, na dimensão etnográfica da pesquisa, foi possível observar um contraponto em relação ao possível “estranhamento” que a participação de brasileiros nos Jogos de Inverno pode provocar. Enquanto circulava como pesquisadora pelo local de competição a fim de observar as reações e atitudes do público, portava uma bandeira brasileira para facilitar a identificação para os atletas – com os quais não houve contato pessoal prévio –, e realizar as entrevistas. Uma das reações do público em relação a isso chamou a atenção. Uma pessoa que transitava pelo local perguntou: “Por que você está carregando uma bandeira?”⁶²

Embora os atletas relatem que sua participação “já não é mais tão novidade” ou que não se trate de uma “aberração”, a reação e atitude do público dá indícios de que remanesce um estranhamento. Tais reações e atitudes auxiliam a compreensão das elaborações discursivas sobre o nacional dos atletas, uma vez que as identidades são construídas em determinados tempos, lugares e sob circunstâncias específicas.

Nesse sentido, a relação dos atletas com o público olímpico é um fator a destacar. Tanto A1 como A2, embora em momentos diferentes, mencionam a participação do público como algo marcante e diferente em relação a outras competições ([...] tem o apoio do público, que é algo que geralmente nas provas que a gente compete nem sempre tem – A2; senti a energia do público todo [...] o barulho geral do que foi o final da minha prova, foi uma emoção única que todo atleta gostaria de viver – A1).

⁶⁰ Grifo nosso.

⁶¹ Filme sobre equipe de bobsled jamaicana que adaptava seus treinamentos para competir.

⁶² “Why are you carrying a flag?”

De fato, o papel do público nos JO, tem se tornado cada vez mais central e essa é uma tendência já verificada por MacAloon (1984), como mencionamos anteriormente. O público tem sido convidado a participar do evento de forma cada vez mais direta, nas cerimônias de abertura e encerramento e também nas arenas de disputa.

O que se percebe é que essa participação ocorre de maneira organizada. Prima-se desde o que é permitido levar para as arenas, ao momento de manifestar-se e como fazê-lo. Essa é também uma constatação advinda a partir da dimensão etnográfica desta pesquisa em diferentes modalidades acompanhadas em Vancouver (*cross-country*, patinação artística e hóquei).

A dinâmica da competição de *cross-country* (na qual participavam os atletas brasileiros entrevistados) permite poucos momentos de emoção pela disputa e poucas surpresas nos resultados. Os atletas largam um por um, de acordo com o tempo de qualificação, a cada trinta segundos. Orientado por painéis eletrônicos dispostos em locais estratégicos, o público se manifestava a cada largada (com aplausos e utilizando sinos para fazer barulho), independente da nacionalidade do atleta que largava (anunciado nos alto-falantes junto com o nome, tempo de classificação e resultados obtidos em competições internacionais).

Motivados pela aproximação de um atleta em relação a outro, o público se manifestava mais expressivamente e era convidado a se manifestar em outros. Assim aconteceu com A1. Nos quatro últimos minutos da sua prova, sua história em Jogos Olímpicos foi narrada nos alto-falantes e o público foi convidado a aplaudir.

Enquanto isso, A1 aparecia no telão durante a última parte de seu percurso. O anunciador (que também assumia o papel de “animador” em alguns momentos) contou do medo que A1 teve do esqui à primeira vista em 2005 e de sua rápida ascensão da primeira vez que esquiou aos Jogos de Turim 2006, solicitando logo após, mais aplausos e incentivo.

Uma torcedora brasileira foi identificada na plateia com uma bandeira aberta e também apareceu no telão. Acompanhado de sinos, assovios e palmas foi possível ouvir um coro de: Vai Brasil! Vai! (“*Go, Brazil! Go!*”), comandado pelo anunciador da prova. O anunciador também fez referência à escolha do Rio como cidade sede dos jogos de 2016 ressaltando a beleza das praias, as festas e o clima tropical brasileiro⁶³.

⁶³ E, mais uma vez, repetindo e reproduzindo os estereótipos que nos situam na dicotomia natureza e cultura.

A campeã da prova já havia sido anunciada. O aplauso geral para um atleta disputando as últimas posições apresenta-se como uma celebração coletiva, em contraste com “a habitual rivalidade e as palavras de ordem de torcidas e equipes de diferentes países que normalmente lotam as competições em geral” como indica MacNeill (2006, p. 21), concretizando o chamado “espírito Olímpico”. Decerto, o tipo de prova, bem como o tipo de público que assistia a ela parece favorecer a ideia de coletividade, de transcendência das barreiras étnicas, nacionalistas, geopolíticas, de gênero (*communitas*) – como nos termos de Turner (1974), algo que é difícil de pensar em momentos como nas disputas do hóquei entre Estados Unidos e Canadá, por exemplo, ainda que no mesmo contexto: os Jogos Olímpicos.

Quando questionados de maneira direta sobre a experiência com o público nos Jogos Olímpicos, A1 e A2 apresentam suas percepções sobre as manifestações que vivenciaram e parecem associar isso à sua identidade nacional:

A1 – [...] Depois da prova recebi e-mails da Itália, da Suíça, da Noruega, da Estônia, da Suécia. Ter um reconhecimento internacional em um esporte que a gente não tem tanta história é muito legal. Durante a prova também, as manifestações ali de incentivo, são muito legais, a gente quase não ouve, mas sabe que tem... **e o brasileiro tem mesmo esse algo de cativar as pessoas**, de conseguir chamar a atenção, de **carisma**, bem espontâneo [...] ⁶⁴

A2 – Senti uma coisa diferenciada em relação ao público aqui da olimpíada. Sempre que o pessoal via o uniforme do Brasil, era o tempo todo – “Brasil!”, gritando no meio da prova. Ou “Ronaldo!”, é (risos)... Coisas até meio sem nexos [...] um monte de gente que eu nunca tinha visto na minha vida, o tempo todo: “– Go Brazil! Go Brazil!”, apoiando. Eu sei que não me conheciam, mas só de ver o uniforme do Brasil eles se identificavam. Acho que muito mais com a nossa nação do que com o próprio atleta que estava ali, que eles nem conheciam [...]

Essa expressão do Brasil como sociedade também está presente em outros discursos, como quando os atletas relatam sobre sua relação com atletas de outros países: “[...] o legal é que se faz amigos, encontrei muitos na cerimônia de abertura, todo mundo tirando foto, abraçava e isso é muito legal! **A amizade acima da competição** [...] (A1)” ⁶⁵.

Enquanto A1 valoriza o contato com atletas de outros países, ressaltando a identidade estrutural do ser atleta para descrever esse contato, A2 faz menção à

⁶⁴ Grifo nosso.

⁶⁵ Grifo nosso.

identidade nacional como responsável, em alguma medida, pela boa receptividade que os brasileiros tem nesse contexto:

A2- [...] **O pessoal é muito receptivo com o Brasil, não sei... Nosso país tem algo que não sei... carismático, que assim: “- Ah, você é do Brasil?!” O pessoal já abre o sorriso, quer ajudar,**⁶⁶ enfim a gente é sempre muito bem recebido em todos os lugares. O legal é que eles valorizaram o esforço que a gente está fazendo para poder estar lá fora treinando e competindo... me arriscando em um negócio que eu não vou ter um retorno como eles teriam aqui, pode ser financeiro ou na carreira de atleta.

Quando consideramos as duas formas de expressão da coletividade brasileira, percebemos a notável oscilação nos discursos dos atletas no que se refere ao Brasil-Nação (que tem representatividade nacional nos JOI organizada), com uma definição do país que representam como sociedade:

A1 – **É um país alegre**, que as pessoas trabalham muito, são batalhadoras, que **mesmo com toda dificuldade estão com um sorriso no rosto**⁶⁷, sabem ir de frente com os problemas e resolver eles sem perder a alegria de viver, **a gente dá nosso jeito** [...]

A2 – O Brasil é maravilhoso!**As pessoas são muito alegres, um clima muito alegre, um povo que conquista a simpatia do resto do mundo.** Quando estou fora eu sinto falta de tudo, sinto saudade de casa, **sinto falta de me sentir em casa, até dos vegetais que eu como [...] do convívio com as pessoas que é mais alegre, sem ser tudo muito formal** [...] ⁶⁸

Os discursos de A1 e A2 enfatizam na apresentação do Brasil a alegria, a simpatia como formas de expressão da coletividade. É interessante notar, como nos aponta DaMatta (1997a, 1997b), que o simbolismo da alegria como um sentimento representativo do que é o brasileiro, de virtudes cordiais (como a simpatia, a lealdade pessoal e a hospitalidade) que glorificam nosso estilo de vida, valorizam aspectos aprendidos na intimidade, aprendidos em casa e na família.

O universo confiável da casa, como aponta DaMatta (*op.cit.*) sugere uma ideologia ligada ao corpo e ao sangue, ao parentesco. Perspectiva-se a casa como o domínio em que o brasileiro vê-se como pessoa (o sujeito das relações sociais). Estamos, portanto, nos referindo ao pólo tradicional do sistema.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Ibid.

Sintomaticamente, um dos atletas faz referência também ao “sentir-se em casa”. Ele menciona o convívio mais alegre com as pessoas (“sem ser tudo muito formal” – A2) confirmando, de alguma maneira, a tendência à informalidade verificada em análises clássicas das formas de sociabilidade da sociedade brasileira, como a do “homem cordial” (Holanda,1995), e a preferência pelo relacionar-se como “pessoas” e não como “indivíduos”, como nos indica DaMatta (1997a) parecem ser ainda bastante pertinentes.

Pode-se notar, a partir do conjunto dos dados, a capacidade de conjugar o lado cívico e moderno do mundo (“mesmo com toda dificuldade” – A1), com a dimensão tradicional que nos revela como alegres e capazes de viver (de dar nosso “jeito”, “malandramente”), tal como nos aponta DaMatta (2003).

Embora a questão da representação nacional esteja arraigada no discurso dos atletas, em outros momentos a identidade estrutural do “atleta” sobressai-se. Um exemplo nesse sentido pode ser percebido no momento que A1 elege como mais marcante da sua participação, um aspecto que diz respeito à sua vivência individual diante de um “palco” específico:

A1 – Os meus quatro últimos minutos da minha prova foram a coisa mais marcante de tudo. Eu fiquei muito feliz, a torcida canadense simplesmente estava do meu lado, todo mundo vibrando e eu estava buscando uma atleta que largou trinta segundos na minha frente... Uma atleta da Turquia, muito forte, foi a primeira vez que eu consegui superá-la, na hora certa, justo na Olimpíada [sic]... senti a energia do público todo, inclusive dos brasileiros que estavam presentes [...] o barulho geral do que foi o final da minha prova, foi uma emoção única que todo atleta gostaria de viver.

Outro exemplo pode ser percebido quando A2 situa a noção de identidade e de representatividade nacional dentro dos limites da sua participação como atleta no que se refere ao rendimento e, ao mesmo tempo, chama a atenção para um plano mais amplo, o esporte, o espetáculo:

A2 – [...] Você está disputando ali com atletas que são muito melhores que você e às vezes se sente inferiorizado. O público, pela minha experiência aqui, eu vejo que aqueles que se interessam e acompanham, eles não estão tão interessados no desempenho dos atletas que representam seu país...eles tem uma fascinação pelo esporte em geral, pelo show de imagens que os Jogos de Inverno proporcionam...[...] é claro que é legal saber que, de alguma forma, ter um brasileiro competindo pode levar as pessoas do Brasil a se interessarem mais, e até a torcer para que a gente faça um bom trabalho, dentro dos nossos limites, é muito bom! [...]

O contexto dos Jogos Olímpicos favorece oscilações na construção de identidades, ou seja, abrange uma quantidade de situações e dimensões nas quais, mesmo diante de um mesmo contexto, os atores se deparam com experiências e momentos nos quais manifestam construções diferenciadas de sua identidade, que ora colocam a identidade nacional num primeiro plano, ora veem-se de maneira mais individualizada em relação a um contexto que favorece tal oscilação.

Diante de uma delegação tão pequena e esportivamente falando “fraca”, para a imprensa e dirigentes, a única possibilidade de uma narrativa afirmativa das qualidades do nacional residia na snowboarder Isabel Clark. Seu nono lugar alcançado nos Jogos de Turim 2006), de alguma forma, tirou da condição de “nula” a expectativa por resultados dos brasileiros em 2010:

Há quatro anos atrás, nos Jogos de Inverno de Turim, a carioca Isabel Clark surpreendeu o mundo quando ficou em nono no *snowboarding* – o melhor resultado brasileiro da história nessa competição. Agora, nos Jogos de Vancouver, o Brasil terá metade das chances de conseguir um bom resultado. Isso porque apenas cinco atletas se classificaram para o evento, todos eles nos esportes de neve [...] Em Turim, o Brasil foi representado por dez atletas, sendo cinco no bobsled (trenó que desce em uma pista de gelo em alta velocidade). Mesmo assim, o país terá mais representantes do que Chile e Argentina, países com neve, que levarão três atletas cada um (O GLOBO, 7 de Fevereiro de 2010, p. 37).

A narrativa do *O Globo* do dia 15 de Novembro de 2010 apresenta um tom otimista (mesmo que não confiante) sobre a possibilidade de melhora do desempenho de Isabel. Na sequência da reportagem lê-se: “[...] se depender dos números a segunda participação de Isabel Clark nos Jogos de Inverno será ainda mais surpreendente do que a nona colocação obtida em Turim 2006 (*O GLOBO*, 15 de Novembro de 2009, p. 49)”

É interessante notar que essa possibilidade é narrada como outro provável “resultado surpreendente” mesmo com os números indicando que Isabel evoluiu e tem mais experiência. Nesse sentido, embora a expectativa seja criada e apareça na narrativa (diferentemente de 2002 e 2006), isso aconteceu de maneira cautelosa.

De acordo com entrevista publicada na reportagem, percebe-se que a própria atleta reconhece a existência de alguma expectativa em relação ao seu resultado:

– Eu sei que vou ficar muito nervosa na competição. Tentarei me isolar um pouco para me concentrar. Da outra vez, **ninguém tinha**

expectativa nenhuma⁶⁹ e eu consegui um nono lugar. Agora, a situação é diferente. E minha família vai também. É uma pressão a mais [...] (O GLOBO, 15 de Novembro de 2010, p. 49)

O resultado de Isabel em Turim além de mobilizar uma maior atenção da mídia para com os atletas brasileiros em 2010 parece ter conferido um sentido próprio de respeitabilidade aos representantes brasileiros como um todo:

A1 – Acho que o resultado da Isabel em Turim rendeu um interesse muito grande da mídia brasileira e isso é bom para o esporte como um todo [...] **a gente alcançou um respeito, também em relação a desempenho, em relação ao que a gente está fazendo aqui, e a nossa resposta foi na pista [...] Ninguém está aqui à toa, para ser visto como uma aberração**, a gente trabalha duro e é bom ser reconhecido por isso [...] ⁷⁰

Considerando a dimensão competitiva é possível afirmar que não houve nenhuma outra expectativa de resultado em relação a qualquer outro atleta nos Jogos de 2010. De modo geral, os jornais analisados não conferiram muito espaço para a apresentação dos resultados dos brasileiros e também não empreenderam códigos relacionados à representatividade nacional para tal. Tanto o FSP quanto o OG, pontuaram brevemente o desempenho dos atletas.

A Folha de São Paulo mencionou os resultados dos brasileiros que estrearam nos Jogos de Vancouver na seção “Saiba Mais” da reportagem que compara os planos de investimento do Brasil e do Canadá. Na referida reportagem, nota-se que a ênfase está na estreia de Isabel Clark: “ISABEL CLARK ESTREIA NOS JOGOS” (FOLHA DE SÃO PAULO, 16 de Fevereiro de 2010, p.D4). O resultado de Isabel Clark em Turim mobilizou uma tendência diferente no que se refere à expectativa de resultados (que sequer existia em 2002 e 2006) na cobertura midiática dos Jogos de Vancouver. No dia da estreia da atleta, lê-se:

Dona do melhor resultado do Brasil nos Jogos Olímpicos de Inverno, o nono lugar em Turim-06, a snowboarder disputa hoje a prova em Vancouver a partir das 16h. Ontem, Jaqueline Mourão obteve o 67º lugar no esqui cross-country de 10 km, com 30min22s2, mais de cinco minutos depois da medalhista de ouro, a sueca Charlotte Kalla. Já Leandro Ribela foi o 90º no cross-country de 15 km. (O GLOBO, 16/02/2010, p. D4)

Também podemos notar isso na narrativa “Isabel não vai à final do snowboard”

⁶⁹ Grifo nosso

⁷⁰ Idem.

(O GLOBO, 17/02/2010, p. 26):

A snowboarder caricoca Isabel Clark teve frustrado ontem o sonho de ir à final da prova das Olimpíadas de Inverno, em Vancouver. Ela, que havia ficado em nono nos Jogos de 2006, em Turim, sofreu duas quedas nas descidas classificatórias e ficou em 19°.

Percebe-se que a narrativa da derrota sobre Isabel Clark é tratada como uma “frustração”, diferentemente da narrativa sobre o desempenho de Jaqueline Mourão:

JAQUELINE BAIXA SEU TEMPO EM VANCOUVER – Jaqueline Mourão – única atleta brasileira a ter participado de Jogos Olímpicos de Verão e duas de olimpíadas [sic] inverno – estreou ontem nos Jogos Olímpicos de Inverno de Vancouver – 2010, na prova de 10km estilo livre de esqui cross-country, em Whistler. A mineira baixou seu tempo em cinco minutos e alcançou a 67ª colocação, entre 78 atletas (O GLOBO, 16 de fevereiro de 2010, p.18).

A narrativa reforça a experiência de Jaqueline e cita uma entrevista na qual a atleta afirma que deixará o *mountain bike* para se dedicar ao esqui para os Jogos de Sochi, na Rússia em 2014: “– A experiência de quatro Jogos Olímpicos me ajudou [...] representei o Brasil da melhor forma” (O GLOBO, 16 de fevereiro de 2010, p.18).

Isabel destacou-se na cobertura por representar a “esperança” brasileira de um bom resultado. No título e subtítulo da reportagem citada lê-se: “A cara do Brasil no *snowboard*: Com os melhores resultados da carreira esse ano, Isabel Clark é a esperança nos Jogos de Inverno [...]” (O GLOBO, 15 de Novembro de 2009, p.49).

Na narrativa, a palavra “cara” pode aludir a “rosto”, como uma personalidade representativa do país e/ou pode referir-se a uma expressão idiomática: “ela é ‘o cara’ do Brasil no *snowboarding*”. A mídia operou com a combinação dos aspectos denotativos e conotativos, tal como Hall (2003) indica, invertendo, porém a lógica, pois, o eventual sucesso de Clark não seria mais do que uma singularidade. Assim, o sentido preferencial da ‘cara’ do Brasil é o da esperança, uma vez que esportivamente, ou seja concretamente falando, a cara do Brasil seria qualquer um dos outros quatro atletas que obtiveram colocações muito secundárias em suas provas.

Os dois significados possíveis demonstram uma preocupação em estabelecer uma relação entre os brasileiros e os Jogos. Tavares, Soares e Bartholo (2007b) apontaram a tendência de Isabel tornar-se uma referência nesse sentido após o resultado de Turim, o que se confirmou nesta análise.

Observa-se que o conjunto de narrativas discutidas nesta análise está inserido em um todo complexo que perpassa a configuração dos gêneros performativos dos Jogos Olímpicos. Nesse sentido, em uma perspectiva analítica de tais gêneros, podemos inferir, a partir das narrativas midiáticas, que os Jogos de Inverno para o Brasil caracterizou-se um rito (de passagem) que perpassa a imagem “do país do futuro” para “país desenvolvido”. Decorrente dessa dramatização (que apresenta oscilações entre a hierarquia e a igualdade e entre o moderno e o tradicional), o ambiente do festival parece se constituir como uma celebração do país que, quem sabe, deixou de ser viralata e passou a ser Bulldog Francês.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise e na discussão dos resultados deste estudo, é possível concluir que a participação brasileira nos Jogos Olímpicos de Inverno de 2010 mobilizou elaborações de narrativas do nacional e representações (engendradas pela mídia brasileira e pelos atletas) que apresentaram pontos de convergência e divergência entre si, bem como em relação às informações obtidas a partir do trabalho de campo.

As relações entre as narrativas da identidade brasileira, identificadas e analisadas a partir dos Jogos de Vancouver, apontaram para dois principais eixos de discussão: os Jogos Olímpicos como um palco no qual se engendram jogos de identidade, oscilações estruturais de identificações; e como palco para dramatizações.

A caracterização dos JOI como um performance cultural e, ao mesmo tempo, como um contexto de alteridade radical para o brasileiro, compõem a estrutura de um mesmo palco, o qual acomoda e favorece a oscilação estrutural das identidades, ou seja, o jogo de identidades, a escolha e a disputa de representações.

Neste palco, ficou evidenciado que os elementos analisados a partir das diferentes fontes apontam para a dramatização de igualdades e também de diferenças. No ambiente de excelência e tecnologia do esporte de alto rendimento, as elaborações sobre o Brasil (engendradas pelos atletas) estão atreladas ao pólo tradicional do sistema (o “carisma”, a “simpatia”). Podemos ainda pensar que estereótipos de natureza semelhante são a maneira pela qual os ‘outros’ nos identificam⁷¹

Por outro lado, tendo em vista o tamanho e a qualidade da equipe brasileira, a mídia nacional enfatizou a obtenção do direito de sediar os Jogos de 2016 pela cidade do Rio de Janeiro, dramatizando uma relação de igualdade do Brasil com os outros países que não se dá como sempre se deu, pelo fenômeno da participação (o importante é participar!). Com isso, centralizou-se o sentido da participação brasileira nos JOI não mais sobre a “mera” participação dos atletas – que legitima a excelência dos “outros” –, mas, sobre o viés da experiência organizacional para autoridades políticas e do esporte.

A partir do estabelecimento e da assunção de um novo “papel” para o Brasil (como Estado Nação) no “palco” dos Jogos de Inverno, o “bom” e/ou “mau” exemplo de Vancouver, no emolduramento da mídia brasileira, parecem representar uma

⁷¹ Esse sentido pode ser observado a partir da perspectiva do anunciador da prova de *cross-country* que, por exemplo, remete ao natural (o “clima”, as “praias”).

preocupação com os problemas sociais, organizacionais, operacionais, logísticos, etc. aos quais o Brasil-Nação investe em sua narrativa identitária e sua dramatização de país moderno, tecnológico e sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

Ao conduzir esse processo, a mídia apresentou narrativas que parecem desvincular a participação brasileira nos JOI dos sentidos de acaso e improvisação. Isso foi feito a partir do distanciamento da cobertura dos aspectos referentes ao tipo de treinamento dos atletas e respectivos desempenhos (compreendidos dentro do gênero performativo denominado “jogo”), aproximando-se das preocupações inerentes a um país que terá uma cidade sede de uma edição dos Jogos Olímpicos.

Os atletas, por sua vez, imersos em um contexto mais imediato e subjetivo da experiência, sequer mencionaram os Jogos de 2016 em suas elaborações do nacional. Por um lado os entrevistados engendraram narrativas nas quais assumiram o “papel” de representantes do nacional, praticamente operando uma fusão entre indivíduo e cultura. Por outro, perceberam-se como indivíduos neste cenário – enfatizando a participação nos Jogos como um conquista pessoal, “o auge de qualquer atleta”.

Podemos inferir que o posicionamento dos atletas está sujeito à constituição subjetiva e plural de suas identidades. Em outras palavras, entendemos que a prática discursiva sobre “quem somos nós?” dos atletas de inverno do Brasil está associada a vários determinantes que incluem o contexto cultural, a história de vida, a carreira, e as experiências de cada um com o contexto (suas representações e significações) e com a mídia ⁷².

É preciso destacar que a assunção da pluralidade como uma característica da formação e elaboração das identidades nacionais é central para a compreensão de problemáticas emergentes em torno do tema. Um exemplo destas questões é a perspectiva da hibridação cultural ⁷³, ou seja, o processo sociocultural caracterizado pela combinação de estruturas e práticas que geram novas estruturas, objetos e práticas.

Este é um limite deste estudo tendo em vista os objetivos e articulações teóricas

⁷² Destacamos que A1 tem menos tempo de prática dos esportes na neve (cinco anos), porém, disputou mais competições internacionais que A2 (incluindo Jogos Olímpicos). A1 afirma que desde 2005 tem contato com a mídia brasileira e internacional e que conheceu a neve e modalidade que disputa na vida adulta. A2, por sua vez, conheceu a modalidade que pratica desde a infância, mas, afirma ter tido contato com a mídia nacional e internacional pela primeira vez em Vancouver 2010, indicando tratar-se de uma experiência, até então, recente.

⁷³ Em relação a essa temática, podemos citar CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2000.

que utilizamos para realizá-lo. Ao mesmo tempo, configura-se uma questão futura para o desenvolvimento de estudos que tenham como objetivo a compreensão da constituição de identidades híbridas, dos fluxos de sentido, etc.

De fato, em um mundo tão fluidamente interconectado, as identidades se (re) estruturam de tal forma que se torna uma “missão folclórica”⁷⁴ representá-las a partir de uma unidade. Trata-se da multidimensionalidade e/ou das multifaces da identidade.

Acreditamos que os Jogos Olímpicos se constituem como um “palco” privilegiado para a compreensão sobre como os povos e nações criam, recriam, definem, redefinem e celebram as suas identidades.

Os Jogos Olímpicos acolhem tais multifaces articulando-as, porém, a uma ideologia. Nesta pressupõe-se que, ao final, deve sobressair-se a noção de que compartilhamos uma mesma condição: a humana.

⁷⁴ Canclini (2000)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHETTI, E. Introduction. In: KLAUSEN, A. M. (Ed.) **Olympic Games as a cultural performance and public event**. New York: Bergham Books, 1999, p. 1-8.

BARNEY, R. K.; WENN, S.; MARTIN, S. G. **Selling the Five Rings: the International Olympic Committee and the Rise of Olympic Commercialism**. Salt Lake City: University of Utah Press, 2002.

BILLINGS, A. **Olympic Media: Inside the biggest show on television**. Routledge: Critical Studies in Sport, 2008.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2000.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002;

DAMATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. O. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **Universo do futebol: futebol e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1982.

_____. **O que faz o Brasil Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. Em Torno da Dialética entre Igualdade e Hierarquia: Notas sobre as Imagens e Representações dos Jogos Olímpicos e do Futebol no Brasil. **Antropolítica** (UFF), Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, 2006.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DYRESON, M. Visions and versions of American culture at the Winter Games. In: GERLACH, L. R. (Ed). **The Winter Olympics: from Chamonix to Salt Lake City**. Salt

Lake City: The University of Utah Press, p.185-224.

ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da Excitação. Lisboa: Difel, 1995.

FESTENSEIFER, P. E. **A Educação Física na Crise da Modernidade**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

HALL, S. The question of cultural identity. In: HALL (Ed.) **Modernity**. London: Blackwell, 1996.

_____. Introduction: who needs identity? In: HALL, S.; DU GAY, P. (Ed.) **Questions of cultural identity**. London: Sage, 1996, p. 1-17.

_____. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. [Tradução: Adelaine La Guardia Resende et al]. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMMERSLEY, M; ATKINSON, P. **Ethnography: principles in practice**. London: Tavistock, 1995.

HELAL, R.; SOARES, A. J.; LOVISOLO, H. **A invenção do país do futebol**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOSEPH, I. **Erving Goffman e a microsociologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

KLAUSEN, A. M. Introduction. In: _____. (Ed.) **Olympic Games as a cultural performance and public event**. New York: Bergham Books, 1999, p. 1-8.

MacALOON, J. Introduction. In: _____ (Org.) **Rite, drama, festival, spectacle: rehearsals toward a theory of cultural performance**. Philadelphia: Institute for the study of Human Issues, 1984.

_____. Olympic Games and the theory of Spectacle. In: _____ (Org.) **Rite, drama, festival, spectacle: rehearsals toward a theory of cultural performance.** Philadelphia: Institute for the study of Human Issues, 1984.

MacNEILL, Margaret. Estudos de Mídia do esporte e a (re) produção de identidades. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 9-38, set. 2006.

MOYA, P. M. L. **Introduction: reclaiming identity.** Cultural logic, v. 3, n. 2, 2001.
Disponível em: <<http://clogic.eserver.org/3-1&2/moya.html>> Acesso em: Julho, 2009.

OLIVEN, R. G. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação.** Petrópolis: Vozes, 1992.

PEIRANO, M (Org.). O dito e o feito: ensaios de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

PILLATTI, L. A. **Guttmann e o tipo ideal do esporte moderno.** In: PRONI, M.; LUCENA, R. F. (orgs). Esporte: história e sociedade. Campinas: Autores Associados 63-76, 2002.

PIRES, G.L; et al. Catarinenses olímpicos na Mídia impressa Regional: a dialética local-global na cobertura dos Jogos Olímpicos de 2004. Congresso Sul-brasileiro de Ciências do Esporte. 3. **Anais...** Santa Maria: set. /2004

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2008.

SENN, A.E. **Power, Politics and the Olympic Games.** Champaign: Human Kinetics, 1999.

SOUZA, J. **A Modernização Seletiva: Uma Reinterpretação do Dilema Brasileiro.** Brasília: UNB, 2000.

TAVARES, O. **Esporte, Movimento Olímpico e Democracia: o atleta como mediador.** Tese (Doutorado em Educação Física) Universidade Gama Filho, Programa de Pós Graduação em Educação Física, Rio de Janeiro, 2003.

TAVARES, O.; SOARES, A. J. G.; BARTHOLO, T. L. “Frozen bananas”: Esporte, mídia e identidade brasileira nos Jogos Olímpicos de Inverno. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 193-208, set. 2007.

_____. Sports, Media and Brazilian Identity in the Winter Olympic Games (2002-2006). In: **International ISSA & ISHPES Congress: Sport in a global world. Past, present, future.** Copenhagen: v. 1. p. 115-115, 2007.

TURNER, Victor W. **O processo ritual.** Petrópolis: Vozes, 1974. p. 116-159.

VELHO, G. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ficha de catalogação

**NARRATIVAS IDENTITÁRIAS DO NACIONAL NOS JOGOS OLÍMPICOS DE
INVERNO VANCOUVER 2010**

**FONTE: O GLOBO () FOLHA DE SÃO PAULO () THE GLOBE AND MAIL
()**

Reportagem () Nota () Matéria ()		
Título e subtítulo:		
Data:	PÁGINA(s):	
Edição:	Autor:	Seção/Caderno:
Informações Gerais (Tamanho; localização; sinopse do Conteúdo):		
Fragmentos na íntegra:		
Descrição de fotos/ilustração/legendas:		

APÊNDICE B – Carta de Apresentação ao Comitê Olímpico Brasileiro e Confederação Brasileira de Desportos na Neve.

Prezado Sr. (a) representante do Comitê Olímpico Brasileiro e da Confederação de Desportos na Neve,

Eu, Doiara Silva dos Santos, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (Mestrado) da Universidade Federal do Espírito Santo, apresento-lhes a pesquisa intitulada “Narrativas Identitárias do Nacional nos Jogos Olímpicos de Inverno Vancouver 2010”, desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Otávio Tavares, que tem por objetivo analisar as narrativas da identidade brasileira no contexto de um megaevento esportivo: os Jogos Olímpicos de Inverno.

Para tanto, pretende-se realizar entrevistas com atletas olímpicos brasileiros em Vancouver 2010. Nesse sentido, solicito a autorização e mediação de vossa entidade para o contato da pesquisadora com os atletas, para que lhes sejam apresentados os objetivos do estudo, mediante carta de apresentação, e então possam resolver sobre a possível participação.

Parte deste estudo é financiada pelo Governo canadense a partir do *Emerging Leaders of America Program*, sob a supervisão do Prof. Dr. Robert K. Barney, diretor do *International Centre for Olympic Studies*, da *University of Western Ontario* (na cidade de London, Ontário).

Maiores informações e/ou dúvidas sobre a pesquisa, por favor, retorne o contato.

Desde já agradeço a atenção,

Doiara Silva dos Santos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Centro de Estudos em Sociologia das Práticas Corporais e Estudos Olímpicos -
CESPCEO

Tel: (27) 3335-2637

doiarasantos@yahoo.com.br

APÊNDICE C – Carta de apresentação aos atletas olímpicos brasileiros dos Jogos de Vancouver 2010.

Vitória, dezembro de 2009

Prezado atleta,

Convido-o (a) a participar da pesquisa intitulada “Narrativas Identitárias do Nacional nos Jogos Olímpicos de Inverno Vancouver 2010” que tem por objetivo analisar as narrativas da identidade brasileira no contexto de um megaevento esportivo: os Jogos Olímpicos de Inverno. Esta pesquisa é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Física (Mestrado) da Universidade Federal do Espírito Santo e tem o apoio do *Emerging Leaders of America Program* (programa do governo canadense).

Para sua participação voluntária, o senhor (a) deverá responder a uma entrevista, a ser realizada durante os Jogos de Vancouver 2010, que envolve a sua experiência nos Jogos de Inverno.

Os dados e informações obtidas a partir da sua participação serão utilizados para a produção e divulgação dos resultados da pesquisa em meios científicos. Se desejar obter maiores informações e/ou estiver interessado em participar, peço que se manifeste respondendo a esta correspondência.

Desde já, expresso meus sinceros agradecimentos,

Prof^a Doiara Silva dos Santos.

Orientador: Prof^o Dr. Otávio Guimarães Tavares da Silva

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu _____
 _____, R.G: _____ declaro para os fins que se fizerem necessários, ser de meu interesse participar voluntariamente, a partir da concessão de uma entrevista, da pesquisa intitulada “**Narrativas Identitárias do Nacional nos Jogos Olímpicos de Inverno Vancouver 2010**”, realizada pela Professora Doiara Silva dos Santos, sob orientação do professor Dr. Otávio Tavares, para fins de coleta de dados do projeto de dissertação desenvolvido no curso de Mestrado em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo.

Fui informado sobre a utilização dos dados, fotografias e informações exclusivamente para fins de produção e divulgação dos resultados em meios científicos e estou de acordo.

Vancouver, ___/___/ 2010

Prof. Orientador: Dr. Otávio Tavares Pesquisadora: Doiara Silva dos Santos

 Assinatura

Eu _____, R.G: _____ declaro para os fins que se fizerem necessários, ter conhecimento a respeito dos objetivos da pesquisa intitulada “**Narrativas Identitárias do Nacional nos Jogos Olímpicos de Inverno Vancouver 2010**”, da qual optei por participar, voluntariamente, a partir da concessão de uma entrevista. Fui informado sobre a utilização dos dados, fotografias e informações exclusivamente para fins de produção e divulgação dos resultados em meios científicos e estou de acordo.

Vancouver, ___/___/ 2010

 Pesquisadora responsável: Doiara Silva dos Santos
 Centro de Estudos em Sociologia das Práticas Corporais e Estudos Olímpicos -
 CESPCEO Tel: (27) 3335-2637

 Assinatura

APÊNDICE E – ROTEIRO PARA ENTREVISTA GUIADA

INFORMAÇÕES GERAIS:

- 1 – Como e quando você conheceu e começou a praticar esportes de inverno?
- 2 – Quando começou a participar de competições nessa modalidade?

A PARTICIPAÇÃO NOS JOGOS OLÍMPICOS DE VANCOUVER:

- 1 – Os Jogos Olímpicos tem o mesmo valor que as outras competições para você? Por quê?
- 2 – Para você, o que significa representar o Brasil nos Jogos Olímpicos de Inverno (JOI) 2010?
- 3 – Qual o momento mais marcante/emocionante da sua participação nos JOI 2010? Por quê?

A EXPERIÊNCIA COM A MÍDIA E COM O PÚBLICO:

- 1 – No contexto dos Jogos de Inverno, como tem sido a sua experiência como atleta brasileiro em relação ao contato com atletas de outros países dentro e fora dos locais de competição?
- 2 – De acordo com a sua experiência, como a mídia nacional aborda o atleta olímpico brasileiro de esportes de inverno (sobre o que questiona)?
- 3 – E como é essa experiência no contato com a mídia internacional (sobre o que questiona)?
- 4 – Como é o seu contato, como atleta brasileiro de um esporte de inverno, com o público presente nas competições que participa em geral? E nos Jogos Olímpicos de Inverno?
- 5 – Que imagem você gostaria de ter para o público em geral? E para o público brasileiro?

APÊNDICE F – A participação brasileira nos Jogos de Inverno até 2006.

ANO	LOCAL	ATLETA	MODALIDADE	CLASSIFICAÇÃO
1992	Albertville, França	Hans Egger	<i>Slalom Gigante</i>	Não completou a prova
		Robert Scott Detlof		63°
		Flávio Igel		Não largou (lesão)
		Christian Lothar Munder		41°
		Sérgio Schuler		64°
		Evelyn Schuler		41°
		Marcelo Apovian		73°
1994	Lillehamer, Noruega	Christian Lothar Munder	<i>Slalom Gigante</i>	50°
1998	Nagano, Japão	Marcelo Apovian	<i>Slalom Gigante</i>	37°
2002	Salt Lake City, Estados Unidos	Mirella Arnhold	<i>Slalom Gigante</i>	48°
		Nikolai Hentsch		Desclassificado
		Alexander Penna	<i>Cross Country Skiing</i> 50km	59°
		Franziska Becskehazy	<i>Cross Country Skiing</i> 10km	59°
		Ricardo Raschini	<i>Luge</i>	45°
		Renato Mizoguchi		46°
		Eric Maleson	Bobsled	27°
		Cristiano Paes		
		Edson Bindilatti		
		Matheus Inocêncio		
Rodrigo Palladino	Atleta Reserva			
2006	Turim, Itália	Nikolai Hentsch	<i>Slalom Gigante</i>	30°
			<i>Downhill</i>	43°
		Mirella Arnhold	<i>Slalom Gigante</i>	43 ^a
		Isabel Clark	<i>Snowboarding</i>	9°
		Jaqueline Mourão	<i>Cross-Country</i>	67°
		Hélio Freitas		93°
		Ricardo Raschini	Bobsled	Eliminado
		Claudinei Quirino		
		Edson Bindilatti		
Marcio Silva				

Informações obtidas em: www.cob.org.br